

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**  
**Programa de Pós-Graduação em Psicologia**

Ana Nascimento de Amorim

**RELAÇÕES CUSTOMIZADAS:**  
**uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas**

Belo Horizonte

2012

Ana Nascimento de Amorim

**RELAÇÕES CUSTOMIZADAS:**

**uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Márcia Stengel

Belo Horizonte

2012

## FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

A524r

Amorim, Ana Nascimento de  
Relações customizadas: uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas / Ana Nascimento de Amorim. Belo Horizonte, 2012. 143f.: il.

Orientador: Márcia Stengel  
Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

1. Casamento. 2. Modernidade. 3. Individualidade. 4. Sustentabilidade. I. Stengel, Márcia. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 392.5

Ana Nascimento de Amorim

**RELAÇÕES CUSTOMIZADAS:**

**uma reflexão sobre o vínculo conjugal em condições pós-modernas**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

---

Márcia Stengel (Orientadora) – PUC Minas

---

Andrea Seixas Magalhães – PUC Rio

---

Roberta Carvalho Romagnoli – PUC Minas

Belo Horizonte, 14 de setembro de 2012

A todos aqueles que, pelo afeto e com coragem, dispõem-se a navegar com as velas abertas  
quando se trata de amar.

## AGRADECIMENTOS

Ao Afrânio, pela amizade e por sua contribuição tão valiosa na revisão do texto;

A José e Maria, pelo apoio, amor e acolhida, em tantos momentos;

Às amigas Mireny e Simone, pela amizade que construímos, e, em especial, à Ninah, pela proximidade e troca de ideias;

À Profa. Márcia Stengel, pelas intervenções enriquecedoras;

Aos casais entrevistados, por me receberem e, de forma generosa, compartilharem de sua intimidade;

À Janaína, por sua leitura e dicas na versão preliminar;

À Raquel e ao Miguel por suas contribuições;

Aos colegas do mestrado pelo convívio e aprendizado;

A alguns afetos que, cada um à sua maneira, acabaram por contribuir para a construção deste trabalho.

*Dizem-me: esse gênero do amor não é viável. Mas como avaliar a viabilidade? Por que o que é viável é um Bem? Por que durar é melhor que inflamar? (SCHELLING)*

## RESUMO

Esta pesquisa dedica-se ao estudo da conjugalidade na Pós-modernidade. Contrariando a ideia de que o casamento esteja em crise, constatou-se que, concomitantemente a uma maior propensão de rompimentos das relações, há um crescimento nos índices de casamentos e recasamentos, evidenciando que o indivíduo pós-moderno se mantém firme no propósito de se vincular, buscando estabelecer novos laços após uma separação. Considerou-se relevante compreender os fatores envolvidos na manutenção das relações conjugais, num cenário em que não há um modelo exclusivamente tradicional, mas formas diversificadas da experiência da conjugalidade. Ao levar em conta o discurso pós-moderno, que aponta ser possível a homens e mulheres inventar uma forma de parceria amorosa, o que chamamos de *customizar* as relações, surgiu a questão: estariam os casais inovando e/ou repetindo padrões tradicionais de modelos conjugais e papéis de gênero? Para a análise foram estabelecidos como referenciais o modelo tradicional de família nuclear moderna, o ideário romântico e a ideia de casal igualitário proposta por Heilborn. Para a realização do trabalho de campo foram entrevistados um casal heterossexual e um casal homossexual feminino, na faixa etária de 28 a 30 anos, pertencentes às camadas médias de Belo Horizonte. Na coleta de dados utilizou-se um roteiro de entrevista semiestruturada, abordando os seguintes temas: os motivos da união, os ideais de amor, a questão da intimidade e da sexualidade; a administração do cotidiano e os elementos que favorecem o vínculo. Para o tratamento das informações trabalhou-se com a análise de conteúdo. A análise do conjunto das entrevistas revelou que o casal heterossexual, embora se aproprie de elementos do discurso pós-moderno, a caminho de uma *customização*, permanece mais próximo de um modelo tradicional, pautado pela ética do compromisso, em que a intenção de formar uma família se sobrepõe às individualidades presentes na relação, pressupondo um investimento por tempo prolongado. O casal homossexual, que se pauta por uma ética que valoriza a satisfação de desejos e a preservação da autonomia, demonstrou maiores dificuldades em lidar com a coexistência de valores e ideais modernos e pós-modernos, o que levou a uma maior instabilidade na relação. Acreditamos fazer sentido falar de *customização* tendo em vista que os casais vão tomando distintos valores e se organizando de forma peculiar, com expectativas, comportamentos e discursos ora modernos, ora pós-modernos.

**Palavras-Chave:** Conjugalidade. Pós-modernidade. Individualidade. Sustentabilidade. *Customização*.

## ABSTRACT

This research is dedicated to the study of conjugality in Post Modernity. Contrary to the idea that marriage faces a crisis, it can be noticed that, simultaneously to an increase in the tendency of breaking relationships, there is a growth in the number of marriages and remarriages, showing that the post modern individual stays firm in the purpose of connecting, seeking to establish new bonds after a break up. It was considered relevant to understand the involved factors in maintaining the conjugal relations, under the circumstances in which there is not an exclusively traditional model, but various ways of experiencing conjugality. By taking into consideration the post modern speech, which indicates being possible for men and women to create a way of amorous partnership, what we called *customizing* relationships, the question emerged: are couples innovating and/or repeating traditional patterns of conjugal models and gender roles? For the analysis it was established as references the traditional model of nuclear modern family, the romantic ideology and the idea of egalitarian couple proposed by Heilborn. For the realization of the field work it was interviewed a heterosexual couple and a feminine homosexual one between the ages of 28 and 30 years old, belonging to the middle class of Belo Horizonte. In order to collect the data it was used a script of semi structured interview, approaching the following themes: the reasons for the union, the ideals of love, the issue of intimacy and sexuality; the administration of the daily life and the elements which propitiate the bond. For the treatment of the information it was used the analysis of the content. The analysis of the group of interviews revealed that the heterosexual couple, in spite of taking elements of the post modern speech, on the way to a *customization*, remains closer to a traditional model, characterized by the ethics of commitment, in which the intention to raise a family overlaps the individualities present in the relationship, estimating a long term investment. The homosexual couple, that follows the ethics which value the satisfaction of desires and the preservation of autonomy, presented bigger difficulties in dealing with the coexistence of modern and post modern values and ideals, leading to a higher instability in the relationship. We believe that it makes sense talking about *customization* bearing in mind that the couples take different values and get organized in a peculiar way, with modern, sometimes post modern, expectations, behavior and speeches.

**Key Words:** Conjugality. Post modernity. Individuality. Sustainability. *Customization*.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 FAMÍLIA E CONJUGALIDADE .....</b>	<b>21</b>
2.1 A família patriarcal .....	23
2.2 A família nuclear moderna .....	28
2.3 As formações pluralísticas .....	38
<b>3 AS RELAÇÕES CONJUGAIS EM CONDIÇÕES PÓS-MODERNAS .....</b>	<b>45</b>
3.1 Individualismo e conjugalidade.....	45
3.2 O ideal de amor nas relações conjugais pós-modernas.....	52
<b>4 METODOLOGIA.....</b>	<b>61</b>
<b>5 RELAÇÕES CUSTOMIZADAS: MANUTENÇÕES E INOVAÇÕES.....</b>	<b>65</b>
5.1 Motivações da união .....	65
5.2 Os ideais de amor.....	69
5.3 Intimidade e sexualidade .....	79
5.4 Administração do cotidiano.....	93
5.5 A sustentação do vínculo conjugal .....	112
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>126</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>137</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge da observação de tendências que vêm se delineando nos relacionamentos conjugais e do interesse em conhecer os desafios da vida a dois na Pós-modernidade, época em que o casamento é questionado, na sua forma mais tradicional, sendo visto socialmente como uma instituição em vias de transformação. Ao entrar em contato com o tema, uma primeira tendência que chama a atenção diz respeito a uma maior propensão de rompimento das relações, as quais revelam grande instabilidade. Esta seria consequência das dificuldades em se conciliar os desejos individuais com as exigências da vida conjugal, assim como de um enfraquecimento dos referenciais sociais tradicionais, que se apresentam diluídos na contemporaneidade. Ao mesmo tempo, entretanto, nota-se que o indivíduo pós-moderno parece manter-se firme no propósito de se vincular, buscando formar novos laços, quando ocorre a ruptura do vínculo conjugal.

Vemo-nos, então, diante da seguinte contradição: concomitantemente a um alto número de divórcios, há um crescimento das taxas de casamentos e recasamentos<sup>1</sup>. Ao observarmos os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), temos que, em um intervalo de 10 anos, a proporção de pessoas divorciadas quase dobrou, passando de 1,7 %, em 2000, para 3,1%, em 2010 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). No mesmo período, todavia, nota-se um crescimento de 33,42% no número de casamentos, acompanhado do aumento da proporção de recasamentos de indivíduos de 15 anos ou mais de idade, representando 18,3% do total das uniões formalizadas em 2010, enquanto, em 2000, considerando o mesmo recorte etário, este número totalizava 11,7% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Uma outra variável, que aponta para importantes alterações que vêm ocorrendo nos padrões de organização familiar e conjugal, diz respeito às formas de união. Nota-se um aumento relevante das uniões consensuais no Censo Demográfico de 2010 (36,4%), em relação a 2000 (28,6%), o que indica uma redução no número de pessoas que decidiram se

---

<sup>1</sup> Casamento é considerado o ato, cerimônia ou processo pelo qual é constituída a relação legal entre o homem e a mulher. A legalidade da união pode ser estabelecida no casamento civil ou religioso com efeito civil. No Brasil, um indivíduo só poderá casar legalmente se o seu estado civil for solteiro, viúvo ou divorciado. Considera-se recasamento o evento em que pelo menos um dos cônjuges tenha o estado civil de divorciado ou viúvo (INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, 2010).

unir através do casamento civil e religioso ou apenas religioso, com evidências do aumento da frequência da união consensual em todas as regiões do país<sup>2</sup>.

Tais eventos, além de apontarem para uma mudança de valores culturais, contrariam a suposição de que o casamento esteja com seus dias contados (JABLONSKI, 2003; 1991), confirmando a sua importância na constituição das histórias de vida e na identidade dos casais (CARNEIRO, 2003), ao que tudo indica, seja qual for o tipo de união estabelecida, e ainda que os dilemas vividos levem mais prematuramente a uma ruptura da relação. Os dados estatísticos ainda evidenciam que entre 2008 e 2010 o número de separações/divórcios aumentou 7,25% entre os casais com até 06 anos de casados e diminuiu 5,81% entre os casais com 07 ou mais anos de casados. A partir deste cenário definimos a primeira questão do nosso estudo, propondo-nos a pensar quais elementos estariam envolvidos na manutenção das relações conjugais, em contexto pós-moderno.

É importante explicitarmos, desde logo, que a conjugalidade deve ser aqui entendida como uma relação baseada em um vínculo amoroso, independentemente da natureza de sua configuração, não envolvendo necessariamente a formalização da união (DIEHL, 2002). Ao falarmos de vínculo amoroso, estamos nos referindo às relações de amor, sejam elas homossexuais ou heterossexuais, em que haja um comprometimento afetivo, oficializado ou não (GOMES, 2003).

A adoção destes termos se justifica uma vez que, ao contrário do que acontecia até algumas décadas atrás, quando o casamento legal e indissolúvel era a única forma aceita de institucionalizar as relações conjugais, hoje existe uma gama de formatações, neste campo, que acabaram sendo introjetadas e legitimadas social e culturalmente (VAITSMAN, 1994). São configurações cujos modos de regulação variam dos mais tradicionais aos mais alternativos, marcando a coexistência de novos e antigos modelos. A diversidade, aliada à valorização das escolhas pessoais, é o que nos faz pensar que as relações podem assumir um caráter *customizado*, como uma adaptação às condições contemporâneas. O termo *customizar* possui uma raiz estrangeira, originando-se do inglês *customized*<sup>3</sup>, do qual nos apoderamos por remeter a uma ideia de personalização. O termo, com efeito, aponta para uma lógica em acordo com a proposta pós-moderna, que legitima a singularidade das parcerias, a partir da apropriação de valores e padrões, tanto modernos quanto produzidos na Pós-modernidade,

---

<sup>2</sup> As uniões consensuais dizem respeito aos casais que vivem juntos sem casamento civil ou religioso, mas podendo ter contrato de união estável registrado em cartório (INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA, 2012).

<sup>3</sup> O termo significa “feito ou alterado de acordo com especificações, requisitos individuais”. (DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA, 2012).

concomitantemente. Essa ideia de *customização* encontra afinidades com o conceito de conjugalidade de Matos (2000, p. 163), segundo o qual se trata de “uma forma possível de gestão compartilhada da sexualidade e dos afetos, onde ideologias e práticas diversas de amor conjugal e gênero se expressam e realizam positivamente.”

A partir destas considerações definimos a segunda questão central da pesquisa, qual seja, como o vínculo conjugal na Pós-modernidade se configura em sua dimensão de manutenção e de inovação. Dizendo de outro modo, a pergunta seria a seguinte: como os casais estão inovando, e em que medida estão repetindo padrões tradicionais de modelos conjugais e papéis de gênero?

Vaitsman (1994, p. 22) entende as mudanças que foram se processando na conjugalidade como um sinal do esgotamento do tipo moderno de casamento e família, associado à ruptura da relação dicotômica de papéis públicos e privados, definidos segundo o gênero. Isso teria provocado profundas transformações no campo da intimidade, levando os indivíduos a terem que “lidar com situações de vida fragmentadas, diversificadas, instáveis, favorecendo a instituição da heterogeneidade, de padrões de casamento e famílias flexíveis e plurais.”

É necessário notar que tais mudanças, mesmo que profundamente significativas, não marcam a substituição de um modelo pelo outro. Ainda hoje, uma maioria considera como ideal o modelo de família nuclear gestado na Modernidade, o que corrobora a ideia de que existe uma convivência simultânea de padrões, traduzindo a multiplicidade do contexto em que vivemos.

De todo modo, é fato que as sociedades modernas abrem o caminho para o desenvolvimento de uma dimensão individual no espaço social, abalando a rigidez dos papéis familiares na sua forma tradicional. Daí se evoluiria em direção a uma problemática que se faz presente hoje, em que se sobressai a difícil tarefa de compatibilizar a individualidade e a reciprocidade familiar (SARTI, 1995). Atualmente, observa-se um individualismo exacerbado como um fator de peso que incide na questão da conjugalidade, tal qual aponta Bauman (2001), justamente pelo fato de se estar vivendo em uma sociedade que se caracteriza por estimular uma busca desmedida pela felicidade pessoal, implicando a satisfação transitória de necessidades.

Há que se considerar que este cenário é acompanhado por um discurso que aponta ser possível, não somente, a homens e mulheres, reproduzir modelos sociais, mas inventar formas de parceria amorosa (GOLDENBERG, 2001), o que nós chamamos de *customizar* a relação. Hoje, ao invés da segurança e da estabilidade de outrora, assegurada por prescrições morais e

imposições sociais rigorosas, os indivíduos precisam lidar com o fato de que o casamento pode ser desfeito a qualquer momento. A construção da relação pressupõe, portanto, uma maior habilidade para a negociação por parte dos cônjuges, além de uma capacidade de optar reflexivamente pela relação que se quer assumir e que se dará na interação com o outro cotidianamente.

Embora o modelo de casamento indissolúvel e monogâmico tenha uma influência preponderante (JABLONSKI, 1991; 2003), como símbolo de estabilidade, ainda hoje, é certo que não se tem um formato a ser seguido que garanta a longevidade da relação ou uma experiência mais salutar da conjugalidade. A diversidade revela arranjos que ora tendem a manter padrões mais conservadores, ora se aproximam do discurso individualista pós-moderno, em que se vê como fundamental a preservação da autonomia e dos interesses pessoais. Considerando estes aspectos, nossa pesquisa visa compreender os elementos que favorecem a sustentabilidade do vínculo conjugal em diferentes configurações, o que nos parece torná-la relevante. Interessa-nos investigar o quanto o casal contemporâneo está conseguindo responder ao contexto pós-moderno, marcado pela perda de referências sólidas e por um centramento na vontade do indivíduo, sem deixar de considerar os modelos e padrões introjetados, que caminham junto à ideia de construção do relacionamento que se quer ter. Em outros termos, o que pretendemos é apreender como os parceiros estão conservando padrões e ideais, reinventando formas e revendo valores, em acordo com a ideia de *customização* que adotamos.

Este trabalho pretende dialogar com outras publicações e pesquisas já realizadas acerca do assunto, bem como servir de subsídio para outras análises de inovações que se operam no campo da conjugalidade, relativas à manutenção do vínculo conjugal. Neste aspecto, destina-se ao ambiente acadêmico, onde pode contribuir para o desenvolvimento de investigações posteriores correlacionados ao tema. A pesquisa pode também ser de interesse de um público mais geral, por se tratar do amor e do vínculo conjugal, questões comuns e que ocupam uma centralidade na vida da maioria das pessoas. Ao nos propormos a investigar a construção e a permanência do laço conjugal, abordando elementos que fazem parte do cotidiano do casal, pensamos poder contribuir, ainda, para uma intervenção clínica mais contextualizada e próxima da realidade.

Em relação ao embasamento teórico do trabalho, foram escolhidos autores de áreas distintas e complementares, como a psicologia, a história, a antropologia, a psicanálise, a filosofia e a sociologia. Procuramos pensar de que modo os fenômenos macrossociais estariam associados às transformações no âmbito da família e da conjugalidade, refletindo no

comportamento dos sujeitos contemporâneos, que, em uma relação bilateral, tornam-se agentes de transformação cultural e social.

A pesquisa conta com uma parte teórica e uma empírica, nesta última realizando-se um trabalho de campo a partir de entrevistas semiestruturadas com sujeitos que fazem parte das camadas médias de Belo Horizonte. Visando fazer um recorte que fosse ao encontro da multiplicidade do contexto pós-moderno, optamos por entrevistar um casal heterossexual e um casal homossexual feminino. Em nossa escolha, levamos em consideração o aumento do número de mulheres que se declaram homossexuais, o que Heilborn (2009) associa a uma maior tolerância social a este grupo, observada através da crescente abertura para o debate acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Vale lembrar que isto se dá em concomitância com as conquistas já realizadas em termos de direitos no campo da conjugalidade, as quais aproximam as ditas sexualidades alternativas das convencionais, apontando também para uma visão menos estigmatizada do grupo minoritário<sup>4</sup>.

Para a discussão teórica foram desenvolvidos dois capítulos. O primeiro aborda as composições e transformações da família ao longo do tempo, sob uma perspectiva histórica e social, a fim de compreender como a conjugalidade foi sendo pensada gradativamente dissociada da ideia de família, até chegar à diversidade de arranjos conjugais vistos na contemporaneidade (capítulo 2).

No capítulo seguinte, buscamos focalizar a questão do individualismo. Neste ponto, tivemos em mente, em primeiro lugar, que ele traz à tona a questão da dualidade segurança *versus* liberdade. Observamos como ele é importante para um movimento de distanciamento do passado, favorecendo o exercício da crítica e o posicionamento dos indivíduos diante da possibilidade de criar suas próprias referências ao se relacionarem. Posterior a isso, buscou-se tratar do ideal de amor presente nas relações conjugais, notando-se a contradição que ocorre entre a expectativa de vivenciar uma relação calcada no ideário romântico e as dificuldades decorrentes de não se conseguir responder a esse ideal. Vale ressaltar que o amor romântico aqui é entendido, de acordo com o ponto de vista de Costa (1998), como uma narrativa, possuidora de uma historicidade. Acreditamos se tratar de algo passível de sofrer variações, embora ainda seja um ideal dominante nos dias de hoje. Centramos nossa análise no modo como ele se apresenta e é apropriado pelos casais. Como referências conceituais utilizadas ao

---

<sup>4</sup> Em 05 de maio de 2011 o Superior Tribunal Federal reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, passando a terem as uniões homossexuais os mesmos direitos dos casais heterossexuais em situação de união estável. Isto implica partilha de bens, pensão alimentícia, herança, inclusão do parceiro no plano de saúde e na declaração do Imposto de Renda, e direito à adoção em nome do casal (SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL, 2011).

longo de todo o trabalho, merecerão destaque: o modelo conjugal tradicional, baseado na família nuclear moderna; o ideário romântico, conforme mencionado; e a ideia de casal igualitário de Heilborn (2004)<sup>5</sup>, cujo princípio básico é uma negação interna de diferenciação de direitos, em favor do valor da igualdade dos indivíduos que compõem a parceria. É importante ressaltar que estamos considerando uma concepção de conjugalidade que é comum entre as modalidades heterossexuais e homossexuais, tal como Heilborn (1992) aponta, tendo em vista que ambas adotam o mesmo modelo simétrico, segundo a lógica individualista e igualitária que prevalece nas camadas médias.

Posterior à discussão teórica, explicamos a metodologia utilizada na pesquisa, apresentando, na sequência do trabalho, a análise das categorias definidas a partir dos achados de campo (capítulo 5), e, por fim, nossas considerações finais.

---

<sup>5</sup> Embora tenhamos identificado também em Salem (2007) o desenvolvimento da ideia de casal igualitário, optamos por trabalhar na perspectiva de Heilborn, devido a uma maior afinidade com o seu trabalho.

## 2 FAMÍLIA E CONJUGALIDADE

Neste capítulo pretendemos versar sobre algumas das composições e transformações da família ao longo do tempo, as quais se fazem acompanhar por mudanças no campo da conjugalidade. Nosso objetivo é buscar a compreensão do modo como o atravessamento de aspectos históricos e sociais interfere na construção de modelos e ideais que se fazem presentes nas configurações conjugais até os dias de hoje.

Um primeiro ponto a se atentar quando se pretende realizar o estudo da família diz respeito às diferenças quanto à própria definição do que seja a família. Com efeito, existem diferenciações de conceito conforme os campos a partir dos quais se observa o tema. A psicologia, a antropologia e a sociologia privilegiam distintos aspectos, levando em consideração o modo de funcionamento da família, tanto no que diz respeito à sua estrutura quanto ao que ela representa para uma sociedade, em determinado contexto.

Autores como Lévi-Strauss, Mildford e Gouch (1980), sem deixar de marcar a importância de não restringir o pensar a família a uma maneira única e fechada, apresentam um conceito bastante difundido, ao compreendê-la, por um viés antropológico, como um fenômeno universal e socialmente aceito, fundado sobre a união, relativamente duradoura, de um homem e de uma mulher e seus descendentes. Na esteira desta definição, sob um aspecto mais amplo, seria possível chegar a uma visão que aborda a família como uma representação social assumida por diferentes grupos sobre as relações de sangue e alianças, estando ela vinculada, não somente a uma realidade concreta, mas, também, a uma dimensão simbólica. A família é, portanto, produzida, de modo a formar e autenticar valores que irão transcender as fronteiras do grupo, marcando uma maneira de este e dos indivíduos se situarem na vida (ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, 1987).

Tal definição, no campo dos estudos sobre a família, no Brasil, surge a partir de uma crítica ao modelo patriarcal proposto por Gilberto Freyre, no clássico *Casa Grande e Senzala*. A análise proposta por diversos autores (ALMEIDA; CARNEIRO; PAULA, 1987; SAMARA, 1987) remete à questão de que a organização familiar retratada por Freyre era verticalizada, não abarcando a pluralidade de composições familiares existentes na sociedade brasileira, em suas diferenças culturais, regionais e de estratos sociais. Acontece, no entanto, que tal modelo foi legitimado pela sociedade, tornando-se referência e propagando valores que passaram a permear a conduta familiar e as relações estabelecidas neste âmbito. Se o modelo de Freyre não reproduzia fielmente a realidade, mas, ainda assim, definia padrões de conduta social e moral, isto quer dizer que se trata de uma concepção ideológica da família.

Segundo Gandra Júnior (1983), o fato é que a representação da família é formada, sobretudo, em consonância com a ideologia dominante da sociedade, articulando-se a partir de princípios éticos, religiosos e econômicos reconhecidos por um estrato social específico cujos valores variam conforme o contexto e a época. Tendo em vista esta perspectiva, percebe-se que, para compreender certa concepção de família e de conjugalidade, é necessário considerar não somente os tipos de organização, mas também os aspectos ideológicos que vão se edificando no campo social, em função do tempo, do espaço e dos diferentes grupos envolvidos no processo (SAMARA, 1987).

Ao tratarmos do casamento e da família no Ocidente, de um modo geral, é possível considerarmos que até o advento da família moderna era praticamente impossível pensar família e conjugalidade como distintas, já que o casamento era o único caminho possível para se estruturar uma família. Hoje, essa lógica se mostra um pouco diferente, uma vez que há uma possibilidade reconhecida socialmente de uma união sem filhos, que se firma pela vivência da conjugalidade e não pela organização de uma família. Neste contexto mais contemporâneo, também se legitima a condição de se ter filhos fora de um casamento, sendo possível, portanto, a constituição de uma família para além da conjugalidade. A ênfase no amor romântico, desenvolvendo-se desde o século XVIII, revela uma tendência que aos poucos distancia a família da experiência conjugal, que vai assim ganhando novos contornos. O discurso, então, como acontece hoje, passa a ser “somos um casal”, o que marca uma dissociação entre conjugalidade e família.

Sem a intenção de fazer uma revisão historiográfica pormenorizada a respeito das variações quanto à organização da família, suas funções e representatividade na vida dos indivíduos, mas pretendendo destacar alguns aspectos considerados relevantes para os fins deste trabalho, discutiremos, a seguir, como o casamento, como parte da estrutura familiar, modificou-se ao longo do tempo, sendo orientado e influenciado por uma determinada ordem social presente na sociedade brasileira. Para percorrer este caminho, serão utilizadas como fio condutor as análises de Costa (1999), cuja obra apresenta as transformações sofridas no interior da família brasileira, a partir da intervenção do Movimento Higienista. Este adquire, efetivamente, grande importância, pois marca uma série de ações de iniciativa do Estado capazes de promover uma reformulação quanto à estrutura e às funções da família, o que reflete sobremaneira nos papéis de homens e mulheres e nas relações que estes estabelecem no espaço privado.

## 2.1 A família patriarcal

A partir do século XVI Portugal, então Metrópole, pouco interessada em investir na Colônia e visando lucros fáceis, estimula a iniciativa privada dos proprietários de terra, que, usufruindo de uma forte autonomia, passam a organizar as famílias latifundiárias, mais comumente conhecidas como patriarcais (COSTA, 1999). Estas se instalam em uma estrutura econômica de base agrária, sustentada por um regime escravista, tornando-se a esfera social básica, por agregar funções produtivas, econômicas e de proteção para aqueles que delas faziam parte (SAMARA, 1998). Associadas a uma descentralização administrativa local, a uma excessiva concentração fundiária e a uma acentuada dispersão da população, elas acabam por incentivar uma sociedade dependente da autoridade paterna e pautada pela solidariedade entre os seus membros (SAMARA, 1998).

As famílias patriarcais eram centradas na figura do pai, chefe da família, cuja função era zelar pelo patrimônio e garantir a unidade entre os membros do grupo familiar. Este era composto, além do casal e dos filhos legítimos, por um núcleo periférico formado por parentes, empregados e agregados, compondo uma unidade complexa, com uma extensa parentela ligada por vínculos distintos. As relações entre os membros eram permeadas por uma submissão ao poder do pai e baseavam-se em uma forte hierarquia entre desiguais (pais e filhos, homem e mulher, branco e negro, senhor e escravo). Não se notava uma autonomia do indivíduo, ficando o seu destino condicionado às decisões tomadas pelo grupo de parentes. Aqueles que ousassem fugir aos padrões da época permaneciam marginalizados (COSTA, 1999).

Neste contexto, a prática do casamento assumia um aspecto funcional. O afeto raramente era levado em conta na confirmação de uma união conjugal, que era vista como um negócio, visando estreitar alianças e servir aos interesses econômicos das famílias. A decisão do casamento cabia aos pais e tutores, que decidiam o enlace, impondo ao dependente a obrigação de contrair matrimônio, ainda que alheio à sua vontade. A escolha do parceiro era baseada em um princípio de igualdade, no sentido de que as uniões deveriam resumir-se a pessoas de uma mesma classe, garantindo, deste modo, a posição social (uma suposta pureza) da família e enfatizando, mais uma vez, o preconceito e outros interesses que se sobrepunham ao aspecto sentimental. É assim que a elite restringe as uniões entre pessoas de cor e origem social diferentes, definindo o casamento segundo os valores do seu grupo contando, inclusive, com a legitimação formal da Igreja Católica (COSTA, 1999; SAMARA, 1998).

Ariès (1983) discorre sobre a influência da Igreja na afirmação dos casamentos nas sociedades ocidentais, mais especificamente na Europa Ocidental. Segundo o autor, o modelo eclesiástico começa a se firmar entre os séculos XI e XII, apresentando como traços mais significativos a indissolubilidade, a monogamia e o caráter público. Até então o modelo laico era ainda bastante utilizado. O casamento era um ato essencialmente privado, celebrado em casa e referendado pela comunidade, sem sanção ou controle do Direito, sendo possível ser desfeito através do repúdio, em que a parte interessada poderia rejeitar o outro e casar-se de novo, de acordo com o seu interesse. Revela notar que, embora o repúdio pudesse ser manifestado pelas mulheres, na prática só os homens o faziam.

A intervenção eclesiástica, em um primeiro momento, resumia-se ao ato simbólico de um padre abençoar o leito do casal que viria a se formar. Os casamentos não tinham o mesmo valor entre as diferentes camadas sociais e eram praticados, em sua maioria, pela classe aristocrática, que via na união um modo de selar alianças com fins políticos. Nas camadas rurais e populares era mais comum a prática do concubinato. No século XIII, a Igreja garante ao casamento o caráter de algo sagrado, o que lhe assegura um estatuto “[...], a par do baptismo e da ordem: extraordinária promoção de um acto privado, de uma união sexual organizada com vistas a alianças de linhagem, feita e desfeita em função de interesses familiares.” (ARIÈS, 1983, p. 142). Nota-se, aqui, que o casamento permanece, entre as classes mais altas, atrelado aos fins de se estabelecer um contrato, agora, entretanto, com o aval da religião, não sendo mais, portanto, passível de dissolução. A Igreja institucionaliza a condição pública da união, impondo um modelo de matrimônio e de sexualidade que se opõe às uniões por consanguinidade e à bigamia. Quanto aos rituais, registre-se que é também no século XII que se dá o seu surgimento. Inicialmente, as cerimônias aconteciam na porta da Igreja, transferindo-se para o seu interior apenas no século XVII. De todo modo, a celebração na Igreja marca dois atos fundamentais: o ato público do casamento e o seu registro por escrito, o que enfatiza a ideia de uma ligação prolongada no tempo e sob a qual se tem um maior controle (ARIÈS, 1983).

No Brasil da sociedade patriarcal, uma parcela significativa da população optava por permanecer no celibato ou simplesmente assumia as uniões ilegítimas, indo contra os apelos da Igreja em sacramentar essas relações. Isso ocorria entre as classes menos favorecidas, nas quais a escolha do cônjuge obedecia a critérios mais tolerantes e menos preconceituosos. Neste âmbito, havia uma maior flexibilidade quanto às condições para se firmar o casamento, sendo menos rigoroso o crivo para eleição do cônjuge, em termos de posição social e riqueza, e o número de uniões não formais mais expressivo. Observa-se mesmo que aspectos afetivos,

neste segmento da sociedade, ganham um lugar privilegiado, contrapondo-se ao fator financeiro. A união era preservada enquanto o carinho e o amor existissem, já que, no plano social, a separação ou um novo concubinato não tinha maiores repercussões. O fato de a celebração legal implicar em despesas e impor obrigações e direitos recíprocos de fidelidade e assistência levava os homens pobres a preferirem viver em sistema de concubinato, a despeito das sanções estipuladas pela Igreja, que condenava os casamentos infiéis, cujos praticantes poderiam ser penalizados pela justiça (SAMARA, 1998).

Na elite branca, quando não se encontravam pretendentes que ocupassem uma certa posição socioeconômica ou fizessem parte de uma família cuja tradição estivesse à altura do desejado para consumir o matrimônio, o celibato tornava-se uma alternativa viável. A prática do concubinato também ocorria entre a classe dominante, basicamente entre as mulheres, que assumiam as uniões, ainda que ilegítimas, como uma saída para obter amparo social e econômico, necessários a sua sobrevivência e a de seus filhos, já que o que lhe cabia, socialmente, era ser mãe e esposa (SAMARA, 1998).

Quanto aos papéis de homens e mulheres, pode-se dizer que, do período colonial até meados do século XIX, aproximadamente, havia uma distinção muito clara do lugar ocupado por cada um. Ao homem cabia proteger os membros da família e garantir os interesses da mesma, o que lhe permitia circular no espaço que ultrapassava os limites da propriedade rural. Já a esposa ficava confinada ao núcleo familiar, ocupando-se de afazeres domésticos. No interior das habitações, as mulheres organizavam a subsistência da família, dedicando-se à culinária e a atividades artesanais. A organização social era regulada por esta diferenciação, que dava ao homem o privilégio de poder circular no ambiente externo e praticar a sociabilidade, enquanto a mulher ocupava seu espaço nos limites do lar (COSTA, 1999).

Segundo essa definição tradicional, a mulher seria uma figura recatada, com atividades restritas aos cuidados da casa e da família, submissa à autoridade absoluta do homem. Ressalte-se, todavia, que esta imagem era própria apenas das mulheres de classes mais favorecidas, uma vez que era comum as mulatas, as negras e as brancas pobres frequentarem as ruas em busca de sobrevivência, inclusive, através da prostituição (SAMARA, 1987; 1998).

Há, porém, estudos que apontam uma realidade que diverge da convencional. Um primeiro dado que leva ao questionamento da imagem de passividade atrelada à mulher, nesta época, é o relato de que muitas delas, quando na ausência do marido, passavam a encabeçar os negócios da família e ajudar no seu sustento, trabalhando na agricultura ou em pequenas atividades manuais. Para além disso, no âmbito privado, em diferentes níveis sociais,

destacam-se os relatos de que as mulheres cometiam adultério, em consequência de uma vida opressora. Neste caso, encontrava-se nos comportamentos sexuais irregulares uma via de satisfação para os desejos e sentimentos não passíveis de manifestação nos moldes da família patriarcal. Observa-se, ainda, uma maior iniciativa por parte das mulheres quanto aos pedidos de anulação de casamento e de separações<sup>6</sup>, o que leva a crer que, mesmo subjugadas aos maridos, elas assumiam posições mais ativas, indicando que, na prática, o ideal da esposa casta e submissa ao esposo era contestado, a despeito dos valores tradicionais que vigoravam (SAMARA, 1998).

Tais considerações, entretanto, não impedem que se observe que, de uma maneira geral, havia uma lei própria que regulava as relações intrafamiliares, intimamente ligada ao despotismo masculino sobre a mulher e sua prole, o qual gerava uma série de sentimentos e atitudes que repercutiam na intimidade familiar. Sobre o sentimento de intimidade, Costa (1999) pondera que, independentemente de quando tenha surgido, suas manifestações até o início do século XIX foram bastante incipientes. Segundo o autor, o convívio íntimo não era algo valorizado na sociedade patriarcal. Na prática, os costumes e hábitos na casa eram compartilhados por muitos, incluindo parentes, serviçais e amigos. Não havia, portanto, um convívio exclusivo entre pais e filhos, tampouco um ambiente propício que favorecesse um contato pessoal capaz de levar a um estreitamento de laços de carinho entre eles. Os escravos, dos quais os senhores eram, muitas vezes, completamente dependentes, exerciam funções diretamente ligadas à intimidade física e emocional dos indivíduos, como as de higiene e amamentação do recém-nascido, o que dificultava as aproximações sentimentais. Parece um contrassenso afirmar, mas, como diz Costa (1999, p. 95), “[...] a simbiose que a casa vivia impedia a reorganização com vistas à aproximação sentimental entre seus moradores.”

O próprio compromisso que ligava as pessoas, neste sistema familiar, era inibidor da aproximação íntima. A família colonial tinha como cabeça o pai, de quem era exigida toda a iniciativa econômica, cultural, social e sexual. Os demais estavam submetidos à sua vontade, sem haver espaço para a manifestação de anseios próprios que os distinguissem entre si, promovendo uma “indiferenciação emocional” (COSTA, 1999, p. 96) entre as pessoas. As particularidades emocionais não só eram estranhas como inconciliáveis com os interesses gerais da família. Como consequência, reforçava-se o afastamento emocional do homem para com o resto da família, uma vez que sua inacessibilidade estava diretamente atrelada à força

---

<sup>6</sup> Os processos de separação aqui referidos eram da ordem da Justiça Eclesiástica e consistiam na separação de corpos e bens, sem considerar a possibilidade de novas núpcias. É a partir de 1890 que a separação passa a ser regulamentada em decreto e executada também pelo Tribunal de Justiça Civil, contudo, sem alterar o conteúdo das determinações já em vigor estabelecidas pelo clero (SAMARA, 1998).

da sua autoridade. Assim sendo, as conversas que eram travadas entre o marido, seus filhos e sua mulher não eram frequentes e possuíam um caráter mecânico, voltadas para o esclarecimento de ordens que deveriam ser seguidas à risca, sem contestação, atrelando o medo das punições às relações e aumentando a distância afetiva entre os entes mais próximos (COSTA, 1999).

Organizar o convívio de modo a privilegiar a escuta e as questões particulares, efetivamente, não estava na ordem do dia. Pode-se dizer que os aspectos psicológicos, nesta época, apresentavam-se de forma superficial, se compararmos com o que acontece com o indivíduo urbano e moderno. Isso não significa que se deva desconsiderar a capacidade imaginativa e de interiorização dos sentimentos, mas reconhecer que estes eram abafados por uma ordem externa que se sobrepunha ao sujeito (COSTA, 1999).

É interessante pensar que o modelo patriarcal serviu como referência de estrutura familiar, no Brasil, a partir de uma adaptação da família portuguesa, conservadora em sua essência, mesmo sem abarcar as variações quanto aos modos de organização nos diferentes grupos sociais, em seus contextos específicos. Com esta referência, o conceito de família brasileira adquiriu um caráter genérico e estático, ficando atrelado ao conceito de família patriarcal e extensa (SAMARA, 1987).

Segundo Samara (1987), o que se observava era um crescimento da família brasileira que ocorria “verticalmente, através da miscigenação e, horizontalmente, pelos casamentos entre a elite branca” (p. 30). Porém, as famílias extensas não eram as únicas, em um meio que comportava certa diversidade. A autora cita, por exemplo, famílias paulistas em que se observava um número menor de membros e estruturas mais simples. As famílias paulistas “extensas”, no início do século XIX, com efeito, não chegavam a representar 26% dos domicílios, predominando outras formas de composição. O que acontece é que as formações familiares ganham contornos próprios e diferenciados conforme os segmentos que compõem a sociedade.

É importante frisar mais uma vez, todavia, que, embora a multiplicidade tenha sido uma realidade no Brasil, uma determinada representação de família, baseada em relações aparentemente estáveis e hierárquicas, com funções entre seus membros bem demarcadas e uma intimidade restrita no ambiente familiar, permeava os diferentes núcleos. Trata-se de uma concepção construída e sedimentada segundo valores disseminados por uma classe dominante e legitimados sobre as relações afetivas e de poder vividas à época. É neste contexto que a família patriarcal se estabelece como parâmetro de regulação de padrões sociais e morais, no âmbito de sociedades tipicamente tradicionais.

A conclusão até este ponto é a de que, em aproximadamente três séculos de história do Brasil, uma série de padrões que regulavam a vida social e privada conviveu com comportamentos não tradicionais, indicando que práticas fora das “normas” convencionais já existiam desde muito tempo, variando, na realidade, o modo como eram validadas pela sociedade, encontrando maior ou menor espaço para coexistirem com os ideais estabelecidos. Como se verá a seguir, a partir do século XVIII, algumas mudanças mais profundas começam a ocorrer, em concomitância com a permanência de elementos próprios da família patriarcal, que continuam a permear as relações familiares e conjugais até os dias de hoje.

## **2.2 A família nuclear moderna**

Sob os efeitos dos tempos modernos, transformações que têm início no final do século XVIII e se consolidam no século XIX promovem de maneira gradual a mudança de uma família com um extenso número de parentes para a família nuclear, também chamada conjugal (ROMAGNOLI, 1996; VAITSMAN, 1994), composta pelo casal e seus filhos, que se torna a organização fundamental da sociedade moderna (ROMAGNOLI, 1996).

A Modernidade é um fenômeno que surge na Europa, alcançando maior expressividade no século XVIII, a partir de uma série de acontecimentos nas esferas política, econômica, cultural e intelectual, que promovem alterações importantes na forma como se organizam as sociedades ocidentais e em sua concepção do homem.

O projeto da Modernidade buscava libertar o homem, através do uso da razão, daquilo que ele desconhecia e do que não podia dominar. Se antes o ser humano estava condicionado à religião, aos mitos, à força da natureza e ao uso arbitrário do poder, agora o controle e a apreensão do mundo e do próprio homem se tornam possíveis por meio do domínio da racionalidade. Busca-se uma desconstrução do antigo, acreditando-se no progresso, que orienta a ruptura com o passado e com a tradição. A emancipação do homem de antigas amarras faz nascer o indivíduo como um valor, dando-lhe o estatuto de uma figura que se tornará socialmente central (HARVEY, 1992).

Ao contextualizar este estado de coisas é importante apontar os efeitos da Revolução Industrial na construção da Modernidade. Segundo Kumar (1997), o industrialismo é que forneceu substância material à Modernidade. A criação e o fortalecimento dos centros urbanos, o desenvolvimento de novas tecnologias e a promoção do crescimento econômico, com as constantes inovações, faziam-se acompanhar de muitas incertezas, que se refletem no estilo de vida e no cotidiano, considerado, a partir de então, moderno.

No Brasil, a repercussão da Modernidade chega à família acompanhando alterações de ordem social e econômica, em concomitância à experiência de um individualismo progressivo. Enquanto no século XVIII a base do modo de produção era agrícola e a sociedade predominantemente rural, no século XIX nota-se um processo de urbanização da Colônia, com a migração da população de áreas rurais para a urbana, estimulada pela exportação do açúcar, a descoberta e a comercialização do ouro; e o aumento do comércio (ROMAGNOLI, 1996).

O espaço urbano, até então, era composto por vilas e cidades construídas pelos senhores de terra, funcionando como uma extensão das propriedades rurais, seguindo os modelos dos engenhos. O crescimento das cidades ficava condicionado aos ciclos de produção rural e aos interesses dos proprietários, que reinavam absolutos, impondo uma determinada ordem social e econômica, a despeito do poder de Portugal (COSTA, 1999). A urbanização, na sua fase inicial, portanto, não promoveu grandes mudanças na estrutura colonial, como tampouco na estrutura das famílias patriarcais (ROMAGNOLI, 1996).

Até meados do século XVIII, Portugal revelou pouco interesse pela política de povoamento das terras brasileiras, deixando a ocupação das cidades ao encargo dos colonos. Nesta conjuntura, o poder político era compartilhado entre o Estado, as famílias locais e o clero, cuja convivência era marcada por tensões inerentes às disputas pelos benefícios que cada parte visava, as quais se tornaram mais acirradas na segunda metade do século XVIII. Nesta época, com a descoberta e a extração de ouro, e uma conseqüente expansão das cidades, observa-se a formação de uma elite que começou a se opor aos interesses de Portugal. Negociantes, homens de letras, militares, funcionários públicos, religiosos e outras camadas sociais rebelavam-se política e economicamente contrários aos lucros excessivos obtidos pela Metrópole.

Soma-se a isso, já no século XIX, a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, acompanhada de membros da aristocracia, o que estimula a transferência de uma grande quantidade de pessoas do campo para as cidades. Dá-se a composição de uma nova camada urbana, que exigia uma série de adaptações. É neste cenário que Portugal começa a intensificar seus esforços para ter um maior controle, conter as rebeldias e dominar as cidades, que deveriam ser conduzidas conforme a expectativa do Estado (COSTA, 1999).

Logo, fica claro para o Governo que não bastava urbanizar ou estabelecer meios legais e jurídicos de coibir a sociedade. Era preciso torná-la sua aliada. Assim, é criado um conjunto de noções, baseadas em preceitos científicos e racionais, a fim de estabelecer uma nova moral, erigida sobre a ideia de que a manutenção da vida dependia da higiene e da adesão a novos

comportamentos, que seriam apreendidos por meio de práticas de intervenção do Estado (COSTA, 1999).

Neste contexto é que surge o Movimento Higienista, colocando a medicina à frente de um novo sistema, contrário à antiga ordem colonial, visando aliciar a população segundo os interesses do Estado e adaptar a sociedade a um processo de urbanização e modernização dos costumes, aos moldes da burguesia industrial europeia. A medicina social passa a operar como um mecanismo eficiente de controle dos indivíduos, através da educação das práticas sexuais, do próprio corpo, de atitudes e dos sentimentos, baseada em uma ética burguesa, que associava a disciplina e a ordem à saúde. O Movimento, portanto, segue concomitantemente ao desenvolvimento urbano, contrapondo-se ao estilo de vida colonial, que não respondia aos apelos de uma elite ávida por consumo de todos os tipos, tampouco atendendo ao ritmo econômico mais veloz e à necessidade de modernização impostos pela influência do capitalismo europeu.

Por ser a família um dos grandes sustentáculos da tradição colonial, torna-se foco das investidas do Movimento, o qual visa quebrar o seu conservadorismo e adequá-la à ordem urbana, em um processo que Costa (1999) chamou de “aburguesamento”. Como consequência deste, ocorre uma remodelação nos costumes familiares, com a revisão de papéis de seus membros e a expansão de novas formas de convivência íntima. Aos poucos, as regras de familiaridade estipuladas e introduzidas pela medicina provocam uma redução maciça no número de membros da família. Internamente, a convivência mais estrita aproxima os indivíduos, compondo a família nuclear, que se torna a célula-chave da sociedade (COSTA, 1999). Vejamos de que maneira essas mudanças refletiram nas relações em família.

Uma das vertentes da intervenção higienista enfatizava a reorganização das famílias em torno da preservação e educação das crianças. É assim que a família vai retirando o foco da figura do patriarca, passando a priorizar os filhos, que precisam ser orientados e bem criados para servir à sua pátria. Enquanto nas sociedades tradicionais a função da família era basicamente política e econômica, na sociedade moderna privilegia-se as funções de reprodução e socialização, centradas nas relações de afeto. Até o período anterior, como afirma Costa (1999), as relações entre pais e filhos eram instrumentais e pouco afetivas, ficando os últimos relegados a um papel secundário. Não havia uma ideia de continuidade entre a criança, o adolescente e, finalmente, o adulto que viria a se constituir. A partir do objetivo de instruir as pessoas de acordo com os valores que o Estado pretendia implantar é que a maneira de lidar com a criança começa a se modificar, aproximando-se do sentido moderno, conforme conhecemos hoje.

O estabelecimento dessa nova imagem das crianças deveu-se, em grande parte, à reação dos higienistas face à mortalidade infantil. Era sabido que as causas das mortes, em sua maioria, estavam relacionadas aos descuidos dos adultos, que costumavam tratar tardiamente as doenças que acometiam os bebês, além de oferecerem uma alimentação inadequada e conservarem maus hábitos na lida com os pequenos, sendo, muitas vezes, delegada às escravas a função de amamentar os filhos das mulheres brancas, sem que se considerasse se aquelas tinham condições físicas e emocionais para tal. Com a nova mentalidade, a conduta feminina frente aos filhos é questionada iniciando-se um movimento contra a falta de preparo destas mães. Aos pais era dirigida a crítica mais severa, por serem os mantenedores de um sistema que os privilegiava mediante a exploração dos escravos, parte do círculo vicioso em que a família estava encerrada (COSTA, 1999).

Uma nova concepção de família começa a se configurar, promovendo a redefinição das funções de homens e mulheres, que passam a ser mais similares do que no período anterior, devido ao propósito comum voltado para a criação e o zelo das crianças. Nessa lógica, fica o pai responsável pela manutenção material do filho, e a mulher, que antes atuava auxiliando o marido na conservação de seu patrimônio, ganha uma função exclusiva, direcionada para o cuidado e a iniciação educacional das crianças.

A atenção com a saúde física colocou também em pauta o fator psíquico. Cientes da importância dos filhos e com o estreitamento do vínculo, os pais passam a valorizar os sentimentos, que antes eram regulados através de mecanismos de punição ou simplesmente desconsiderados. O cuidado voltado às manifestações do corpo, do intelecto e do comportamento moral, com fins de controlar e conter as imperfeições, chama a atenção para as “boas ações” como as atitudes amorosas e de amizade, que então se fazem notar.

Esse olhar voltado para a pessoa faz crescer o valor do indivíduo e dos aspectos físico-emocionais que compõem a sua trajetória. A interpretação da conduta humana começa a atribuir à ação e à história do indivíduo, o que antes era relacionado aos cânones religiosos e preceitos sociais. A conduta social e emocional começa a ser pensada por uma vertente psicológica. Esta permite uma exploração mais refinada, à altura da “alma” higiênica, que vai além das ideias de pecado e pureza, sendo a interioridade dos indivíduos reconhecida e marcada por uma nuance de sentimentos.

Neste novo panorama, o casamento é afetado do mesmo modo. Segundo Costa (1999, p. 219):

Os princípios que revisaram a educação infantil modificaram ao mesmo tempo a natureza do casamento. A defesa da raça e do Estado, através da proteção das crianças, foi o ponto de conexão entre os dois fenômenos. O casal higiênico deveria constituir-se com este objetivo.

Se antes o casamento tinha a função de estreitar laços econômicos entre famílias, agora seu emprego se destina à preservação da criança e do núcleo familiar. A sexualidade e o amor ganham espaço e adquirem aspectos normativos específicos.

Até o momento anterior à intervenção higienista, a sexualidade no casamento possuía uma finalidade puramente reprodutiva, cabendo à Igreja regular suas práticas. Nestes termos, era condenada a sexualidade autônoma, que não obedecia ao princípio de procriação (como a sodomia), e a prática sexual irresponsável e livre, fora do casamento, como nos casos de adultério. Mesmo o hábito do sexo dentro do casamento obedecia a certos ditames morais. Assim, era julgado inapropriado realizar o coito por puro prazer, de forma gratuita, ultrapassando os fins de reprodução.

Segundo Flandrin (1983), a prática sexual conjugal era exclusivamente dirigida conforme as prescrições da moral cristã, pelo menos até o meio do século XVIII, e era encontrada tanto no campo como na cidade, em classes sociais diversas. A cópula praticada com a finalidade de constituir uma família e criar filhos tementes a Deus era uma das razões do casamento. Outro motivo que justificava o matrimônio era o de fornecer ao cônjuge (marido e mulher) o direito ao ato sexual, configurado como uma obrigação mútua. O casamento era, ainda, uma forma de evitar a impureza de que se revestia uma atividade sexual praticada fora da união legítima.

Embora não fosse levada em conta a noção de amor nos debates sobre a sexualidade da vida conjugal até esta época, o sentimento entre marido e mulher não era de todo desconsiderado. Ariès (1983) aponta o sentimento experimentado no casamento, como uma ligação afetuosa passível de se estreitar com o tempo. É preciso ressaltar, entretanto, a diferença bem marcada entre o sentimento atrelado ao sagrado matrimônio, caracterizado pelo recato, como efeito da convivência de uma vida compartilhada entre o casal, e o amor-paixão, cuja marca é a busca por um prazer espontâneo e livre para os excessos. Por ser isento de restrições, era mais comum de ser experienciado fora do casamento, lugar este reservado às contenções, em que a virtude da procriação é praticada. Nesta lógica, um homem sábio deveria “amar sua mulher com discernimento e não com paixão e, conseqüentemente, controlar os seus desejos e não se deixar obcecar pela cópula.” (ARIÈS, 1983, p. 132). Flandrin (1983) e Costa (1999) ponderam que a entrega ao amor apaixonado pelo cônjuge

poderia ser forte o suficiente para prejudicar as relações sociais entre os indivíduos e comprometer os seus deveres para com Deus.

Fiel ao seu método disciplinar, o Movimento Higienista propõe mudanças que acabam por alterar este cenário, não através de mecanismos punitivos, como os de que lançava mão a Igreja, de acordo com os valores patriarcais, mas prometendo benefícios em forma de favores afetivos e sexuais. Na lógica higienista, visando um encontro que permitisse gerar descendentes saudáveis, a condição física e emocional dos pais passa a ser valorizada. O casamento como um comércio começa a ser criticado e as antigas premissas que davam sustentação ao matrimônio de razão vão perdendo força (COSTA, 1999).

Promove-se, então, uma reestruturação do casal. São criadas novas e rigorosas regras de seleção dos cônjuges, indo além do fator riqueza, valorizando outras qualidades. Assim, torna-se desejável desposar uma mulher recatada, meiga e bela, além de endinheirada. Quanto ao homem, espera-se que goze de boa saúde, tenha boa aparência, seja inteligente e possua bom caráter, sendo esta sua maior virtude, aquela que mais poderia favorecê-lo na construção de um patrimônio futuro. De seu lado, pautados pelos preceitos do amor romântico que emergia na Europa em meio à consolidação do poder da burguesia, os higienistas prometiam “[...] o direito a uma escolha individual do parceiro, em nome da fruição do sexo e do amor.” (COSTA, 1999, p. 226).

Giddens (1993) descreve o amor romântico como um fenômeno cultural que começa a marcar presença na Europa no início do século XVIII, apresentando, pela primeira vez, a escolha do parceiro como uma ação de liberdade individual. A relação romântica, em consonância com os romances de ficção da época, teria por base o ideal de um encontro especial entre dois seres incompletos que, ao se unirem, tornar-se-iam inteiros. O amor romântico mescla desejo a um tipo de amor espiritual, em que o outro é visto como cheio de qualidades distintivas de um ser especial. Neste enquadramento, há uma valorização dos sentimentos recíprocos.

O casal vislumbra a construção de um futuro comum, autônomo em relação a outros aspectos da organização social. Instala-se o afeto como condição necessária para a união, em contraposição aos casamentos firmados por interesses econômicos entre famílias.

As regras impostas ao casamento moderno traduzem o cenário sócio-histórico em que este surge. Com a emergência do individualismo e do pensamento moderno, nota-se uma ênfase crescente no indivíduo, que, agora emancipado dos laços herdados, depara-se com a possibilidade de escolha do cônjuge.

MacFarlane (1990) ressalta a especificidade cultural do vínculo que articula a escolha individual à emoção e ao casamento, caracterizando como uma particularidade do mundo ocidental, com importantes repercussões sobre este. A invenção da tradição do amor nas relações efetua uma profunda mudança na realidade do casamento ocidental, estabelecendo uma barreira sobre o passado clássico e as sociedades orientais, cujo sistema predominante era o das uniões arranjadas. A possibilidade do amor individual define, de maneira expressiva, a passagem de um modelo tradicional para um sistema moderno de família conjugal, tal como aponta Goode citado por MacFarlane (1990). Segundo este autor, uma das principais características deste sistema consiste no relativo distanciamento dos parentes e pessoas mais próximas dos assuntos relativos ao casal. Disso decorrem outros aspectos. A idade para o casamento tenderá a aumentar, uma vez que os jovens precisarão ter condições de se manter, adaptando-se ao sistema econômico na busca por uma independência em relação ao grupo maior. Esta possibilitará ao par, entre outras coisas, estabelecer uma residência separada e decidir entre si a quantidade de filhos que quer ter. Por fim, o encontro será pautado por uma atração mútua entre os cônjuges e não mais pelos interesses familiares, tornando o relacionamento marido-mulher o mais importante de todos os vínculos. Goode não deixa de anunciar as repercussões de um laço marcado por fortes emoções e expectativas, considerando a possibilidade de tornar-se intrinsecamente instável, o que discutiremos em momento posterior.

Entretanto, enquanto o amor romântico se situa mais no campo das ideias, próprio para a ilusão e o devaneio, bem ilustrados pela literatura francesa, o amor higienista, como afirma Costa (1999), coloca-se como algo material, objetivo. A lógica higienista não pregava um amor do “reino da ficção”, mas um que fosse comedido e voltado para a felicidade do lar. Ter prazer, para o amor higienista, significava gozar com a harmonia vivida em família. Nota-se aqui uma reordenação da vida emocional, que acompanha a racionalidade moderna. Por seu caráter de permanência e comprometimento, o amor romântico vivenciado dentro do casamento se atrela a uma trajetória de vida prolongada, orientada para um destino que seria construído a dois. Tal amor se baseia na idealização e apoio ao outro e na projeção de um desenvolvimento futuro. O amor, neste ponto, converte-se em uma forma de segurança psicológica para aqueles cujas vidas por ele são afetadas, ganhando também um sentido de manutenção de um modo de vida, em que o homem assume o papel de provedor da família e a mulher o de mantenedora do lar.

O Movimento Higienista, com efeito, apropria-se de elementos do amor romântico, atribuindo-lhe um caráter instrumental, tornando-o uma maneira eficiente de regulação da

vida em família. O que permitiria a conservação da espécie seria a junção das qualidades de dois seres unidos com o propósito de preservarem uma família, através da prática da sexualidade permeada pelo amor (COSTA, 1999).

Finalmente, o amor servirá também como mecanismo que normatiza novos papéis sociais de gênero no casamento. A partir do modo como homens e mulheres respondem à vivência do amor e das experiências afetivas, a medicina tipifica e naturaliza as características de cada sexo, construindo modelos das condutas masculina e feminina.

É neste processo que a fragilidade física da mulher começa a ser associada também a uma precariedade moral, tornando-a, em sua essência, inferior ao homem. Qualidades como doçura e submissão surgem em oposição a características como energia e força, associadas aos homens. Com uma predominância para as faculdades afetivas, as mulheres estariam destinadas a amar e serem amadas, sendo estas suas maiores ocupações na vida. Ao homem, por sua vez, numa relação dicotômica, atribui-se uma natureza forte, capaz de grandes ações e elucubrações, evidenciando, além da capacidade física, uma faculdade intelectual mais desenvolvida do que a da mulher (COSTA, 1999). O lugar de homens e mulheres parecia marcado pela natureza imperiosa, que os colocava em situação de polaridade. A feminilidade fica atrelada à docilidade e à susceptibilidade para amar, enquanto a masculinidade se liga à firmeza, à atitude e às manifestações de amor de maneira mais fria e contida.

Tendo em vista administrar estas diferenças para que não se tornassem motivo de desagregação conjugal, a medicina configura a distinção de papéis de modo a torná-la necessária ao objetivo maior de amar e cuidar dos filhos. Assim, a tendência a dedicar-se a uma vida sentimental torna a mulher mais propensa a ser amante, esposa e mãe. E o homem, por sua capacidade de vencer obstáculos, utilizar a razão e buscar, através do trabalho, o sustento da casa, destina-se a ser pai e chefe da família. Esta relação entre mulher-maternidade e, homem-paternidade marcará um padrão da existência social e emocional que se inicia na Modernidade (COSTA, 1999).

É neste sentido que se solidifica a família nuclear ou conjugal no século XIX, que pode ser definida como um grupo composto por um casal, unido pelo matrimônio, e um número pequeno de filhos, decorrente desta união, o que caracteriza um núcleo restrito em estrutura, função e hierarquia. Possui influências e aspirações burguesas e tem o indivíduo como figura central, dotado de uma maior autonomia em relação à parentela. A função deste, que, em tempos coloniais, era atrelada a subsistência do grupo familiar, ganha atribuições específicas voltadas para a criação dos filhos por um viés afetivo (ROMAGNOLI, 1996).

Para Vaitsman (1994), a família conjugal moderna estrutura-se sobre dois pilares principais. O primeiro sustenta uma distinção entre papéis públicos e privados atribuídos segundo o gênero, em circunstâncias históricas e sociais; homens transitam no espaço público e no do trabalho, mercadologicamente reconhecido, enquanto as mulheres se restringem ao privado, às atividades do lar e ao cuidado com os filhos. O segundo diz respeito a uma nova função que a família adquire, deixando de ser econômica e centrando-se cada vez mais na construção da afetividade. Homens e mulheres voltam-se para a criação dos filhos. Com a privatização da família, ocorre uma maior vivência da afetividade no espaço íntimo, que passa a permear não só as relações entre filhos e pais, como também entre marido e mulher (VAITSMAN, 1994). As emoções ganham espaço privilegiado nesta nova configuração, tornando-se o amor elemento central no modelo de família da classe média urbana (ROMAGNOLI, 1996).

Ainda que no Brasil a urbanização não tenha acontecido concomitantemente ao processo de industrialização, como ocorreu na Europa, só se pode compreender o Movimento Higienista tendo em vista a sua relação com a ideologia burguesa industrial europeia. Em que pese à sua origem em uma realidade social bem diferente da brasileira, à época ainda marcada pelo regime escravista, como uma sociedade latifundiária e patriarcal, precariamente urbanizada (ALMEIDA, 1987), é certo que o Movimento favoreceu uma adaptação à Modernidade e ao urbanismo crescente, tendo sido suas regras incorporadas pouco a pouco ao cotidiano dos brasileiros, promovendo avanços quanto a melhores condições de vida e transformando papéis do grupo familiar e funções da família (COSTA, 1999; ROMAGNOLI, 1996).

Por outro lado, é preciso perceber que o Movimento contribuiu para que se mantivessem posições internas na família condicionadas às “velhas” relações de poder, apenas revestidas de uma nova roupagem. Para melhor explicar isso, vamos considerar que a família nuclear moderna, ao surgir em meio à ascensão da burguesia industrial e em sintonia com o espírito burguês da Revolução Industrial, carregava em seu cerne a ideia básica de democracia, que preconizava terem todos os homens os mesmos direitos (ALMEIDA, 1987).

De fato, o homem moderno, como nunca acontecera antes, vê-se na condição de exercer sua vontade e fundar as leis que o definem, sem a intervenção divina ou da natureza. De acordo com Renaut (1998), o homem moderno é concebido como senhor de seus atos, dotado de uma autonomia que lhe permite regular a si próprio, segundo um direito natural e subjetivo. Ele é “o princípio de toda normatização” (p. 10), conforme as noções de liberdade e igualdade trazidas pela Revolução Francesa. Se os homens são dotados de um direito “natural

e subjetivo”, que os regula, poder-se-ia pensar que todos os cidadãos possuem os mesmos direitos. Isto, entretanto, não acontece. É o mesmo Renaut quem afirma, com base no pensamento de Aristóteles, que a liberdade de direito vai fundamentar-se “não no reconhecimento do princípio de autonomia (em cujo caso esse direito deveria ser estendido a todo homem enquanto tal), mas na organização finalizada de uma natureza no seio da qual alguns são feitos para comandar, e outros para obedecer.” (p. 11).

Ainda que o individualismo tenha um preceito de universalidade, confirmou-se na prática como excludente em relação às mulheres, uma vez que a noção de “indivíduo” se fez valer sob uma perspectiva de direito masculina. O ideal de igualdade distinguia claramente duas categorias, a de proprietários e a de todos os outros não enquadrados nesta condição, entre os quais se incluíam as mulheres (VAITSMAN, 1994).

Às mulheres foi imposta outra lei, concebida como de ordem “natural”, que serviu de base para a construção do estereótipo da “rainha do lar”. A mulher, considerada como um ser naturalmente maternal, devia assumir uma postura dedicada, estabelecendo um vínculo simbiótico com os filhos, sendo, ainda, por suas características ditas inatas, a mediadora na relação das crianças com o pai, ao qual cabia exercer a autoridade máxima (ALMEIDA, 1987). Na família moderna, conforme aponta Costa (1999, p. 147), “o homem, por seu turno, foi premiado com um novo tipo de submissão das mulheres, criado pelo médico; a submissão, por meio do amor, ao marido, aos filhos e ao lar.”. Isso leva a concluir que a família moderna, por mais que tenha sofrido transformações, manteve em sua base elementos da família patriarcal, herdando desta uma posição de desigualdade, na qual a mulher, seja respondendo a um ideal de amor, seja por uma posição social limitada, continuou subjugada a um sistema em que a “última palavra” deveria ser proferida por um homem.

Desta maneira, as mulheres permaneceram no âmbito doméstico, com suas vidas como esposas e filhas regidas por princípios particulares e tradicionais de certos homens. Estava posta a forma moderna de reclusão feminina, desigual, em que a mulher ficava subjugada à figura masculina, tendo seu comportamento e formas de socialização como confirmação das relações de poder na esfera privada.

Vaitsman (1994, p. 17) conclui, já se referindo ao cenário brasileiro:

Fundada numa dicotomia entre papéis públicos e privados, a família conjugal moderna, como categoria sociológica e histórica, se constituiu não como um modelo igualitário, mas hierárquico, e tornou-se o padrão dominante entre as classes médias dos grandes centros urbanos brasileiros até meados dos anos 60.

### 2.3 As formações pluralísticas

A partir dos anos 1960 muitas foram as transformações culturais e científicas que abalaram a estrutura organizacional da sociedade brasileira, gerando grande impacto sobre os modelos tradicionais de família. Heilborn (2004) cita alguns acontecimentos que promoveram tais mudanças nas camadas médias e altas das grandes cidades do país, quais sejam: uma forte concentração de renda entre as décadas de 1960 e 1970, possibilitando maior desenvolvimento econômico e inserção de mais pessoas no mercado de trabalho; um certo declínio do valor da família, assim como uma diminuição de membros na composição da mesma; o aumento das instituições de ensino superior e o maior acesso à educação. A autora aponta ainda o fortalecimento do feminismo; o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, favorecendo uma maior e mais rápida circulação de informações; e, o início do movimento de liberação homossexual.

Os anos 1960 são marcados pela irrupção de ações que questionam os mecanismos de poder, negando as instâncias normatizadoras que promoviam relações de dominação entre os agentes sociais e disseminavam visões de mundo restritas. O aspecto pessoal torna-se cada vez mais valorizado, em detrimento de uma lógica externa cerceadora dos indivíduos. As posições sociais desiguais, secularmente mantidas, são contestadas. No final da década de 1960 e início da década de 1970, o movimento feminista, que surge na Europa e nos Estados Unidos, começa a repercutir no Brasil, fazendo emergir a voz do então “sexo frágil”, que reivindica um espaço de atuação na esfera política e profissional, além do direito de ter o controle sobre o próprio corpo, decidindo sobre a prática da sexualidade e a maternidade como opções pessoais (GOLDENBERG, 2003).

O feminismo se firma como um movimento organizado e respaldado por várias esferas da sociedade, contribuindo para a libertação da mulher da submissão econômica, ideológica e jurídica ao marido, possibilitando a ela o acesso mais expressivo ao mercado de trabalho (ROMAGNOLI, 1996). Com o avanço tecnológico surgem os métodos contraceptivos que permitem o controle da reprodução e a prática da sexualidade desvinculada do casamento.

Diante desse novo quadro socioeconômico ocorre um aumento da participação feminina na esfera pública, o que promove uma redefinição do papel da mulher na sociedade, culminando na crise da típica família moderna, até então apoiada nas diferenças de gênero (VAITSMAN, 1994). Vaitsman assim se refere ao processo em curso a partir dos anos 1960:

Socializadas nos anos 50 para desempenhar papéis similares aos de suas mães, já na adolescência inúmeras mulheres deste grupo desenvolveram aspirações que provocariam mudanças decisivas na estratificação sexual, defrontando-se com um mundo repleto de possibilidades e estilos de vida. Quando mais e mais mulheres construíram projetos de vida não mais vinculados exclusivamente a uma esfera expressiva, estavam criadas as condições para que as relações de gênero se redefiniram, estava selada a sorte da família conjugal moderna. (VAITSMAN, 1994, p. 17 e 18).

À medida que o casamento deixa de ser o fim único ao qual as mulheres estão destinadas e estas projetam investimentos em outras áreas de suas vidas, tem-se um desafio ao modelo até então dominante. O movimento de recusa à desigualdade e a busca por novos espaços levam as mulheres a conquistar seus direitos e constituírem-se como indivíduos. A redefinição da divisão sexual do trabalho, a partir de uma negação da lógica patriarcal, aponta para uma maior paridade entre homens e mulheres, o que não poderia deixar de promover certa tensão nas relações íntimas, no casamento e na família (VAITSMAN, 1994).

Quando a mulher se coloca em situação de maior similaridade, necessariamente o homem precisa rever seu lugar, o que acaba por criar um campo fértil para novas discussões sobre os papéis de cada um. Nota-se, então, com uma intensidade nunca antes vista, que as mulheres experimentam um dilema entre dois padrões que passam a coexistir, o da mulher virgem e voltada para as obrigações do lar, e o daquela que busca seu sustento, atua politicamente e exerce de modo mais livre a sexualidade. De um lado, há um modelo mais próximo dos preceitos religiosos, de outro a ideia de mulher que se consolida através do discurso feminista e da forte influência da psicanálise, que rejeita rígidos padrões de moral, estimulando a expressão de posturas autênticas e promovendo uma reformulação do sujeito em relação ao seu passado (GOLDENBERG, 2003; VELHO, 1986).

Neste contexto, o modelo tradicional ou hierárquico sofre um forte abalo, colocando-se como possibilidade social uma maior igualdade entre homens e mulheres. Ainda que as diferenças entre os gêneros se façam presentes até os dias de hoje, o fato é que estão dadas, a partir dos anos 1960, as condições para novas práticas de modelos de conjugalidade e família, as quais fazem parte de uma transformação bastante ampla, como nos diz Vaitsman:

As formas e conteúdos de casamento e família que há cerca de duas décadas vêm se difundindo e ganhando legitimidade entre segmentos das classes médias urbanas compartilham muitos dos traços que em diferentes áreas do pensamento, da arte e da cultura conformaram-se como uma tendência pós-moderna<sup>7</sup>. Na literatura, na

---

<sup>7</sup> Para nos referirmos ao tempo que compreende dos anos 1960 até aos dias atuais, daremos preferência aos termos “pós-moderno” e “Pós-modernidade”, empregados por Vaitsman (1994), Diniz Neto & Carneiro (2005) e Lipovetsky (2005), embora diferentes expressões possam ser usadas para tratar de acontecimentos do mesmo período, como “Modernidade Tardia” (MATOS, 2000), “Modernidade Líquida” (BAUMAN, 2001) ou “Segunda Modernidade” (SINGLY, 2003).

arquitetura, na arte e no discurso filosófico, nas práticas econômicas e políticas, assim como no casamento e na família, a heterogeneidade, a pluralidade, a flexibilidade, a instabilidade e a incerteza tornaram-se a regra. (VAITSMAN, 1994, p. 18).

A Pós-modernidade, com efeito, simboliza uma época em que tudo o que é universal e totalizante é negado, de modo a se abrir espaço para a heterogeneidade, em campos diversos, com ênfase na experiência particular de grupos e indivíduos, em oposição aos ideais estanques que constituem a Modernidade (VAITSMAN, 1994). Enquanto, no âmbito da Modernidade, os papéis de homens e mulheres eram bem demarcados, com as diferenças não só aceitas como reforçadas entre os gêneros, na Pós-modernidade o que se nota é a crise psicossocial e institucional da conjugalidade, que põe em questão as formas mais tradicionais de pensar as relações e os modos de existir (DINIZ NETO; CARNEIRO, 2005). Como resultado deste processo, observa-se uma maior aceitação da diversidade, com a existência simultânea de variados arranjos, que surgem da convivência e mistura de antigos modelos com diferentes padrões de institucionalização das relações afetivo-sexuais. É aí que se caracterizam as formações pluralísticas, as quais propiciam nas camadas médias urbanas condições para novas práticas e discursos, abertos à diversidade de papéis sexuais e à variedade de padrões alternativos de conjugalidade e família (VAITSMAN, 1994; JABLONSKI, 2003).

A partir da aprovação do divórcio no Brasil, em 1977, observa-se o aumento das separações e dos novos casamentos, como também um maior número de pessoas que vivem com parceiros que não são pais de seus filhos; conseqüentemente, ocorre um crescimento do número de crianças que passam a conviver longe de um dos pais e na companhia de crianças meio-irmãs. Evidencia-se uma maior aceitação dos casais homossexuais, das pessoas que decidem viver sós, bem como das mães solteiras e dos descasados, que assumem a responsabilidade de criar os filhos sem a presença cotidiana de um parceiro (VAITSMAN, 1994).

Tais circunstâncias favorecem o surgimento de novas configurações, ao que Matos (2000, p. 19) denomina formas alternativas de conjugalidade, referindo-se a:

parcerias homossexuais e heteroeróticas, acrescidas de novos desafios tais como pactos de “abertura” nos relacionamentos, casamentos não formais ou com algum ritual de passagem particular e idiossincrático, moradias separadas; [...] modelos de famílias “descasadas”, na ausência da figura do pai provedor, a mulher sendo a cabeça da família, se casando ou não novamente; [...] [a] situação em que o pai assume o cuidado em tempo integral dos filhos; e ainda [...] muitas outras alternativas em gestação.

Estas novas formatações podem ser pensadas como alternativas quando comparadas com o modelo da família nuclear moderna, que ainda hoje é utilizado como padrão social e referência de uma condição estável, permanecendo como um modelo ideal para a maioria da sociedade. As configurações familiares são chamadas alternativas por não obedecerem, de forma restrita, a nenhum padrão dominante, caracterizando-se por combinações móveis e uma flexibilidade singular quanto a funções, hierarquia e modos de organização. No que diz respeito à estrutura, apesar de apresentarem combinações cada vez mais variáveis, um dado relevante é o fato de não fugirem a um parâmetro nuclear, privilegiando-se proles pequenas. Quanto à hierarquia, são marcadas por uma maior maleabilidade em relação a períodos anteriores, com uma clara contestação à subordinação como forma de ordenação interna dos casamentos (ROMAGNOLI, 1996). De acordo com Heilborn (2004), o casal pós-moderno<sup>8</sup>, no plano ideal, seria regido pelo princípio da igualdade, negando-se uma diferenciação de autoridade entre o par.

A função principal deste tipo de formação familiar deixa de ser a procriação e a criação dos filhos, segundo a lógica moderna, para centrar-se na satisfação advinda da qualidade das relações estabelecidas entre os membros, incluindo cônjuges, pais e filhos (ROMAGNOLI, 1996). Surgem novas formas de relação entre os gêneros, uma vez que se espera que as mulheres contribuam com o sustento financeiro da família e que os homens se dediquem ao cuidado com a casa e com os filhos. Novas expectativas correspondem ao ideal de igualdade, marcando um compartilhamento de responsabilidades e um maior trânsito entre os papéis definidos tipicamente como masculino e feminino. Os acordos passam a pressupor a habilidade para a negociação no espaço íntimo (GOLDENBERG, 2003; HEILBORN, 2004).

Internamente as relações são marcadas por novas expressões de afeto. A sexualidade vem a ocupar um lugar privilegiado, tornando-se um importante componente tanto na manutenção quanto na dissolução dos relacionamentos, devido à instabilidade que evoca (GIDDENS, 1993; GOLDENBERG, 2003). À medida que os filhos não são mais condição para a existência do casal, o amor torna-se ainda mais central. Para Heilborn (2004), o casal pós-moderno nega as instâncias vindas de fora, sejam elas influências das famílias de origem ou ideias socialmente disseminadas, como a que reveste de positividade o ato de ter filhos. O casal se volta para o seu núcleo, compondo uma unidade permeada pela intimidade e intensas trocas. O casamento, visto como um lugar de apoio emocional e de prazer sexual recíprocos,

---

<sup>8</sup> Embora Heilborn utilize o termo “moderno”, optamos por empregar “pós-moderno” para ficar homogêneo com a terminologia que estamos trabalhando, considerando que a autora situa o casal na Pós-modernidade, com todas as vicissitudes próprias deste tempo histórico.

recebe uma alta carga de expectativas, que, quando não satisfeitas, os indivíduos encontram no divórcio uma saída para se libertarem e recomeçarem a sua busca (GOLDENBERG, 2003).

Carneiro (2003) e Jablonski (2003) relacionam a ruptura conjugal e as novas formas de relacionamento que emergem na Pós-modernidade a um movimento que visa romper com uma estrutura psicossocial de dominação entre homens e mulheres, predominante ainda na Modernidade. Em oposição a este período, identificado a normas e modelos sentidos como disfuncionais, busca-se, agora, padrões mais satisfatórios de relacionamento amoroso, que propiciem melhores condições para o processo de diferenciação, de desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros. Se a Pós-modernidade permitiu uma revisão dos padrões psicossociais, no que diz respeito ao lugar de homens e mulheres e das relações estabelecidas entre estes, favorecendo o surgimento de uma diversidade de papéis e identidades que se tornaram também múltiplos e difusos, não se pode esquecer que isto se fez acompanhar de um contexto percebido como fragmentado, gerando uma crise (DINIZ NETO; CARNEIRO, 2005). Na perspectiva de Costa (1999), a sensação de crise acontece devido a um impasse vivido pela perda de referências e regras que mantinham a família coesa, e que ainda não foram substituídas. Com o enfraquecimento de uma ideologia dominante que antes definia os papéis de cada cônjuge, orientando normas e expectativas sociais nos compromissos conjugais, os indivíduos se veem sem uma referência segura para compreender o seu papel social e direcionar sua conduta, de maneira a ser considerada correta pelos demais. Daí se deflagra um sentimento de insegurança, tendendo a marcar de fragilidade os laços assumidos no espaço conjugal (GANDRA JÚNIOR, 1987).

Em meio à existência simultânea e de forma dissociada dos ideais e identidades antigos e atuais, que acompanham as transformações que a família e os casais vivenciam, o que acontece é que há um desequilíbrio no ritmo entre as mutações do tempo cronológico e as mutações dos processos subjetivos, que são mais lentos. Percebe-se assim, uma configuração de comportamentos que são mais reativos do que substancialmente renovados (ROMAGNOLI, 1996). O que se constata, de acordo com Matos (2000), Negreiros e Carneiro (2004), é que, longe de se ter, atualmente, a exclusão do modelo precedente, ou a passagem deste para outro, há uma convivência entre modelos, nem sempre harmoniosa, resultado da permanência da tradição associada a novos acontecimentos que veem ganhando força. Nota-se, com ou sem conflito, uma série de arranjos que contêm valores que ora tendem para a manutenção de padrões mais tradicionais, ora tendem para uma maior inovação (ROMAGNOLI, 1996).

Goldenberg (2003) endossa a noção de que a criatividade e a diversidade são marcas dos tempos atuais, descartando a ideia de crise da família. Ela afirma que o que está em crise é um determinado modelo de família e de casamento, não apenas da família nuclear que considera o casal com seus filhos legítimos, mas o modelo da família baseada no domínio patriarcal, que permanece na família moderna. Em que pese a possibilidade de que se tenham diferentes posições quanto à ideia de crise, o fato é que a Pós-modernidade trouxe uma multiplicidade e uma abertura para as relações nunca vistas antes. Hoje, o indivíduo, no exercício de sua liberdade, não somente pode amar mais livremente, como se vê diante da oportunidade e do desafio de inventar o casal, o casamento e a família que quer para si (GOLDENBERG, 2001), considerando que a regra pós-moderna sugere a ausência de discursos e de práticas normatizadores (VAITSMAN, 1994). É frente à alternativa de se guiar tanto por um padrão em que predominam valores modernos, quanto por padrões gestados na Pós-modernidade, que as configurações conjugais e familiares ganharão o caráter de algo *customizado*. *Customizadas* serão então consideradas as relações que, mesmo partindo de um modelo pré-formatado, rompem em alguma medida com os estereótipos e paradigmas existentes. Nelas se combinam, em condições de adaptação pós-modernas, elementos “novos” e “antigos”, em busca de formas particulares.

A construção cotidiana da vida amorosa é vista por Goldenberg (2001) como favorável a homens e mulheres, no ponto em que, sentindo-se responsáveis por sua estruturação, tendem a agir de forma mais realista em relação às expectativas fantasiosas de felicidade, assumindo uma postura criativa e reflexiva frente à vida. Tal feito, contudo, é tarefa difícil, porque uma construção como esta exige a aceitação de mudanças, que implicam riscos e perdas. Nesse processo é preciso considerar a transitoriedade das experiências íntimas, em meio às contingências da sociedade em que nos inserimos. No mundo contemporâneo, em que aspectos como liberdade e individualidade são supervalorizados, torna-se difícil a tarefa de conciliar vontades pessoais com um projeto de vida comum. Para Jablonski (2003), a exaltação, em nossa civilização, da novidade e do descartável permeia a esfera afetiva, o que se faz notar através da falta de investimento e dedicação à vida a dois, da baixa tolerância às frustrações do dia a dia, mesmo quando há o desejo dos casais de permanecer na relação. O sentimento é ambivalente. Ao mesmo tempo em que homens e mulheres são estimulados no sentido da união, são também afetados por “[...] um estilo de vida altamente individualista e narcísico indulgente, incompatível com o espírito de familismo.” (JABLONSKI, 2003, p.165).

A discussão sobre as condições pós-modernas que impõem desafios à construção do casal será aprofundada a partir do próximo capítulo.

### 3 AS RELAÇÕES CONJUGAIS EM CONDIÇÕES PÓS-MODERNAS

Neste capítulo pretendemos abordar o fenômeno do individualismo, em contexto pós-moderno, e suas repercussões nas relações conjugais, por entender que um dos grandes desafios do casal contemporâneo está em conciliar a individualidade e a conjugalidade. Em um segundo momento, buscaremos discorrer sobre a ideia de amor que vigora na contemporaneidade, baseada ainda no ideário romântico.

#### 3.1 Individualismo e conjugalidade

Sob a perspectiva de Singly (2003), a individualização, nas modernas sociedades ocidentais, seria marcada por um processo paradoxal. Por um lado, observa-se a instauração de um sentimento de incerteza, pois a ligação entre os indivíduos e a sociedade se torna menos sólida, em comparação ao que acontece nas sociedades holistas ou comunitárias, em que os indivíduos são associados e têm um papel definido, a partir da ordem social que os rege. Por outro, nota-se que esta incerteza é condição para que surja o indivíduo individualizado, emancipado das gerações anteriores e dos antepassados, em termos culturais. Para a constituição do sujeito, não somente como cidadão, mas também como indivíduo, faz-se necessário o distanciamento da família, da comunidade, da aldeia. O distanciamento em relação às heranças favorece que o indivíduo estabeleça uma personalidade independente, em relação ao grupo social mais abrangente. Este processo de “desfiliação” (SINGLY, 2003, p.47) representa a possibilidade de o indivíduo negar pertencer a algo que não tenha sido validado pelo exercício de sua liberdade. Deve-se lembrar, entretanto, que o sujeito cria identidade somente quando está vinculado a um sistema ou a uma ordem, não sendo possível conceber, na completa ausência destes elementos, o seu reconhecimento enquanto indivíduo e a possibilidade do exercício de escolhas próprias. É importante perceber que a desfiliação não representa uma recusa absoluta à vinculação. Isto ocorre porque a realização do indivíduo carece da interação afetiva e do diálogo com outros entes significativos, para que, nesse contato, ele possa reconhecer em si mesmo aquilo que tem de mais autêntico. É nestes termos que um elo relacional, não somente baseado em interesses e na razão, torna-se uma necessidade também para se descobrir a interioridade e para o alcance de um eu autônomo (SINGLY, 2003). O amor surge como uma forma de elo moderno, uma vez que reúne pessoas, não por seus papéis ou pertenças sociais, mas por um contrato e uma eleição. Essa

eleição, na dimensão privada, representa o direito à liberdade, tanto de escolher o cônjuge, quanto de se separar deste (SINGLY, 2003).

O indivíduo moderno é aquele que quer ter o direito a se desprender, a se descomprometer, a partir de sua avaliação, de um juízo próprio. A ideia é fazer da possibilidade de se descomprometer um valor, o qual exige uma decisão e pressupõe uma reflexividade por parte dos indivíduos, que podem distinguir o que irão conservar ou rejeitar do seu passado. O sujeito fica, neste contexto, não mais determinado por sua origem, mas munido de uma autoridade crítica, e, por isso, capaz de se apropriar da sua herança, mesmo dela se distanciando. Aqui, o indivíduo passa a se reconhecer como livre, a liberdade se tornando o seu bem maior. Importa notar que tal desprendimento, contudo, não está vinculado, necessariamente, a uma supressão da vida comum. E então fica posta a principal contradição das sociedades modernas, tal como a concebe Singly, quando fala no desejo dos indivíduos em manter um elo social forte, sem, em troca, querer pagar o preço, qual seja, diminuir a própria liberdade (SINGLY, 2003).

Ainda sob o ponto de vista de Singly (2003), o processo de individualização conhece, na Pós-modernidade, uma segunda etapa de desenvolvimento, em que se nota uma intensificação do conflito entre estabelecer um vínculo e por à prova a liberdade do indivíduo. A liberdade tem seu valor ampliado, o que se observa através de uma recusa dos indivíduos a se restringir a um só espaço, a uma única categoria, a apenas um papel, a um só amor.

Essa contradição é sentida nas relações conjugais. Uma vez que o casamento tem como função organizar e oferecer apoio psicológico para o posicionamento do indivíduo no mundo, envolvendo afetos, como a amizade e a experiência sexual, ele é desejado por responder a uma necessidade inerente do ser humano de estabilidade pessoal, associado a um sentimento de confiança, ao que Giddens (1991) chamou de segurança ontológica. Por outro lado, verifica-se que existe uma tendência ao englobamento na relação conjugal, que, imbuída de um forte sentimento de complementaridade e embalada pelo ideal romântico, pode levar o casal a se fechar numa totalidade. Tal fato ocorre em oposição a uma premissa básica da necessidade de individuação, que é a negação em se deixar conter por uma instância fora do sujeito, vista como uma coibição à subjetividade de cada um. Neste ponto, a diferenciação se mostra necessária sob um duplo aspecto, isto é, não somente para a preservação do indivíduo, em respeito à sua singularidade, mas, do mesmo modo, para a sustentação da relação (SALEM, 2007; HEILBORN, 2004).

Este tipo de tensão, entre a individualidade e a conjugalidade, sempre esteve presente nos casamentos fundados por amor. A diferença que se observa na contemporaneidade está no

fato de que a ideia de compromisso, muitas vezes, esbarra com uma ética que supervaloriza o bem-estar individual, sendo o valor que se sobrepõe, neste caso, baseado em uma ética do indivíduo e da sua vontade (HEILBORN, 2004).

A partir da leitura de Gandra Júnior (1983), percebemos que, com a contração do grupo familiar e a redução do grupo de parentesco, as necessidades pessoais dos indivíduos ficaram mais sujeitas às exigências da ideologia econômica e social. Estas são exigências que atravessam as estruturas particulares, incluindo aí as relações conjugais, as quais também se orientam pela possibilidade de satisfação de necessidades que “decorrem dos próprios ideais e metas sociais para os quais são os indivíduos estimulados.” (GANDRA JÚNIOR, 1983, p. 55).

O que acontece é que as estruturas microsociais tendem a reproduzir a lógica de uma ordem mais geral, no caso de nossa sociedade, orientada para o consumo e pela necessidade narcísica dos indivíduos por reconhecimento. Evidentemente, os relacionamentos são sugestionáveis a certas impressões advindas dos estilos de vida e das maneiras do indivíduo conceber a si mesmo, em acordo com o cenário em que vive.

Como vem sendo demonstrado, o panorama com o qual o casal contemporâneo se depara aponta, por um lado, para a desconstrução de valores e formas de pensar, e, por outro, para a existência de uma série de estímulos de toda natureza, aos quais os indivíduos imaginam poder responder a partir de seus próprios critérios. A fartura de opções, contudo, aparece atrelada à ideia de que o exercício da escolha não implica em consequências importantes, levando a uma banalização das eleições feitas (LASCH, 1990). Para Lasch, que discute sobre o narcisismo na sociedade pós-moderna americana, este tipo de posicionamento é típico das sociedades de consumo. A escolha, nestas condições, autoriza não só uma liberdade, mas uma liberdade que não requer abrir mão de nada. Isso significa permanecer aberto às mais diversas oportunidades, que podem se mostrar sempre mais atraentes, enaltecendo aquilo que serve somente a uma necessidade pontual, nas relações estabelecidas com as coisas e as pessoas, de modo a se promover vínculos descompromissados e instáveis (LASCH, 1990).

Neste “mundo das mercadorias”, no qual o indivíduo é constantemente aliciado, estabelecendo relações consigo mesmo e com o mundo externo de maneira ligeira e pouco sólida, há uma tendência a valorizar mais as impressões que o sujeito causa e a sua imagem frente à sociedade do que suas reais habilidades e experiências. O sujeito cria uma relação especular com essas imagens e ideias ilusórias, que passam a ser dificilmente diferenciadas da realidade. Como diz Lasch: “O efeito especular faz do sujeito um objeto e, ao mesmo tempo,

transforma o mundo dos objetos numa extensão do próprio eu.” (LASCH, 1990, p. 22). Então, o que irá regular a existência humana será uma ordem baseada na satisfação ou não de desejos.

Assim é que se nota em nossa sociedade uma primazia das relações de sedução, que vieram substituir as relações de produção, definindo uma nova estratégia de manipulação sobre os indivíduos. Lipovetsky (2005) nos conta que, após a efervescência cultural e política da década de 1960, ocorreu uma despolitização e um desinvestimento generalizado das causas comuns. As discussões filosóficas, econômicas e políticas foram relegadas a um segundo plano para dar lugar a preocupações e demandas fundamentalmente pessoais, que passam a ser estreitamente ligadas às necessidades de consumo de toda ordem, tornando-se a sedução o relacionamento social dominante. A sedução surge como uma estratégia suave de regulação, que regerá a vida dos indivíduos, não de uma maneira totalitária, mas através de uma gestão do desejo. Imbuídos da intenção de fazer valer seus interesses, os indivíduos experimentam a sensação de uma relação independente e autônoma com os aparatos sociais persuasivos. Mas aí se coloca uma forma difusa de controle, em que as normas dominantes aparecem disfarçadas pelo modo como as pessoas conduzem o seu cotidiano e estabelecem a sua intimidade (LIPOVETSKY, 2005).

O narcisismo, que poderia ser interpretado como um individualismo egoísta, é também visto, para Lasch (1990), no contexto da Pós-modernidade, como um movimento de defesa, de retraimento do eu diante de condições instáveis recorrentes. Estas levariam o indivíduo, pelo sentimento de desamparo, a se ancorar de maneira ilusória nos objetos que consome, recusando-se a conceber o mundo a não ser em conexão com suas fantasias, um mundo, contudo, sempre propenso a se tornar obsoleto e que precisa ser rapidamente absorvido.

Para Mezan (2003), o individualismo exacerbado, na contemporaneidade, promove uma experiência fragmentada do sujeito, ocasionada, principalmente, pela multiplicidade de ideais conflitantes e impositivos com os quais homens e mulheres precisam lidar. Trata-se de ideais que incentivam a aquisição de bens, serviços, *status* e crenças das mais diversas. Segundo o autor, é quando ocorre uma tentativa desmedida de se enquadrar neste contexto e de se aproximar dos modelos “propostos pela cultura no que ela tem de mais superficial em matéria de moral e de estética”, que a pessoa acaba por perder “de vista o que ela pode efetivamente almejar, o que está dentro de suas possibilidades e finalmente o que é compatível com o seu desejo individual.” (MEZAN, 2003, p. 166).

Este movimento incessante e intenso imposto pelas sociedades de consumo levaria a respostas urgentes e imediatistas, o que dificultaria o exercício da capacidade crítica do

sujeito e promoveria a superficialidade nas relações entre os indivíduos. A pressa irreflexiva faz surgir “homens sem profundidade, interioridade e consciência.” (ARENDRT apud HAROCHE, 2008, p. 213). Daí se ter a instauração de um modo de vida que valoriza uma “alegria desengajada, portadora do recalque de sentimento e acontecimentos negativos, e mesmo de tristezas, [que] encoraja o desaparecimento de divergências e nega as diferenças, ao ignorar ou afastar a eventualidade de desacordos e de conflitos maiores” (HAROCHE, 2008, p. 213). Este processo de desengajamento, que implica no desprendimento do sujeito, pressupondo ainda uma indiferença em relação a si e aos outros, é também abordado por Casábius (2005). Para este último autor, se considerarmos que a convivência com as pessoas nos permite desenvolver elementos importantes da nossa personalidade, através do conhecimento direto das normas e dos valores que regem os diversos aspectos da sociedade e dos grupos que frequentamos – e que é na interação que encontramos os seres mais significativos de nossa história pessoal –, observaremos que, de uma relação em que não haja a disponibilidade de interação dos envolvidos e os contatos se mantenham estritamente funcionais deve decorrer um processo de alienação em relação às pessoas e a nós mesmos (CASÁBIUS, 2005).

Com essa postura alienante e para se manter na ordem vigente, em que não há espaço para o meio termo, o indivíduo busca realizar todas as suas potencialidades, não aceitando emoções que não estejam associadas a um estado constante de exaltação e encantamento, típico da paixão (ROSSI, 2003). Observamos a vigência de um império da emoção, em que a razão é posta de lado, tida como um símbolo de controle, o qual se recusa. O que vemos, entretanto, é que, ao mesmo tempo em que a intensidade é a marca dos tempos atuais, o homem contemporâneo busca uma vida *light*, livre de amarras e de compromissos que comprometam a sua liberdade. Convive-se, então, de forma contraditória, com um esvaziamento do sentir, que marca as relações interpessoais sem profundidade (GIOVANETTI, 2002).

É nesta conjuntura que pessoas esperam viver um amor que caiba na exata medida de seu desejo, idealizando uma relação que venha pronta e sob medida, sem contar com as investidas que serão necessárias para sua manutenção. É esperado que o cônjuge e o espaço conjugal respondam a todo o tipo de anseio, e que a paixão do início seja um combustível suficiente para fazer perdurar a relação. Neste âmbito, torna-se difícil lidar com as diferenças que surgem na convivência de pessoas reais, que precisam se adaptar, quando compartilham aspectos de suas vidas e estabelecem trocas de ordem emocional e prática no cotidiano (RAMOS, 2003).

Segundo Ramos (2003), um relacionamento mais simétrico, que é o que se propõe hoje, exige negociar decisões e posições, o que requer empreendimento de tempo e paciência das partes envolvidas. Contemporaneamente, muitas vezes nos deparamos, no entanto, com uma lógica que não favorece a ideia de construção por parte dos parceiros, os quais esperam respostas rápidas aos seus anseios, com pouca disponibilidade e desprendimento para abrir mão de algo que seja seu, como o seu espaço, a sua individualidade, ou mesmo para renunciar ao muito que se espera do outro, visando estruturar uma relação. Esta lógica estaria alinhada às regras de mercado a que nos referimos, regras estas que se infiltram no imaginário das pessoas, fazendo-as valorizar mais o efêmero e o momentâneo do que algo que exija tempo para maturação.

Não podemos deixar de considerar, tal como nos mostra Rossi (2003), o apelo das pessoas que se mostram insatisfeitas por não conseguirem estabelecer uma ligação com alguém que as faça se sentirem especiais e com quem gostariam de ter filhos e constituir uma família convencional, mais próxima dos valores e padrões modernos. Isso nos lembra que as pessoas também pautam suas expectativas em modelos conjugais aprendidos em suas famílias de origem, através de processos de socialização de valores tradicionais, que, na maioria das vezes, são transmitidos de geração em geração (SILVA NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011). Estes modelos, ao estabelecerem contato com o contexto da Pós-modernidade, que aqui desenhamos, muitas vezes, dão origem a conflitos e sentimentos ambíguos, associados a sensações de inadequação e de nostalgia (ROSSI, 2003). Segundo Gandra Júnior (1983), isto acontece porque, numa sociedade em constante transformação, as mudanças se refletem no casamento com certos desvios. A coexistência das antigas ideologias com as novas, que vão sendo formatadas, acaba por tornar o casamento um “objeto de confronto ideológico”. (GANDRA JÚNIOR, 1983, P.58).

Ainda sobre esta questão, Silva Neto, Strey e Magalhães (2011) fazem questionamentos bastante pertinentes. Segundo os autores, não nos é possível avaliar, ao levar em conta o pouco tempo histórico passado desde que se tem visto vigorar as mais novas e diferentes configurações familiares, se estas decorrem

[...] de uma maior aceitação da diversidade, de uma crítica compulsiva a valores tradicionais ou se [na contemporaneidade] tudo muda com tanta velocidade que não existe tempo e/ou disponibilidade para escolhas mais reflexivas, mais condizentes com as necessidades individuais e coletivas em relação à convivência afetiva e/ou familiar. (SILVA NETO; STREY; MAGALHÃES, 2011, p. 40).

Podemos considerar, conforme Casábuis (2005, p. 43), que a influência do sistema social “pode manter-se nos limites da autonomia individual” ou deixar o sujeito subordinado às suas “injunções e manipulações” O autor pondera que uma das tarefas do desenvolvimento pessoal é saber avaliar e equilibrar estas duas forças, a pressão exercida pelo ambiente e o grau de autonomia em relação ao poder que se impõe.

Culturalmente falando, a sociedade não é uma obra acabada. Ao contrário, ela se edifica acompanhando as mudanças no tempo e no espaço. Os membros da cultura podem intervir na sua construção, desde que assumam uma posição oposta a de “criatura” (como aquela que apresenta conformismo, motivada a aderir aos comportamentos esperados e mais adequados em todas as situações), dispondo-se a discutir as fórmulas tradicionais e a inventar novas soluções para os problemas que a vida lhes apresenta. É isto o que acontece quando se promove uma modificação na cultura. O homem é o criador de sua cultura, a qual se modifica através da atuação dos indivíduos. Como dizem Krench, Crutchfield e Ballachey (1962, p. 412), as “culturas se transformam através das ações de indivíduos específicos que são capazes de discutir o *status quo* e provocar inovações.” Os indivíduos não apenas copiam, mas também produzem comportamento, numa relação interativa e de mão dupla com a cultura. Se é certo que um indivíduo adquire novos objetivos e valores, através de suas experiências particulares, é igualmente certo que a realização destes objetivos pode voltar-se implicando transformações importantes para o social (KRENCH, CRUTCHFIELD e BALLACHEY, 1962). É com base na percepção deste processo que cogitamos a possibilidade de o indivíduo se distanciar de uma relação alienada, posicionando-se diante dos valores e influências diversos com os quais se depara na contemporaneidade, sejam relativos à ideologia de consumo, seja aos modelos enraizados. Seria isto o que permitiria o estabelecimento das relações as quais chamamos de *customizadas*.

É preciso levar em conta que o contexto pós-moderno apresenta uma espécie de reverso da moeda, uma vez que ele mesmo permitirá uma maior flexibilidade para que o indivíduo assuma posições diferenciadas, sem ter que obedecer a princípios universais. É nesta trilha que Lipovetsky (2005) enxerga a própria efemeridade como uma condição propícia para o exercício de uma postura mais criativa, livre, fluida, que propiciaria autonomia e novas formas de liberdade, sem desconsiderar os problemas decorrentes de tais efeitos. Para este autor, o fim do imperativo moral, visto por muitos como uma fragmentação negativa da estrutura social, pode ser, na verdade, uma possibilidade para que se forneçam novas significações e sentidos às coisas, as quais, por sua vez, passam a poder ser sempre recriadas, segundo uma lógica que valoriza o individual e o atemporal, mas sob uma nova

perspectiva, que pressupõe uma maior capacidade para cogitar e elaborar conscientemente os desafios impostos pela realidade contemporânea.

A ideia de amor que se constrói hoje, baseada ainda no ideário romântico, embora, na realidade, ele não seja possível, remeteria diretamente a estas situações mutuamente contraditórias e desafiadoras características da Pós-modernidade. O que observamos, na atualidade, é que o amor é valorizado como uma emoção espontânea, que leva os sujeitos ao encantamento, em um encontro prazeroso e natural, o que responde bem aos valores contemporâneos, que colocam, em primeiro lugar, o prazer em estar com o outro. No entanto, tendo em vista que a sustentabilidade deste espírito amoroso exige empenho e implica numa renúncia de outros ideais pessoais, fica marcada a tensão entre os ideais românticos e os princípios individualistas. Eis a questão que desenvolveremos no próximo tópico.

### **3.2 O ideal de amor nas relações conjugais pós-modernas**

O amor, tido como uma sensação vívida, ora prazerosa, ora causadora de grande sofrimento, é facilmente reconhecido, em nossa sociedade ocidental, devido a uma influência do Romantismo, que o configura como uma emoção livre, marcada por uma nuance de sentimentos, em oposição a uma razão comedida. O amor, considerado como uma manifestação autêntica do ser, é concebido como algo espontâneo e natural, o que o aproxima de um sentimento tido como universal. Esta noção nos leva a pensar que a experiência amorosa acontece de modo muito semelhante com todos nós, o que, a princípio, pode ser considerado coerente se, associando-a à capacidade de sentir, definirmos esta experiência como um impulso que primordialmente não possui fundamento para além de si mesmo, tal como afirma Simmel (2006a).

Este autor nos aponta uma perspectiva em que o amor é pensado como um sentimento que se produz a partir daquele que ama e que, embora venha à tona por intermédio do objeto amado, não é provocado por ele, visto que este último não existe antes do amor. O amor não parte do objeto, mas caminha para ele. Assim é que, antes mesmo de o sujeito se relacionar com seu objeto ou qualificá-lo, o amor chega à sua consciência como um sentimento difuso, uma sensação primeira de intensidade variada. Nestes termos, o autor aborda o amor como um produto subjetivo, caracterizando-o como um fenômeno possuidor de uma essência central. Sem a pretensão de nos aprofundarmos no entendimento do que é o amor, tarefa por demais árdua, tamanha a sua complexidade, interessa-nos, aqui, enfatizá-lo sob um aspecto

mais relativista, tomando-o como uma crença emocional, conforme propõe Costa (1998, p.12), ao defini-lo da seguinte maneira:

O amor é uma crença emocional e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo. Nenhum de seus constituintes afetivos, cognitivos ou conativos é fixo por natureza.

Este último autor promove uma desconstrução das supostas naturalidade e universalidade do amor, ao propor que se trata de uma convicção, passível, como tal, de ser reformulada, conforme diferentes critérios. Para além da concepção do amor como puro sentimento, Costa (1998) lhe associa uma dimensão que é a do juízo, a da razão, colocando-o como algo opcional, e não relacionado a uma condição inerente, como se costuma crer. Ele não nega o impulso amoroso, mas salienta haver uma variação do que atrai ou mesmo excita, eroticamente falando, o que implica perceber que a emoção amorosa não está dissociada da vontade e de aspectos racionais, os quais, por sua vez, refletem elementos da cultura. Nas questões do amor, para além do sentimento, o autor considera os hábitos culturais, os fatores sociais, os aspectos psicológicos e outras idiossincrasias como condicionamentos que podem estar imbricados nas vivências amorosas.

Nós aprendemos que o amor é um bem desejável e, por isso, não duvidamos de sua universalidade. Entretanto, o fato é que esta última não tem nada de evidente. Na verdade, a experiência amorosa se constitui em meio a uma complexa associação de fatos e experiências emocionais passadas com aquelas vivenciadas no presente. Por exemplo, é através de histórias e romances consagrados, como o de Romeu e Julieta, que nos é transmitida uma determinada forma de sentir e pensar o amor, a qual se torna referência ao nos identificarmos com ela. É com processos como este que aprendemos uma certa noção de amor, que acaba por ser naturalizada e perpetuada. A experiência do amor, tal como a conhecemos, é algo que é ensinado e aprendido, e, portanto, varia segundo o local e a cultura em que se constrói. Daí que sua condição de universal e natural não se faz valer (COSTA, 1998).

Para o mesmo autor, enaltecer o fator sentimental, em seu aspecto indomável, é aderir à ideia romântica de que o amor é um pedaço sentimental do destino, do qual somos vítimas, sem chance de reação. A prevalência das razões do coração, em detrimento dos imperativos do juízo racional, reforça o teor de idealização do amor, o que, no entanto, a prática amorosa desmente, uma vez que se evidencia não serem nossas escolhas feitas só de sentimentos. A

ideia de amor desvinculado dos aparatos sociais que o restringia, própria do ideário romântico, desconsidera o fato de que a realidade social e psicológica continua tendo um peso significativo quando se trata de eleger um parceiro. É notório como os preconceitos de classe, raça, religião ou posição econômica e social limitam a escolha dos possíveis pretendentes àqueles que estão à altura de atenderem certas exigências. Como afirma Costa (1998, p. 17): “O amor é seletivo como qualquer outra emoção presente em códigos de interação e vinculação interpessoais.” O amor, como ideal, portanto, não é aleatório. Ele surge de um determinado lugar, sendo compartilhado por pessoas que se reconhecem entre si.

Procuramos enfatizar, aqui, que o amor não se resume ao seu aspecto sentimental e passional, não sendo, tampouco, algo inato. Antes de tudo, importa notar que a noção de amor é contextualizada, possuindo uma historicidade, a qual a faz passível de sofrer interferências e de se transformar. Sendo congruente com este raciocínio, Chaves (2004) sustenta que a maneira como o amor é representado e as expectativas que levam uma prática amorosa a ser sentida como satisfatória caminham juntas a certas tendências que surgem ao longo do tempo, impondo suas regras e disseminando valores, ideais e modelos. Estes, quando chegam a ser considerados os mais corretos, determinam com o que o indivíduo pode ou deve vir a se identificar.

O amor romântico seria um destes modelos, surgido no final do século XVIII, com a particularidade de continuar sendo uma das marcas registradas da cultura ocidental, resistindo ao tempo e a diversas transformações (COSTA, 1998). Considerando a perspectiva de o amor ser uma construção histórica e social, focalizaremos, em seguida, o amor romântico em seu aspecto ideológico, a fim de compreendermos algumas de suas especificidades, as quais revestem o que ainda é uma forte referência para as práticas amorosas, nos dias de hoje.

O amor romântico nasce sob a influência do Romantismo, movimento que surge na Europa nos últimos anos do século XVIII e primeiros anos do século XIX, promovendo uma verdadeira revolução de padrões culturais e humanos, em diferentes âmbitos, desde os estéticos até os filosóficos, passando pelos morais, políticos, econômicos, científicos e religiosos. Seus aspectos mais evidentes eram o sentimentalismo e a valorização da singularidade, a qual deveria se manifestar através do uso da sensibilidade e da capacidade imaginativa, de forma criativa e fluida. Com isso se manifestava não só uma forte oposição à cultura da razão – típica do Iluminismo, em seu aspecto materialista e universalista –, como se evidenciava a pretensão de se promover uma ruptura com as normas tradicionais, valorizando-se a postura e o caráter contestadores (MASSAUD, 2002). Estimulavam-se as particularidades, em diferentes formas de expressão, valorizando-se a individualidade. Tinha-

se, então, algo muito próximo do individualismo qualitativo proposto por Simmel (2006b). No século XIX, após se ter fortalecido de modo suficiente o sentimento de igualdade e autonomia, fez-se notar, no indivíduo, uma acentuação da sua vontade de se diferenciar em relação aos outros, o que ocorria a partir do reconhecimento de uma dimensão interna, portanto, subjetiva, que confere a cada um a qualidade de único. Esse processo acaba por apontar para a existência de uma vida sentimental rica e variável, própria de cada um.

No campo literário, o reflexo destas manifestações se deu através de uma produção significativa de novelas e romances cujo tema central era a superioridade do amor, seguida da expressão da sexualidade. Isso ocorria em contradição com o modelo de amor burguês, até então socialmente legitimado pela classe média, que não levava em conta a satisfação sentimental nos casamentos arranjados, basicamente, por interesses econômicos, sociais e familiares. Nestes, a moral e o puritanismo eram valores de grande monta, ficando o desejo erótico atrelado aos fins de procriação e o amor destinado a um papel secundário. A produção literária a que nos referimos dava margem para a criação de um imaginário amoroso que se diferenciava da experiência vivida pela grande maioria dos burgueses. Com sua expansão, ela acabaria por contribuir na formação de novas expectativas e diferentes práticas amorosas (CHAVES, 2004).

Influenciado nestes termos, o amor romântico introduziu a ideia de uma narrativa a ser vivida entre duas pessoas que juntas poderiam construir sua própria história de maneira individualizada, sem ligação direta com os processos sociais mais amplos (GIDDENS, 1993). Costa (1998), a partir da leitura de Salomon, afirma que o amadurecimento do amor romântico só foi possível em função do contexto em que ele despontou. Para a sua descrição, o autor considera o momento em que houve um distanciamento da família nuclear do meio social mais abrangente, promovendo-se uma ênfase à dimensão da privacidade e das relações estabelecidas na intimidade; ressalta a concessão a homens e mulheres de uma certa margem de escolha pessoal na formação de parcerias conjugais, em consonância com a afirmação do individualismo; destaca a força das narrativas românticas; e lembra a diminuição do contraste entre o amor que era praticado dentro do casamento, considerado sagrado, e aquele que se exercia fora da união formal, tido como profano.

O amor romântico pode ser pensado como um herdeiro de uma concepção de privacidade e de autonomia – pouco relevantes em outras épocas –, com uma ênfase nas emoções, que deveriam ser cultivadas como fonte de prazer, envolvendo a unidade entre sexualidade e sentimento, e pressupondo a existência de um “eu interior” capaz de se expandir para incluir o outro (COSTA, 1998). Para Chaves (2004), a tônica do amor romântico traz a

ideia de dois seres que se encontram e se reconhecem em uma relação de reciprocidade quanto aos seus sentimentos, sendo a coincidência no dar e receber afeto e prazer o grande pilar do relacionamento amoroso. É interessante que esta autora apresenta uma distinção entre o amor que surge sob a influência direta do Romantismo e aquele que é levado para o casamento. No primeiro caso, sob uma perspectiva que valoriza a experimentação, a mudança e a diversidade, o casamento para a vida inteira é colocado em questão, fazendo jus à marca da transgressão que o Romantismo propunha. Com efeito, para muitos românticos o amor era visto como “[...] uma expedição conjunta e extensa, que requeria habilidade, maturidade e o tipo de experiência que só anos de amor, e amor por mais de um parceiro, podiam trazer. O amor eterno era transferível.” (GAY apud CHAVES, 2004, p.101). A proposta romântica, portanto, enfatizava, acima de tudo, o sentimento e a satisfação advinda da experiência amorosa, ainda que esta fosse variada. Tem-se, então, algo bem marcadamente distinto do amor burguês.

Nos casamentos da classe média burguesa, a importância do amor foi mantida em segundo plano até a metade do século XIX, época em que se começa a questionar os casamentos estabelecidos primordialmente por “interesse” e tem início uma apropriação dos elementos do amor romântico, com o sentimento amoroso sendo colocado em destaque. Ao ser levado para o interior do casamento, o amor romântico o influencia, mas, em contrapartida, é modificado, passando por um processo de domesticação (CHAVES, 2004). Enquanto na lógica romântica o amor possuía um aspecto contestador, por romper com as convenções do amor burguês, incluindo a satisfação emocional e a sexualidade nas relações amorosas, o amor romântico domesticado se moldava em função da necessidade de se manter a coesão da família, através do casamento eterno, visto como “destino pessoal e fonte de felicidade” (CHAVES, 2004, p. 102).

A virtualidade da escolha do parceiro marca não só o exercício de uma maior liberdade, como representa a possibilidade de realização da satisfação emocional e sexual no encontro com o outro, possibilidade que se apresenta como um diferencial importante e atraente, sobretudo, quando em contraste com as regras impostas pelo casamento segundo a ideologia do amor burguês.

É importante frisar que apesar de o amor romântico abarcar a sexualidade, ele se distancia dela como uma expressão puramente fervorosa, no sentido de uma compulsão sexual/erótica (GIDDENS, 1993). Este tipo de amor é retratado por Giddens como amor apaixonado (amor-paixão), marcado por um encantamento pelo outro e por um alto investimento no objeto amoroso, o que levaria o indivíduo a um certo estado de euforia, forte

o suficiente para desviá-lo de outras relações e de suas obrigações cotidianas, devido à urgência de satisfação. Neste ponto, o autor estabelece uma diferença entre o amor apaixonado – tido como “um fenômeno mais ou menos universal” (GIDDENS, 1993, p. 48), observado em culturas distintas e, ao mesmo tempo, refratário aos casamentos, por sua instabilidade – e o amor romântico, mais culturalmente situado, englobando os elementos do amor-paixão, porém dele se distinguindo pela predominância do aspecto sublime sobre o ardor sexual. É sob este aspecto que a virtude ganha um novo sentido. Se, até então, ela era vista, predominantemente, em ligação com as ideias de inocência e de castidade, agora, passa a se referir, também, a uma qualidade de caráter, que servirá para diferenciar o parceiro como um ser especial. Este seria escolhido entre aqueles que, por suas características peculiares, seria capaz de tornar a vida do outro inteira, num sentido de plenitude e de complementaridade (GIDDENS, 1993).

Através da análise de poemas românticos, Milton citado por MacFarlane (1990, p.190) nos dá exemplos do tipo de virtude que se atribuía à mulher, configurada como a boa esposa e a amada de seu marido, apta a se tornar parte desejada dele, formando o casal um só corpo, um só coração. É aí que se teriam duas metades que se acolhem e se completam mutuamente, conforme se vê no poema abaixo:

Beijando-a com carinho, ele a chama sua Vida,  
Seu Amor, sua Morada, seu Descanso, sua Felicidade, sua Mulher,  
Seu outro eu, seu amparo e refrigério,  
Ossos de seus ossos, carne de sua carne.  
Fonte de toda alegria! Ele e ela sendo um par  
Da mais pura amizade, mesclando em suas chamas.  
Duas almas, dois corações num só coração!

Acompanhando a ascendência da racionalidade moderna, o amor é reordenado, no casamento, com vistas ao controle e à organização da sociedade. Neste âmbito, ele se transforma em uma parceria para a vida, que seria construída e mantida a dois, tendo como base a idealização do outro, o apoio mútuo e, sobretudo, a projeção de um desenvolvimento futuro (GIDDENS, 1993). O amor, portanto, ao ser pensado neste contexto, distancia-se, tanto do amor romântico, ligado ao Romantismo, em seu estado de experimentação e subversão, quanto do amor apaixonado, uma vez que não se colocam a intensidade e o imediatismo, típicos deste último, como condição necessária. Na verdade, intensidade e imediatismo são, por vezes, vistos como elementos inconciliáveis com a proposta do “para sempre” (CHAVES, 2004).

No Brasil, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho, uma forma de domesticação do amor romântico é observada através da intervenção do Movimento Higienista, que se apropria de seus elementos mais condizentes com a função específica de formar a família. Aí se configurava um amor contido e voltado para uma felicidade alcançada através da convivência familiar. Tem-se um amor apaziguado, que ganha um sentido de manutenção de um modo de vida, contribuindo na tipificação de papéis de gênero: o homem é tomado como o provedor da família; e a mulher, por sua natureza delicada, apresenta-se como a figura maternal e cuidadosa, submissa à autoridade do marido e responsável pela casa e pelos filhos (COSTA, 1999). O amor se convertia em uma forma de segurança psicológica, por representar um porto seguro frente às dificuldades impostas por uma realidade objetiva e impessoal, vivida fora do lar (CHAVES, 2004; GIDDENS, 1993).

Disto pode-se apreender que a ideia de felicidade atrelada ao casamento está associada às noções de segurança e estabilidade, firmadas a partir do convívio privado e da valorização das relações neste âmbito, em concomitância com a possibilidade de realização pessoal através da vivência do amor, da sexualidade e da liberdade individual. Isso explica o valor e o lugar de destaque que o amor romântico passou a ter a partir da segunda metade do século XIX, influenciando significativamente o século seguinte, com repercussões até os dias de hoje (CHAVES, 2004).

No presente, segundo a visão de Costa (1998), o amor ganhou dimensão e sentido diferentes. Se antes ele era visto como um meio de alcançar a felicidade estritamente vinculado à família, hoje se prescinde de intermediários. O amor, como via de realização, torna-se, por si só, um “ideal de felicidade pessoal”, tendo seu valor, portanto, “hiperinflacionado” (p. 19-20). Sem o suporte da família e de outros aparatos sociais fornecedores de identidade, como a política e a religião, observa-se um retraimento do indivíduo para as relações privadas, com uma conseqüente exaltação das expectativas amorosas e a busca de identidade concentrada neste campo. É nas relações amorosas que o indivíduo irá depositar uma parcela significativa de investimentos, buscando nelas uma resposta aos seus anseios emocionais, sexuais, afetivos e materiais. Neste compromisso íntimo, o indivíduo busca ainda assumir uma certa identidade, a partir da sua identificação como cônjuge ou companheiro de alguém, e da proximidade promovida pelo relacionamento que se instaura.

Surge, então, uma grande questão, ao considerarmos que, em termos históricos, o amor nasceu na era dos “sentimentos”, das narrativas imaginadas que serviam de alimento para um futuro que se planejava e no qual se acreditava, e hoje, estamos vivendo na era da

incerteza, das emoções rápidas que não deixam rastro ou fazem história, bem ao ritmo de nossa sociedade de consumo. O fato é que permanecemos sonhando e clamando por um amor “imortal”, mas as relações se apresentam com um prazo de validade. Eis a contradição da Pós-modernidade.

Ao levarmos em conta que as ideologias relacionadas às concepções de amor são atravessadas e acompanham os acontecimentos históricos, culturais e sociais, conforme tentamos mostrar aqui, entendemos que o amor romântico de hoje não é o mesmo do século XIX. As regras e normas rígidas que orientavam ou restringiam as práticas amorosas foram perdendo força, dando lugar a uma pluralidade que não favorece a adoção de uma única forma de pensar o amor ou conceber a conjugalidade. Chaves (2004) afirma que o amor romântico, como um modelo aprovado socialmente, ainda exerce influência, nos tempos atuais, em relação às expectativas amorosas. No entanto, este ideário, embora representativo, não somente apresenta variações, como convive simultaneamente com formas relacionais distintas. Nas palavras da autora:

[...] o legado amoroso que a Pós-modernidade recebeu se caracteriza por uma diversidade [...] os amores de outrora não necessariamente foram deixados de lado para serem substituídos por outros, ou seja, [...] não é possível falar em uma *ruptura* entre as práticas da modernidade e as da atualidade. Algumas concepções de amor foram postas de lado, como por exemplo, o amor burguês; outras continuam vivas no imaginário e nas vivências do indivíduo, como o amor-paixão; outras, ainda, como o amor romântico, foram re-configuradas. (CHAVES, 2004, p. 118, grifo da autora).

Em pesquisa realizada por Goldenberg (2003)<sup>9</sup> sobre representações de gênero, conjugalidade e sexualidade, a autora constata que 83% das mulheres e 76% dos homens associam suas respostas aos ideais românticos tradicionais, colocando em pauta valores como franqueza, cumplicidade, interdependência e complementaridade entre o casal. Junto a estes, ao discorrer sobre o que procuram ou esperam em um parceiro amoroso, os pesquisados colocam, em boa parte de suas respostas, a expectativa por um relacionamento estável e duradouro. Ao associarmos estes dados ao fato de que a maioria das pessoas insiste em querer se casar e constituir uma família, o que se identificou na mesma pesquisa, é possível dizermos da força do ideário romântico, que é capaz de promover esta amarração entre o amor e o casamento, ainda em tempos de diversidade e mudança de padrões.

---

<sup>9</sup> Um total de 1279 indivíduos participou da pesquisa, na faixa etária de 20 a 50 anos, moradores da cidade do Rio de Janeiro, com renda familiar superior a R\$ 2.000,00, estudantes universitários ou com terceiro grau completo. A pesquisa teve início no ano de 1998.

O ideário romântico, contudo, não aparece sozinho, sendo acompanhado por valores e comportamentos relativos à igualdade, à liberdade e à individualidade, que aparecem em seguida. Este campo misto, além de evidenciar a contradição própria da Pós-modernidade, na visão de Goldenberg, retrata uma tentativa dos casais em “conciliar desejos, comportamentos e valores hierárquicos e igualitários, holísticos e individualistas, num processo de resignificação dos arranjos conjugais que rompe com a dualidade ‘tradicional’ versus ‘moderno’” (GOLDENBERG, 2003, p. 10), aproximando-se, neste ponto, da ideia de Chaves (2004) sobre a atual multiplicidade do ideário amoroso. A este cenário também se aplica o conceito de *customização*, que definimos no primeiro capítulo, pressupondo a apropriação de diferentes valores e concepções – “novos” e “antigos” – como uma forma particular da experiência conjugal e amorosa. Vejamos a seguir como estes elementos se combinam em nossos achados de campo.

## 4 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que se justifica por abordar aspectos específicos do comportamento humano, tais como o sentido e o significado que os sujeitos atribuem às suas emoções, valores, percepções e crenças, através de suas relações estabelecidas no campo social, em um determinado contexto (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999). A sua natureza, de busca pelo entendimento sobre as inovações e repetições de padrões conjugais, a partir das percepções dos casais entrevistados, com o foco nas especificidades de suas relações, no cenário contemporâneo, implica a afinidade da pesquisa com o método qualitativo.

Com o objetivo de identificar as questões que nos interessavam a partir dos discursos dos entrevistados, optamos por utilizar o método da história de vida tópica, o qual permite a emergência de fatos a respeito de uma determinada experiência, no caso, a vivência da conjugalidade, através da abordagem de temas específicos relacionados ao assunto. A utilização deste método revelou-se como possibilidade de obter um material rico para análise, por permitir aos entrevistados interpretar de maneira retrospectiva suas experiências, revivendo de forma crítica aspectos de sua história (CRUZ NETO, 1999).

Como instrumento para a coleta dos dados, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndices A e B), buscando abarcar os seguintes tópicos: formação do relacionamento e motivos da união; expectativas depositadas na relação amorosa; ideal de relação amorosa; vivência da intimidade e da sexualidade; significado da relação e do parceiro; negociações, acordos e trocas no cotidiano; pontos de tensão e administração de conflitos; diferencial da relação frente a relacionamentos anteriores; e fatores que favorecem a manutenção da relação.

A fim de alcançar os objetivos propostos no trabalho, realizamos entrevistas com casais compostos por pessoas com idade média de trinta anos, que coabitavam e mantinham uma relação havia pelo menos dois anos. Optamos por entrevistar sujeitos que vivem juntos por considerarmos que a convivência cotidiana fornece mais elementos para o estudo a que nos propusemos. Definimos a faixa etária buscando atingir pessoas nascidas em contexto pós-moderno e que vivenciaram suas vicissitudes de modo mais direto. A escolha por casais sem filhos se deveu ao fato de termos como foco a conjugalidade e entendermos que ao incluir filhos outras situações seriam suscitadas, provavelmente remetendo a questões ligadas mais à família.

Para a captação dos sujeitos foi elaborado e enviado um informativo de divulgação aos contatos da pesquisadora, via e-mail. Com o mesmo intuito, foi criado um “evento” na rede social *Facebook* (Apêndice C). Dentre aqueles com os quais se estabeleceu algum contato, por estes meios, nenhum, efetivamente, prontificou-se a se submeter à entrevista. Os sujeitos entrevistados, então, foram indicados por pessoas próximas da pesquisadora, que mediaram a primeira comunicação. A abordagem inicial foi feita por e-mail. Em seguida, agendavam-se as entrevistas. Estas aconteceram nas residências dos sujeitos, conforme a sua conveniência. Os casais foram entrevistados primeiramente em conjunto e depois individualmente, a fim de se poder melhor compreender a experiência de cada um e observar diferenças nos discursos.

Foram entrevistados um casal homossexual feminino e um casal heterossexual, ambos pertencentes às camadas médias urbanas da cidade de Belo Horizonte – MG. Buscamos sujeitos com nível de formação superior ou superior incompleta, com renda própria e ocupações compatíveis com o grau de escolaridade informado, tendo em vista o grau de instrução e a renda como indicadores de pertencimento a um estrato social específico (BOUDON; BOURRICAUD, 1993)<sup>10</sup>. A opção por trabalhar com pessoas das camadas médias se justifica por estas terem recebido de maneira mais incisiva as influências da Pós-modernidade a partir da década de 1960, influências que provocaram profundos reflexos na posição social e nas identidades de homens e mulheres, com mudanças significativas nas práticas cotidianas e, portanto, no casamento e na família (VAITSMAN, 1994). É relevante dizer que os indivíduos que compõem estas camadas foram os primeiros a buscarem alternativas fora dos padrões institucionalizados de relacionamento (GOLDENBERG, 2003).

Para o tratamento das informações, utilizamos a análise de conteúdo, por possibilitar uma leitura que vai além de uma mera reprodução do discurso dos sujeitos. Segundo Chizzotti (2003), o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, decodificando-o, para assim apreender o conteúdo tanto explícito quanto implícito nas narrativas. Tal método permitiria uma análise que ultrapassa a descrição de fatos, chegando à interpretação que busca compreender os atores no contexto em que a informação acontece. A investigação de como este contexto afeta ou está presente no estilo e na forma, para além do conteúdo daquilo que é comunicado, contribui para um entendimento

---

<sup>10</sup> Optamos pela utilização do termo “camada”, e não “classe”, por ser mais condizente com a teoria de estratificação social inspirada em Weber, cujo mapeamento das diferenças sociais entre os indivíduos é feito a partir de indicadores como a renda, o prestígio da profissão exercida e o nível de instrução. Foram estes os indicadores em que nos baseamos para definir os sujeitos de pesquisa como pertencentes ao segmento escolhido.

integral das informações e para associações pertinentes, segundo o objetivo da pesquisa e seu referencial teórico.

Os relatos foram registrados em gravador e, posteriormente, transcritos. Os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da PUC Minas, sob o registro de nº 0051.0.213.000-1.

Os nomes dos sujeitos são fictícios, tendo sido escolhidos aleatoriamente pela pesquisadora. Como forma de distinguir os casais e facilitar a leitura, os parceiros receberam a mesma letra inicial. Os casais foram assim chamados de Cátia e Cristina, e Sandro e Silvia. Passemos, agora, à sua apresentação.

O primeiro casal entrevistado é composto por Cátia e Cristina, que formam uma união homossexual feminina. Cátia tem trinta anos, é formada em Desenho Industrial e trabalha ministrando aulas de animação e como autônoma, construindo cenários, adereços e bonecos. Cristina tem vinte e nove anos, estuda Ciências Sociais e trabalha como Produtora Cultural.

Anterior à época em que estabelecerem a relação, Cátia namorou Dênis por quase três anos e se envolveu com Paula por cinco meses, seu relacionamento homossexual de maior duração antes de sua atual namorada<sup>11</sup>. Cristina foi casada com Marcos, com quem manteve uma relação de sete anos. Nos primeiros cinco anos viveram juntos, nos dois últimos casaram-se no civil e não tiveram filhos. Eles ainda não se separaram judicialmente. Cristina relata que já havia “ficado com menina” antes de seu relacionamento com Marcos, mas como uma experiência pontual.

Cátia e Cristina decidiram ficar juntas quando ainda estavam envolvidas nas relações heterossexuais anteriores. Cátia é prima de Marcos e foi madrinha de casamento de Cristina. Cristina é natural de São Paulo e mudou-se para Belo Horizonte para ficar perto da namorada, pela primeira vez, no final de 2008. Retornou a São Paulo por não conseguir trabalho. Nesta ocasião, voltou a morar com o ex-marido numa relação de amizade, o que foi motivo de desavenças entre ela e Cátia. Voltou a Belo Horizonte no início de 2010, moraram em casas separadas e dividiram espaço com outras pessoas. Namoram há 2 anos e 9 meses, até a data da entrevista (junho de 2011). Desde dezembro de 2010 montaram uma casa na qual vivem somente as duas.

---

<sup>11</sup> Ao longo da entrevista, Cátia e Cristina não definem um termo específico que as nomeie uma para outra: “As vezes a gente se refere como namorada, as vezes fala que é casada.”(Cátia). Optamos pela utilização do termo “namorada” por não terem estabelecido legalmente uma união estável.

O segundo casal entrevistado é formado por Sandro e Silvia, que compõem uma união heterossexual. Sandro tem vinte e nove anos, é formado em Administração e trabalha na área de compras em uma empresa no ramo de aviação. Silvia tem vinte e oito anos, é formada em Fonoaudiologia, trabalha em um hospital e presta serviço em clínicas particulares.

O casal se conheceu por intermédio da irmã de Silvia e de seu cunhado, que já eram amigos de Sandro. Todos faziam parte do mesmo grupo da igreja que a família de Silvia frequenta desde que ela era criança. Sandro é natural de uma cidade do interior do Espírito Santo e mudou-se para Belo Horizonte há oito anos para cursar a faculdade. Na capital morou com o irmão e, mais tarde, com um primo até se casar com Silvia.

Antes de conhecer Sandro, Silvia conta que vivenciou dois namoros. O primeiro durou um ano e quatro meses. Ela relata este relacionamento como “um conto de fadas” por ser o primeiro, que fez com que ela “perdesse o chão” quando terminou. A sua percepção é de que era “imatura”. O segundo relacionamento durou um ano e onze meses. De acordo com suas palavras, este foi “meio complicado” porque o namorado exigia que não repetisse roupas e fosse mais sociável.

Sandro nos conta que teve namorada tanto em sua cidade natal quanto em Belo Horizonte. Seu relacionamento mais longo durou quase dois anos. Ele distingue as relações anteriores da que estabeleceu com Silvia a partir da maturidade adquirida ao vir para Belo Horizonte. O fato de ter que se “virar para sobreviver”, em seus próprios termos, levou-o a encarar a relação com a futura esposa com mais seriedade.

O casal relata que começaram “ficando” e em julho de 2005, oficializaram o namoro. Noivaram em 2010 e se casaram um ano e meio mais tarde, no religioso e no civil. Estão casados há pouco mais de cinco meses, até a data da entrevista (março/2012).

## 5 RELAÇÕES CUSTOMIZADAS: MANUTENÇÕES E INOVAÇÕES

Neste capítulo apresentaremos as categorias de análise definidas a partir do material extraído do trabalho de campo. Pretendemos identificar como se operam as manutenções e inovações quanto aos valores e padrões conjugais, segundo os discursos dos casais entrevistados.

### 5.1 Motivações da união

É importante analisarmos os principais fatores que levam os casais a se unirem, a fim de estabelecer uma relação entre estas motivações e uma ética que vai sendo construída pelos pares, definindo um modo próprio de funcionamento de cada união.

No casal formado por Silvia e Sandro as semelhanças quanto aos valores e à concepção de família aparecem como facilitadores na decisão de ficarem juntos. Silvia relata os valores recebidos dos pais, certificando-se de que é algo que possui em comum com o cônjuge, um comportamento aprendido que ela traz para a relação e parece influenciar na dinâmica interna do casamento:

Uai, acho que a minha mãe sempre falava muito na questão que, assim, que tinha que respeitar, sempre ser sincero, sabe? Ser sempre... ai, de cumplicidade, até essa questão mesmo de você dividir as coisas, sabe? Então assim, tudo era dos dois, então a gente não tem separação nessa questão até de dinheiro, de tudo, aí acho que isso... que trouxe... acaba que os valores são parecidos também, né?

Sandro endossa a posição da esposa, ao apontar os princípios adquiridos na convivência com o seu pai e a sua mãe: “E era muito isso, meu pai me pregava muito isso: honestidade, essa coisa de responsabilidade, sempre esse lado que é o lado de ser correto, minha mãe sempre pro lado da religião, também tinha que ser correto, não deixar ir pro lado errado, as companhias, e por aí vai”. Observamos que a religião está presente no discurso de ambos e aparece associada tanto aos valores que orientam uma conduta de comunhão e respeito, quanto à ideia de casar atrelada à intenção de formar uma família. Notemos o que diz Silvia:

[...] desde pequena eu sempre vi minha mãe e meu pai. Igual, querendo ou não, a gente sempre participava na Igreja, então, a Igreja é voltada pra questão da família [...]. Então a gente, tipo assim, eu, sabe, sempre pensava nisso. E vendo o exemplo e tudo, então desde pequena que eu pensava: “eu vou casar, eu vou casar.”

A questão da durabilidade também aparece associada ao casamento, tomando como referência a união dos pais, que já perdura por muitos anos: “A nossa família também, né? Os pais são casados, casados há muitos anos, muita gente fala para os meus pais ‘ai, que exemplo’, sabe?” (Silvia).

Após identificadas as qualidades similares, o casal chega à conclusão de que o casamento é algo viável, uma forma de unir a vontade de estar junto de alguém com o projeto de constituir um núcleo familiar próprio:

Então a gente foi construindo e vendo que é isso, que dá para ser, entendeu? Que dava para de fora fazer a nossa família, ter uma estrutura boa, tá na nossa casa. Vamos levar a sério, o respeito essas coisas e... a gente uniu o útil ao agradável. Era uma coisa que a gente queria, ela sonhava, eu também sonhava em casar, e aí a gente conseguiu... chegar num... num consenso, e a gente falou: “ah, agora vai.” E tem cinco meses e meio. (Sandro)

A cumplicidade e a confiança são tidas como elementos importantes para se dividir o dia a dia, princípios que eles localizam como sendo herdados da família de origem e que buscam preservar no relacionamento com o parceiro. Tanto para ele quanto para ela, o discurso é o de um compromisso a longo prazo, um acordo que se faz pelos valores e objetivos em comum, com uma nítida influência familiar e uma finalidade muito explícita, qual seja, constituir uma família, tendo os cônjuges um ao outro como um suporte durante a vida. Há a ideia de escolha do parceiro, entendida como um “consenso” entre eles, considerando o atravessamento dos valores primários, que, inclusive, corroboram a um futuro projetado na companhia do outro, com quem se pretende compartilhar a vida. Nota-se que prevalece uma concepção moderna de família, com base em uma união formal, composta pelo casal e pelos filhos que eles pretendem ter: “[...] com relação ao futuro é uma coisa que a gente sempre vem falando, até mesmo recém-casados, próximo passo é ter filho [...]” (Sandro).

Para o casal formado por Cristina e Cátia, a união é motivada por um encontro que acontece em um determinado momento da vida, quando seus projetos pessoais coincidem, estimulando uma aproximação. A identificação de pontos em comum intensifica um desejo que pesa na decisão de se separarem de seus parceiros anteriores para entrar na nova relação, ainda que isso seja sentido com certa incerteza por não terem nada de concreto, somente o desejo patente de ficarem juntas: “Se fosse analisar, a gente tinha uma promessa, uma coisa, tinha uma vontade muito grande de ficar junto. E uma identificação muito grande com o que cada uma queria pra vida.” (Cátia).

Neste caso, os relacionamentos anteriores são percebidos como desencontros, que inviabilizavam a realização das necessidades pessoais. Ao falar sobre as diferenças entre o relacionamento precedente e o atual, Cátia pondera:

Ele [o namorado] não me colocava na vida dele, assim numa construção junto [...]. Eu me via com ele, eu não via que ele tava me vendo lá na frente com ele, entendeu? Para ele era assim, se tá do meu lado, que bom que você tá seguindo do meu lado. Mas não era junto.

Observa-se, aí, um desnivelamento quanto ao lugar que cada um ocupava na relação, o que revela a percepção de que ambos os parceiros não compartilhavam o mesmo propósito.

No caso de Cristina, essa falta de sintonia é identificada a partir de um arrefecimento do seu sentimento pelo ex-parceiro. O casamento caminhava para se tornar uma amizade, no mesmo instante em que ficava claro como os projetos contrastavam, opondo-se as expectativas de cada um no espaço conjugal. “[...] de repente a gente foi ficando muito, muito, muito amigo, muito amigo e aí tinha uma estória de que ele queria muito ter filho e eu não, de repente os projetos que eram em comum foram não sendo mais.”

Em outro trecho, Cátia situa a fase propícia em que os interesses individuais encontram, no relacionamento que se anuncia, um meio para se concretizar, sob uma nova perspectiva, que se mostra mais atraente para cada uma:

Com a Cristina, as conversas que a gente tinha, todas, toda fase que a gente tava, eu nessa coisa de dá uma soltada do Dênis, de pensar no nosso trabalho, e a Cristina insatisfeita com o trabalho dela em São Paulo, querendo pedir demissão. E ela se identificando com o que eu fazia, com o que eu faço e vendo um futuro mais legal e a gente querendo fazer coisas juntas assim. Eu sentia uma segurança de que o que eu tava conversando ali era recíproco, era junto, que ela tava comigo.

Para Cristina, a relação com Cátia traz a marca de um desafio, que é sentido como um movimento contra a estagnação, tido como positivo, bem em acordo com um discurso pós-moderno que valoriza as experiências estimulantes, carregadas de emoção: “Acho que é uma relação que desafia o tempo todo, assim, que desafia no bom sentido [...], é uma coisa, assim, que te mantém vivo o tempo todo, sacou?”

É possível dizer que ambas encontram no novo relacionamento formas de retificar questões particulares e que se mostravam insatisfatórias nas relações anteriores. As novas parceiras veem a possibilidade de realização pessoal alinhada a um sentimento intenso e espontâneo, que embala a relação. Isto é o que se faz notar no discurso das entrevistadas, principalmente quando falam do início do seu envolvimento, marcado por uma forte atração

de ambas as partes: “Quando a gente começou, era muita vontade de ficar junta, muita [...].” (Cristina). Cátia coloca esta fase inicial nos seguintes termos: “[...] uma coisa que a gente não controlava [...]. A gente queria viver essa paixão que tinha aparecido e viver todo dia.”

Ao comparamos as relações entre o primeiro e o segundo casal, notamos que nos dois casos a afinidade de interesses é preponderante como motivação para que os parceiros fiquem juntos. Ainda que a natureza das intenções depositadas nas relações seja diferente, em ambas está presente a ideia de um encontro que se dá por meio da possibilidade de uma parceria, do reconhecimento pelo outro, de um compartilhamento. Nos discursos de Silvia e Sandro, o investimento no “nós” surge como questão principal. A relação é mediada pela religião e por valores familiares bem definidos, com uma inquestionável proposta de formar uma família.

No caso de Cátia e Cristina, pelo contrário, não há uma projeção de finalidade da união para além do casal. Isto ganha especial relevo ao lembrarmos que o cenário atual aponta para uma maior abertura para os casais homossexuais escolherem ou não formarem uma família. Tal como afirma Roudinesco (2003), a homossexualidade sempre fora vista como um princípio de exclusão à família, uma subversão ao que ela representava. Hoje, todavia, homens e mulheres homossexuais caminham num sentido contrário, querendo se enquadrar a uma norma familiar antes vista como repressora e conservadora. Assim, revelam o desejo e reivindicam o direito ao casamento, à adoção e à procriação assistida, o que a autora chamou de “desejo de família”. Entretanto, é possível pensarmos que, por uma lógica pautada pelo aspecto biológico, duas pessoas do mesmo sexo, ao se unirem, estariam desobrigadas em constituir uma família com filhos, ainda que isso seja possível através de outros meios. No caso de Cátia e Cristina, este contexto nos faz pensar sobre até que ponto um tanto do seu discurso de “não família” teria a ver com um desejo próprio delas, para além do atravessamento da homossexualidade, assumida também como uma forma de recusa de submissão à expectativa de se constituir uma família com filhos. O fato é que um certo ideal de família, ou mesmo o desejo pela maternidade, poderia estar presente no imaginário destas mulheres, o que não aparece em seus discursos.

Cátia e Cristina, apesar de estarem vivendo juntas há seis meses, na data da entrevista, vacilam ao classificarem a relação como casamento ou namoro. Cátia define que o que marcaria o fim da “confusão” seria

um evento com cerimônia, um anúncio com amigos e queridos. [...] eu decidi que eu quero casar, quero os meus amigos, quero todo mundo batendo palma para a gente, achando lindo. E quero ter esse dia de casamento. Tô igual uma noivinha que eu nunca achei que ia tá, nunca, com ninguém.

A questão da união estável aparece na entrevista como algo que já foi cogitado por elas, mas que não se sustenta como um plano a ser levado adiante. O desejo maior é o de ter a união legitimada, principalmente, pelas pessoas mais próximas, através de um ritual que cumpriria essa função.

No casal é possível concluir que o seu intento maior está voltado para a realização de projetos individuais. Estes encontrariam, na relação e na parceria com o outro, uma via de realização, a qual seria permeada pela vontade de vivenciar um sentimento de paixão. Neste sentido, a relação se aproxima de uma lógica pós-moderna, em que o individualismo ganha lugar privilegiado, marcando uma ética em que a satisfação de desejos pessoais e a preservação da autonomia aparecem em primeiro plano. Silvia e Sandro, por sua vez, fundamentam sua relação na ideia de constituir uma família, o que pressupõe um investimento por tempo prolongado, marcando uma ética do compromisso, nos moldes de uma concepção mais tradicional de família nuclear moderna. Vejamos, a seguir, como estes princípios se desdobram em outros aspectos das relações em questão, revelando suas especificidades.

## 5.2 Os ideais de amor

Neste tópico pretendemos analisar as concepções de amor presentes nas relações dos dois casais entrevistados, tendo em vista as expectativas e os significados atribuídos ao relacionamento amoroso e ao parceiro.

Para Silvia, a relação amorosa é pensada como algo permanente, projetada para durar por toda uma vida, a ser compartilhada com alguém em quem confia para dividir as dificuldades e os momentos de alegria. Isto fica explícito no seguinte relato:

[...] a relação amorosa que é uma, que é uma... é uma relação que dure pra sempre, tipo assim, que nós sejamos companheiros,... é que eu tenha um companheiro pro resto da minha vida, sabe, uma pessoa que eu possa contar pra sempre, que vai estar junto todos os momentos, fáceis, difíceis, tudo.

O marido, neste lugar, ganha uma importância que tende a se intensificar com o tempo de convivência. A ideia é a de uma parceria que vai se estreitando até não haver uma diferenciação, num processo de fusão e transformação do eu e do tu em “a gente”:

Uai, o significado que ele tem pra mim? Isso cada vez vai aumentando, mas ele também vai cada dia mais se tornando... transforma a minha vida, a pessoa que tá sempre comigo, é como se não fosse só eu, então tipo assim, é a gente, sabe? E isso vai ficando mais, cada vez mais, e eu tenho impressão que... como eu vejo com

casais como meus tios e meus pais, que... quanto mais tempo que você tá ali com a pessoa, mais isso vai acontecendo, a pessoa vira uma parte de você de certa forma [...] É um pouco de, tipo, ele já é um... ele pra mim já é... um pedaço meu, assim, sabe? De certa forma... (Silvia).

O casamento de Silvia e Sandro pode ser interpretado, nestes termos, como a união de companheiros com uma ligação tão profunda e intensa que passam a serem pensados como duas partes de uma mesma unidade (MACFARLANE, 1990). Eis a típica ideia de fusão do amor romântico, a qual, contudo, ganha, na Pós-modernidade, novos matizes. De acordo com Heilborn (2004), o indivíduo tende a ser encapsulado pela unidade que o casamento evoca, devido à intimidade e às intensas trocas que ali são feitas. Segundo a autora, a vivência da fusão, experimentada pela falta de limite no contato com o outro, pode levar a uma exaustão psicológica, com uma conseqüente dissolução do desejo, que ameaça a relação. Esta exaustão sempre teria estado presente nos casamentos fundados por amor, contudo, o grau de tolerância a ela seria menor, na contemporaneidade, quando a ideia de compromisso, muitas vezes, esbarra com uma ética que supervaloriza o bem-estar individual. Até o momento, este tipo de ameaça não aparece no discurso do casal em questão. Seria possível presumir que isso ocorre em função do tipo de contrato que eles estabelecem, em que o compromisso e a relação parecem se sobressair às questões individuais. Entretanto, não se deve deixar de considerar o seu tempo de casamento. É sensato supormos que entre os recém-casados ainda não tiveram lugar determinadas vivências que levariam ao nível de exaustão aqui sugerido.

A noção de completude é reafirmada por Sandro, que nos dá a ideia de experimentar uma harmonia no convívio entre as demandas individuais e as solicitações como casal, o que se evidencia em sua resposta sobre o ideal de relação: “Mas, tipo assim, eu penso... eu acredito que... eu acho que é isso, que eu encontrei a pessoa que eu consigo dividir minha maneira de ser com as minhas vontades, ela com as delas também, e a gente equilibrando e tocando a vida”. Trata-se de um equilíbrio que se reflete também em sua concepção da relação amorosa, tida como uma combinação favorável devido às semelhanças que o par possui no que tange à criação e aos princípios de cada um, conforme mencionado anteriormente:

Ah, eu acho que uma relação amorosa, tipo assim, é uma relação de muita afinidade, [...], o amor com relação a muita afinidade, e muita... tipo assim, saber compartilhar os dois, entendeu? Saber respeitar, saber entender o lado do outro, como que o outro teve de criação, como que o outro pensa, como que pode ter esse equilíbrio, entendeu, eu acho que é isso que forma mais essa relação amorosa. (Sandro)

Deste modo, para Sandro, a esposa é vista como aquela com quem ele se identificou, o que lhe garante uma qualidade peculiar, como a mulher em quem ele acredita e se ancora para construir uma base para o futuro: “Aí é... foi tudo bem com ela, ela é minha base, a única... única pessoa que posso contar, tipo assim, é essa pessoa que eu tenho que conversar e abrir, falar dos meus problemas, falar, conversar coisa boba é com ela, então, tipo assim, abracei mesmo como ela sendo minha sustentação.”

Vale ressaltar que, para Sandro e Silvia, o outro, como um “ser especial”, não se faz notar por uma emoção explícita, mas, sim, pela atribuição de certas virtudes, em particular, aquelas ligadas ao respeito e à noção de família, que evocam uma exclusividade de um para o outro. Ao responder sobre o momento em que concluiu que Silvia seria a mulher para ele, o entrevistado reforça essa constatação: “Eu acho que, eu não sei te falar: ‘não, aconteceu isso’, mas tipo assim, nós fomos crescendo, várias coisas [...] não foi: ‘isso mudou tudo’, não, não, foi aos pouquinhos. Um puxando, um conquistando um pouquinho o outro, mostrando assim os valores de cada um, acho que foi muito isso.” Ainda que afetos vinculados a um estado de apaixonamento não fiquem evidentes, o lugar de cada um é marcadamente diferenciado, no discurso do casal, pelo modo como transitam em espaços privilegiados um do outro, em um movimento de abertura e cumplicidade.

O que nos parece é que a forma como este casal se relaciona se aproxima da ideia de amor domesticado (CHAVES, 2004), assim como do conceito de amor-companheiro (JABLONSKI, 1991). De acordo com Jablonski, o amor é vivido em estágios, sendo o primeiro deles o amor-paixão. Para este autor, que converge com outros aqui mencionados, neste ponto, o amor-paixão se define como aquele em que o outro é supervalorizado, em meio à eclosão de um grande desejo de compartilhar emoções e experiências íntimas, acompanhado por um forte magnetismo sexual. Esta fase, no entanto, gradativamente, tende a ceder lugar a sentimentos menos arrebatadores, como a “ternura, a amizade, o companheirismo e o que é sedimentado através de vivências em comum – boas ou más [...]” (JABLONSKI, 1991, p. 76). Nota-se, então, um arrefecimento da paixão, em concomitância com a consolidação de outros tipos de afetos. No discurso de Sandro e Silvia, observa-se um amor de expectativas mais sensatas do que aquelas que acompanham o amor-paixão, com todo o seu encantamento, o que pressupõe uma maior reflexividade, mesmo no início da relação.

É importante salientar que não se observam, no discurso de Silvia e Sandro, divergências ou conflitos. Ao contrário, em suas falas, nota-se uma uniformidade no modo de pensar, a qual se evidencia tanto nas entrevistas realizadas em conjunto quanto nas individuais. Se, neste primeiro casal, alguns elementos fortemente disseminados do amor

romântico, como o “para sempre” e a ideia de “completude”, estão presentes e aparecem de forma muito nítida, o mesmo não ocorre com o casal formado por Cátia e Cristina.

Assim responde Cátia sobre como definiria a relação com a namorada:

Olha, eu penso que a Cristina... eu não posso falar é o amor da minha vida, porque para eu entender que ela é um grande amor eu tive outros amores, então eu entendo que a Cristina é a pessoa que eu tenho que tá agora. A Cristina é uma pessoa que eu amo demais, demais. Eu tenho muita vontade dela, muita vontade de beijar, muita vontade de estar junto e é a pessoa que eu quero. Por enquanto eu quero continuar construindo, a gente ainda tem combustível pra queimar, eu acho que é isso, a gente tá se construindo, que é muito importante também [...].

Cristina classifica a relação com a parceira como algo que “faz bem... primeiro porque é gostoso, é prazeroso tá junto [...]”. Sobre seu sentimento, relata: “Eu tô numa fase bastante apaixonada. Eu tô achando a Cátia muito legal.”

Os termos utilizados por elas, nestas falas, remetem a algo que mantém a relação viva e acesa, até mesmo para além da fase inicial de encantamento. Tem-se uma relação em que o prazer de estar junto ganha destaque e o desejo pelo outro serve como uma forma de impulsionar aquilo que elas almejam construir juntas, ainda que isso contenha algo de circunstancial, passível de sofrer mudança. Isso ocorre uma vez que o tempo vivido da relação é o presente, que marca os discursos de Cátia e Cristina, tanto no que diz respeito a projetos, quanto no que tange ao afeto experimentado no relacionamento.

Para Bauman (2004), as relações na contemporaneidade são marcadas pelo imediatismo, alinhadas a uma cultura consumista, que toma a união como um produto perecível, o qual precisa ser usufruído em tempo hábil para depois ser descartado. Assim é que as experiências instantâneas, resumidas na forte intensidade vivenciada no início do relacionamento amoroso, tornam-se mais convidativas do que as relações que implicam um esforço prolongado. O amor parece se dissociar do ideário romântico, manifesto na expressão “até que a morte os separe”, para se tornar um episódio forte e de curta duração, dando margem a estados recorrentes de apaixonamento. Neste contexto, torna-se cada vez maior “[...] o número de pessoas que tendem a chamar de amor mais de uma de suas experiências de vida, que não garantiriam que o amor que atualmente vivenciam é o último e que têm a expectativa de viver outras experiências como essa no futuro.” (BAUMAN, 2004, p. 10). É o que vimos acima no discurso de Cátia.

No âmbito da experiência deste casal, os projetos pessoais de cada uma, com os quais se identificaram mutuamente no início da relação e que se tornaram planos em comum, são relatados como objetivos de médio e curto prazos:

Eu não tenho um pensamento a longo prazo. Eu penso em cinco anos pra frente, eu falei em cinco não sei porque, só não para ser três. O plano mais a longo prazo que a gente tem é viajar pra Berlim, eu falei que em 2012. [...] É o plano mais longo que a gente fez. A gente não combinou de ficar junto pra sempre. Às vezes a gente abraça e fala: “nossa você vai ficar comigo para sempre, pra sempre, pra sempre, te amo demais, te amo demais, te amo demais”, aquela coisa é mais o que a gente tá sentindo. Nenhuma interpreta isso como um compromisso pra vida inteira. Ou seja, se um dia a gente terminar não cabe eu falar: “você me prometeu que era a vida inteira. E os planos que nós fizemos?” Não, a gente não fez planos pra vida inteira. (Cátia)

Em entrevista individual, Cristina endossa este posicionamento:

Pois é, eu acho um pouco difícil fazer planos assim a longo prazo. Mas eu acho, ao mesmo tempo, que a gente tá construindo uma coisa legal. E aí, por mais que não tenha planos, assim, tipo, a gente tem planos até o fim do ano que vem. Mas, eu acho que é natural, eles vão surgindo. Acho que mais do que isso fica muito inalcançável.

O modo como se trata a questão da durabilidade, recorrente nos discursos das entrevistadas, remete ao conceito de amor confluyente, de Giddens (1993), cujo princípio é o descarte da garantia de se ter um relacionamento infinito e único. Comparando-o ao amor romântico, o autor define este amor confluyente como “ativo” e “contingente” (GIDDENS, 1993, p. 72). O que está em primeiro plano, em relações que funcionam segundo esta lógica, não é a pessoa especial, mas a relação em si, que é vista como especial. Ambos os parceiros investem e desenvolvem a intimidade à medida que se sentem beneficiados e preparados para atender as demandas do outro. Diferentemente do amor romântico domesticado (CHAVES, 2004), aqui, a realização do prazer sexual mútuo é trazida para o centro da questão.

Para Cátia e Cristina, a relação, em si mesma, é o motivo da união. Bem em acordo com a dinâmica do amor confluyente, não há, entre elas, a promessa de um compromisso permanente, a tônica parecendo ser a de demandas individuais que encontraram lugar para serem vivenciadas na relação, em um determinado momento, permeado pelo desejo e por uma vivência da sexualidade entendida como satisfatória pelo par.

Giddens (1993), entretanto, aponta uma contradição importante neste tipo de amor. Para o autor, o que torna possível uma experiência compartilhada é o investimento que se faz na relação, ou seja, o compromisso que se estabelece, o qual, geralmente, contém a ideia de continuidade, ligada à expectativa de que o relacionamento dê provas de sua capacidade de longa duração. O contraste ocorre justamente porque o investimento, orientado para reforçar e estreitar o compromisso, parece mais arriscado, nos dias de hoje, quando se ressalta a sempre

iminente possibilidade de a relação se dissolver. No caso analisado, conforme já apontado, a expectativa se concentra no presente. Por mais que haja confirmações processadas no cotidiano de que a relação existe, ela não é permeada pela ideia de um compromisso duradouro. Aqui, então, convivem, de certo modo, em contradição, o investimento e a intimidade entre as parceiras, de um lado, e a ausência da ideia de continuidade da relação a longo prazo, de outro.

Cristina, deixando uma estrutura de vida que tinha em São Paulo, toma a decisão de mudar para Belo Horizonte para ficar mais próxima da namorada, o que demonstra como a relação ocupa uma dimensão bastante significativa em sua vida, em dado momento: “É, logo que eu vim pra cá ocupava um espaço gigante, assim, era a vida inteira, porque eu saí de São Paulo, deixei meus amigos, minha família, tudo lá, e agora tá tomando um espaço devido, né?”. Em outro momento da entrevista, ao falar do significado da relação, Cristina completa: “[...] um espaço grande, mas que convive com outras coisas. Então, se tirar, vai ficar um espaço vazio, mas as outras coisas acontecem.” Nota-se, aí, que há esforços direcionados à relação, um investimento que lhe dá um certo sentido, o qual, todavia, não se projeta sobre todos os aspectos da vida da pessoa.

Diante da mesma pergunta, a respeito do significado da relação, Cátia responde sobre o lugar que a parceira ocupa em sua vida, como ela a percebe, o que também denota uma ideia de ligação, de uma proximidade que vai sendo construída no relacionamento:

Ela é minha companheira, assim, eu consegui, que eu tava tentando isso, ela tá integrada em todos os aspectos da minha vida. Minha relação com a família não passa por ela, mas ela tá inserida na minha relação com a família. Na minha relação com o meu trabalho, não com as pessoas do trabalho, ela tá inserida. Uma construção juntas, eu enxergo essa relação assim, eu enxergo um companheirismo mesmo.

A ideia de construção está sempre presente no discurso de Cátia. Sobre este aspecto, é interessante lembrar que à medida que uma relação se edifica, as individualidades ali contidas vão sofrendo seus efeitos. Magalhães (2003), sob um viés psicanalítico, considera a conjugalidade como um campo de possibilidades de reestruturação das subjetividades que a compõem. Nas palavras da autora:

[...] a conjugalidade tende a operar como um espaço de metabolização e elaboração, com capacidade de oferecer continente, de digerir e de ampliar as projeções que, dessa forma, tornam-se menos angustiantes e possíveis de serem assimiladas no processo de transformação do “eu” dentro do “nós”. (MAGALHÃES, 2003, p. 226-227).

Operando como um lugar de transformação do “eu dentro do nós”, a conjugalidade se revela como um efeito que se volta para os parceiros de maneira individual. A cena conjugal é marcada por um jogo dinâmico inconsciente entre os parceiros, o qual origina uma estrutura organizadora própria do casal. Aquilo que se processa dentro da relação exerce uma influência estruturante ou desestruturante nos cônjuges. É essa dinâmica que permite a cada um dos parceiros repetir aspectos patológicos, assim como, de forma produtiva, elaborar, em alguma medida, os conflitos originários de um momento anterior, vivenciados na fase edípica (MAGALHÃES, 2003).

Cátia se surpreende com as transformações que ocorrem de modo particular consigo mesma e com Cristina, percebendo como isso é revertido de maneira favorável para a relação, o que reforça a ideia de que o espaço conjugal oferece possibilidades de crescimento e evolução pessoal. Quando perguntada sobre os caminhos da relação, desde o início até os dias de hoje, a entrevistada responde:

Vejo, vejo, vejo mudanças absurdas em mim e nela. Em mim, eu cresci demais, demais, eu entendi muita coisa de relações passadas, eu entendi muita coisa de relação com outras pessoas. Com essa relação minha com a Cristina eu entendi minha relação com outras pessoas. Na Cristina, eu vejo um crescimento absurdo... Antes eu não sabia que ela ia ser capaz de enfrentar todo mundo para essa relação dar certo. Pra mim, era mais fácil, que eu já, que não só já era aberto pra todo mundo que eu ficava com menina [...]. E eu achava que ela não ia chegar nesse ponto. E hoje, eu vi que ela enfrentou tudo.

As mudanças sentidas com o tempo de relação também aparecem nas falas do outro casal. Sandro veio para Belo Horizonte morar com o irmão, que logo se casou. Na sequência, dividiu apartamento com um primo, num período que ele considera ter sido uma fase em que esteve “vivendo muito sozinho”. A convivência com Silvia acaba promovendo uma quebra dessa solidão, fazendo com que ele se sinta uma pessoa mais aberta: “[...] anteriormente, eu ficava assim mais fechado, mais, mais, mais frio um pouco, talvez eu tenha criado isso por ficar sozinho [...] até o namoro com ela foi assim, dentro de casa, uma coisa mais fechada [...]”. Ele menciona também o sentimento de conforto e segurança que sente na relação com a esposa depois do casamento: “Eu sei que quando eu chegar em casa ela vai estar em casa, eu estou indo, vou pegar ela na mão dela, a gente vai pra casa juntos, tipo assim, essa segurança [...]”. Nota-se, ainda, em seu discurso, a questão da responsabilidade que o casamento trouxe para a sua vida, o que considera favorável, como um amadurecimento que é bem vindo: “Para mim foi, tipo assim, foi um divisor de águas, eu saí daquela coisa de moleque pra assumir

uma responsabilidade, entendeu? E o crescimento profissional da gente veio junto com a gente se conhecendo [...].”

Silvia também relata o seu processo de crescimento:

Ai, eu me vejo uma pessoa... tipo, mais madura, que tem condição de encarar mais as coisas, os problemas [...], toda vez que eu tô muito desorganizada, muito nervosa, aí normalmente eu converso com ele, aí ele vai: “não, calma, num sei o quê”; ele é muito tranquilo, sabe, então ele me ajuda... ele me ajuda a me organizar, assim, sabe?

O casamento, nesta perspectiva, pode ser pensado não somente como uma experiência que estimula o desenvolvimento pessoal, mas também como um espaço que favorece a situação do indivíduo, fornecendo segurança e uma certa ordem que baliza as vidas dos sujeitos. É por meio das trocas feitas nas vivências do dia a dia, através das interpretações compartilhadas sobre o mundo, que os parceiros irão atribuir significado ao que se passa tanto no interior da relação quanto fora dela. Essa leitura do real, que se estabelece na convivência, acabará por promover também uma modelação da subjetividade (BERGER e KELLNER apud HEILBORN, 2004). É certo que não permanecemos os mesmos quando convivemos com o outro. Tendemos a incorporar gestos, modos, interpretações que nos afetam. Isto faz parte da dinâmica de um relacionamento, que também refletirá algo de cada personalidade que compõe o casal.

Esta ideia de mudança promovida na convivência com o outro; é observada quando Cátia e Cristina falam sobre os significados que cada uma tem na vida da outra. Segue um trecho da entrevista conjunta:

*Cátia:* Ela, ah, deixa eu ver... eu acho que ela dá um jeito nas coisas que eu penso, penso e penso, que sou muito aflita e ela consegue organizar as ideias. Até tanto de trabalho, quanto de qualquer coisa, a gente, a gente se organiza, eu me organizo conversando com ela, eu me organizo conversando com ela, em qualquer ocasião, eu me organizo com ela. Às vezes é uma situação extremamente minha, que eu converso com ela e pá, tem isso, tem isso, isso, e isso que eu converso com ela. “Calma, primeiro isso, isso e isso, vai dar certo, vai ser assim, assim.” Ela me dá muita segurança. “Tô aqui, vai lá”. Ou então, se é uma coisa nossa, a gente tenta pensar o que que é, a gente já sabe uma e a outra como é que são, então a gente tenta delegar funções parecidas com o que a gente já resolve. Ela dá uma, ela consegue juntar o meu pensamento caótico.

*Pesquisadora:* E você Cristina, a mesma pergunta.

*Cátia:* Eu caotizo ela.

*Cristina:* (Risos). Num caotiza, mas acho que você dá uma movida, assim tipo uma... é uma segurança muito grande também, ao mesmo tempo.

Para Bauman (2004), mesmo nos relacionamentos efêmeros de nossos tempos, em que vigora a lógica de “lucrar”, obter gratificações na relação, mais do que a ideia de se doar ao

outro, a segurança é uma questão bastante importante, tendo em vista a necessidade de amparo diante das situações difíceis e da solidão. Do mesmo modo, permanece importante a necessidade de compartilhar os momentos de satisfação. Esta dimensão significativa que a conjugalidade ocupa, na vida dos indivíduos, aparece tanto nos discursos do casal em que a exigência se centra no compromisso que a relação exige quanto nos daquele em que as individualidades são mais bem marcadas. Com isso se observa que o casamento se mantém, em tempos pós-modernos, como um abrigo para o qual o indivíduo se volta esperando proteção e um norte diante de uma realidade instável (COSTA, 1998).

Apesar de a união ser vista como um somatório das identidades e um pilar seguro para ambos os casais, a maneira diferente como os ideais de amor são pensados entre eles se torna evidente em um trecho extraído da entrevista conjunta de Cátia e Cristina:

*Cristina:* É mais do que a soma de um e um, eu acho.

*Cátia:* Ah, tá. É mais do que a soma de um e um, mas não é duas metades. “Ah, a gente se completa”, sem essa viadagem. Acho que é isso, né? “Ah, a gente se completa, aí encontrei nessa pessoa o que eu queria”, não. Eu não vou andando para ela, a gente não faz assim (olham uma para a outra) na relação. Parece que a gente faz assim, dá a mão, sabe? E vai para frente.

*Cristina:* Mas olha assim (uma de frente para a outra) também.

*Cátia:* E olha sempre, mas vai pra frente para não cair, né? Tropeçar, combina os caminhos que a gente vai passar, entendeu? E confia. Eu confio muito no que a Cristina quer para mim. Eu confio muito no que eu quero para mim [...].

Do que foi aqui exposto é possível dizer que Cátia e Cristina se percebem como estando juntas não porque são “a promessa” uma da outra, mas porque, cada uma tendo definido seu caminho, pessoalmente, elas se encontraram em um momento propício e se escolheram como parceiras de jornada, sendo que esta não remete a um futuro distante, mas é pensado a curto e a médio prazos. Diferentemente do casal Silvia e Sandro, o cônjuge, aqui, não é uma figura com quem se espera contar para toda uma vida, como acontece quando o ideário romântico prevalece (GIDDENS, 1993). Ainda assim, o casamento é visto como um incentivador e facilitador, oferecendo uma sensação de segurança, que é muito desejada. O outro é alguém com quem se divide os interesses, os quais irão ganhar novas feições na união, possibilitando, inclusive, retornos para as subjetividades. Isto, com efeito, observa-se nas duas relações em análise, ainda que, na primeira, formada por Silvia e Sandro, seja mais patente a necessidade que ambos os parceiros têm do outro para se sentirem integrados.

Não se pode dizer que Cristina e Cátia vivam um amor-paixão, visto que – apesar da vontade que demonstram em estarem juntas, de um desejo, inclusive, manifestado na prática da sexualidade – elas fundam a relação para além desta fase, segundo a visão de Jablonski

(1991), valorizando o companheirismo, o respeito mútuo e o diálogo, elementos que compõem o que o autor chamou de amor-companheiro, e do amor romântico domesticado de Chaves (2004). Cátia nos aponta, em seu discurso, essa noção de transição atravessada pela relação, sem desmerecer ou anular o desejo que existe e possui seu valor, conforme já visto: “[...] tesão tem menos, mas é uma outra coisa que a gente colocou no lugar. A gente conversa muito e a gente se entende cada vez mais [...]”. Cristina também acrescenta em seu discurso componentes do amor-companheiro ao comparar a relação a seu ideal de amor: “Eu acho que tem que ter várias coisas além do amor. Tem que ter admiração, tem que ter respeito, admiração, tem que ter companheirismo.” Ainda que Cristina e Cátia neguem o ideário romântico, na sua forma mais estereotipada (não há, entre elas, a perspectiva do “para sempre” ou o fim de constituir família), o fato é que se apropriam de alguns de seus elementos-chave. Como sugerimos mais acima, é possível dizer que esta relação se aproxima da ideia de amor confluyente de Giddens (1993), por trazer à tona a questão da associação entre a satisfação emocional e pessoal e a vivência em um relacionamento que não somente lida com a transitoriedade, como faz dela parte importante de si, o que é expresso nos objetivos que as parceiras traçam juntas e nas expectativas que evidenciam.

Como se pode notar, das entrevistas que realizamos com os casais, desenham-se duas relações bastante díspares, o que, de certo modo, vai ao encontro da condição pós-moderna, no sentido da multiplicidade que dela faz parte. Importa salientar, entretanto, os pontos de interseção entre os dois relacionamentos. Em ambos, com efeito, valoriza-se a parceria, há investimento de sentido na relação, bem como a preservação de uma necessidade de pertença. Elementos que podemos associar aos motivos pelos quais os casais, ainda hoje, em um cenário que parece desfavorecer as uniões, persistem na intenção de estabelecerem vínculos, independentemente do modo como estes se configuram.

Nas páginas anteriores, observamos, com Silvia e Sandro, uma forma relacional em que os ideais de amor e as expectativas referentes ao parceiro e à relação se mostram de maneira mais homogênea, prevalecendo, aí, a ética do compromisso, com os elementos do amor romântico domesticado e os valores tradicionais presentes de forma mais marcada e localizada. Com Cátia e Cristina, por sua vez, vimos um casal regido pela ética do individualismo, em que se evidencia uma maior heterogeneidade de elementos que se combinam, com expectativas centradas em eventos de médio e curto prazos, sem que isto comprometa a carga de energia emocional e pessoal ali depositada. A análise deste casal nos mostra que, na Pós-modernidade, parece estar havendo uma dissociação entre, de um lado, a busca do sentir-se seguro, do ser especial e do investir em uma relação, e, do outro, a

perspectiva de durabilidade, o que coloca em questão a ideia de que o tempo de duração de um relacionamento é o que garante a presença dos pontos mencionados. É isto o que nos leva a pensar que talvez estejamos nos adaptando a uma lógica individualista, sem necessariamente cairmos em relações vazias e pobres de investimento emocional.

A nosso ver, a combinação dos ideais e dos valores assumidos pelos casais em questão reflete não só a ideia de *customização*, pois cada casal assume um modo singular de se relacionar, como diz também de uma capacidade adaptativa em que queremos crer.

Apesar de se tornar a relação, pelo menos na camada aqui estudada, cada vez mais um espaço de construção comum e negociada, há que se considerar as divergências existentes em cada tipo de relacionamento, assim como suas contradições internas, o que se faz notar, principalmente, no modo como os parceiros vivenciam a intimidade no dia a dia. Isto será o que exploraremos no próximo tópico.

### **5.3 Intimidade e sexualidade**

Nas últimas décadas, no Brasil, novos padrões sexuais para homens e mulheres têm sido disseminados pelos meios de comunicação de massa. Se pensarmos a partir das décadas de 1960 e 1970, com o movimento de liberação sexual vimos surgir uma postura mais aberta em relação ao sexo, com novas exigências neste campo, tais como atingir a satisfação através do orgasmo sem culpa, visando relações mais prazerosas. A conjugalidade sente os efeitos disso, visto que o sexo torna-se, juntamente com o amor, um elemento fundamental no casamento (JABLONSKI, 1991).

Porém, conforme aponta Diehl (2002), se por um lado as mudanças observadas quanto aos hábitos sexuais revelam a face de uma realidade que não devemos ignorar, por outro tendem a ser vistas de um modo generalizado, como comportamentos que foram simplesmente sendo assimilados sem considerar nenhum tipo de especificidade. A contextualização se faz necessária ao levarmos em conta que vivemos em um país com regiões e costumes bastante diferentes, composto por diversas gerações de homens e mulheres convivendo, em nosso tempo, com a herança de uma educação sexual estruturada segundo uma cultura distante da que presenciamos, tanto em termos de valores quanto de condutas.

Considerando isso, pensamos em abrir espaço para investigar a questão da sexualidade nos casais em análise. A intimidade acompanha essa investigação ao supormos, conforme sustentado por Diehl (2002), que a sexualidade envolve intimidade, trazendo uma noção de

que é algo pessoal ou vinculado a poucas pessoas. Interessa-nos pensar como a intimidade e a sexualidade aparecem associadas nestes relacionamentos vividos na Pós-modernidade.

Segundo Casábuis (2005), a intimidade é baseada em dois princípios: confiança e sinceridade. Teoricamente, à medida que nos aprofundamos no conhecimento do outro – e conforme o grau de confiança que esse outro nos inspira –, torna-se mais fácil colocarmo-nos de um modo mais à vontade, compartilhando os aspectos particulares de nossa personalidade. O outro íntimo é aquele com quem estabelecemos uma relação diferenciada, que pressupõe uma maior liberdade para revelarmos nossas fantasias, opiniões, sentimentos e receios mais reservados. À medida que o outro permite nossa entrada em seu mundo psicológico e compartilha conosco elementos de caráter mais pessoal, faz com que passemos a nos sentir aceitos, atendendo a uma necessidade de sermos considerados especiais.

Assim é pensada a intimidade para o casal Sandro e Silvia, como se observa no seguinte relato:

Ah, eu acho que intimidade muito é isso, sabe, você tá aberto pra pessoa, você falar, assim, sobre tudo [...], tipo as coisas que você às vezes não conta pra ninguém, mas é a pessoa que você tem tanta liberdade, você confia tanto, que você fala tudo, sabe, se expõe, eu acho que é muito isso. (Silvia)

Ao ser questionado sobre a intimidade que possui com a esposa, o marido revela: “Eu enxergo como que a gente tem, porque tem época que a gente fala qualquer assunto, assim, esse negócio de falar, a gente fala um com o outro, não vejo problema com relação a isso.” Este discurso se encaixa bem na ideia de que uma relação “bacana” nos dias de hoje é aquela em que tudo se sabe sobre o parceiro. A sinceridade a todo custo torna-se um valor como uma garantia ou um reforço ao vínculo estabelecido (HEILBORN, 2004). Nota-se que, na passagem acima, Sandro diz de uma “época” propícia à abertura, indicando talvez uma condição por ele estipulada, deixando transparecer que há limites nesta revelação. Ainda assim, de modo geral, é possível associar intimidade a uma abertura, propiciada pelo espaço conjugal, de se falar sobre aspectos que são pouco reveláveis a outras pessoas.

Este casal sustenta ao longo da entrevista uma intimidade por eles compartilhada, mas que não se aplica a todas as áreas da relação da mesma forma, como acontece com a sexualidade. Na abordagem dessa temática pudemos perceber um desconforto por parte de Silvia, que, ao responder à pergunta sobre como era sua vida sexual, gaguejava e falava de forma bastante confusa. Para ela, a sexualidade é vista como uma questão “um pouco mais complicada”. Antes do casamento, após um ano de namoro, o casal teve relação sexual, mas ambos ficaram constrangidos por receio de “acontecer alguma coisa de errado” (Sandro). Por

isso, depois do episódio, fizeram a promessa de que não aconteceria de novo até se consumar o casamento. A culpa sentida nos tempos de namoro parece repercutir ainda hoje no modo como Silvia se sente pouco à vontade frente ao tema: “Mas assim, eu já tinha um peso, em cima, assim, sabe, então eu tenho uma dificuldade com isso, assim, sabe? [...] até quando eu fazia terapia eu falei isso, é a questão da intimidade nesse momento.” Sandro, por sua vez, descreve a vida sexual do casal da seguinte maneira:

ativa, é... eu acredito, cada casal tem as suas rotinas, a nossa nunca... a gente nunca foi de ser aquela coisa, de fazer as coisas muito é... como que fala, é... largada, de qualquer maneira, a gente nunca foi disso, pela criação, coisa de família, da Igreja, ela pensando, eu pensando ‘tá errado’, ela também tendo o peso de que foi errado antes do casamento, mas... mas... cada um sabe como que faz, então a gente foi sempre muito moderado quanto a isso.

Nota-se o atravessamento do discurso religioso que traz a dicotomia pecado/pureza para a vivência da sexualidade. Isto nos remete a uma tradição bastante antiga, dos primórdios do Cristianismo, que via o sexo como algo restrito mesmo quando vivido no casamento, pensado como um lugar de procriação e de contenção da sexualidade, e não do amor para ser praticado mais naturalmente e de forma voluntária (ARIÈS; FLANDRIN, 1983). Pode-se dizer ainda que, neste casal, o amor vinculado à sexualidade se aproxima da ideologia disseminada pelo amor burguês em que a castidade era um valor e a prática fora do casamento não era permitida. Tudo isso parece influenciado por uma forte articulação da tradição familiar pautada nos preceitos religiosos, implicando numa maneira de pensar a sexualidade de modo refreado, de acordo com o amor domesticado (CHAVES, 2004) que eles parecem assumir no relacionamento.

Ao ser questionado se estão descobrindo o sexo agora, após o casamento, Sandro responde: “É, tipo assim, fazer assim sem dor na consciência de acontecer alguma coisa de errado, a gente é uma família para tocar juntos, é agora que a gente tá curtindo realmente o que é uma relação sexual.” A noção de certo e errado, segundo uma moral religiosa, vem embutida no discurso do casal, servindo como uma espécie de refreamento que só o casamento consumado e legitimado é capaz de romper, autorizando a prática do sexo sem culpa. Porém, ainda que Sandro e Silvia hoje exercitem a sexualidade, ela aparece bem situada como um hábito “moderado”, inserido na rotina do casal, em oposição a um modo “largado”, que nos remete à ideia de algo irrefletido e menos ensaiado. Isso faz parecer, pelo menos em tese, que o casal em questão não corrobora o discurso pós-moderno sobre a sexualidade.

Tendo começado a despontar a partir da revolução sexual nos anos 1960, o discurso pós-moderno desvela uma época na qual os ditames religiosos impostos à prática sexual são questionados e, ainda, em que as mulheres reivindicam o direito de decidir sobre o seu próprio corpo e seu desejo, diante da possibilidade de desvincular a condição de ser mãe da prática da sexualidade. Tais mudanças acabam por tornar o exercício da sexualidade mais consentido socialmente. Disso decorre uma comunicação mais franca entre os casais, que passam a discutir sobre a vida sexual e a inserir o sexo de forma menos estigmatizada no seu dia a dia, praticando-o mesmo antes do casamento (JABLONSKI, 1991).

Essa liberalidade vivida na Pós-modernidade pode ser entendida como consequência de uma maior aceitação da atividade sexual dissociada de suas funções mais ortodoxas – como a procriação – e atrela-se cada vez mais à satisfação que pode proporcionar por si mesma. Por estar à mercê de uma cultura capitalista que valoriza o consumo e o entretenimento, o sexo facilmente ganha um status de diversão como mais um item a ser usufruído no intuito de garantir o prazer e a felicidade do indivíduo pós-moderno, pois este último é impelido a evitar a qualquer custo sensações que não estejam de acordo com um estado permanente de curtição (ROSSI, 2003). É nesse apelo de uma sociedade mercadológica e ávida por emoções prazerosas que um discurso produzido socialmente e disseminado pela mídia sustenta uma ideia em que a permissividade e o incentivo à erotização tornam-se, não somente via de realização de desejos, mas uma regra no campo da sexualidade (JABLONSKI, 1991; 2003). É assim que os indivíduos se veem diante de um ideal de desempenho sexual surpreendente, capaz de satisfazer o desejo que se imagina insaciável em si e no outro (MEZAN, 2003).

Contudo, dados revelam que há uma discrepância entre a realidade e sua representação pelos meios de comunicação de massa. Apesar do discurso da liberação sexual e de uma maior independência feminina, a virgindade da mulher se mostra uma questão de peso. Segundo pesquisa feita por Jablonski (2003)<sup>12</sup>, numa amostra de pessoas entre 35 a 55 anos, 50% das mulheres revelaram que a primeira relação sexual aconteceu somente após o casamento. Para Diehl (2002), isso ocorre porque, apesar de todas as grandes conquistas nesta área, a sexualidade é ainda um assunto delicado pelo atravessamento da religião e de todos os mitos de pecado e castidade que evoca, sendo vista e sentida por muitos como algo errado e digno de culpa. Por outro lado, observamos nesta mesma realidade, meninas jovens se

---

<sup>12</sup> A amostra da referida pesquisa foi composta por 152 sujeitos de classe média do Rio de Janeiro, sendo 60 homens, entre casados e separados, e 92 mulheres na mesma condição. Para a definição do grupo de casados exigiu-se pelo menos cinco anos de união.

sentindo constrangidas por verem as suas virgindades associadas a algum tipo de distúrbio, por não se enquadrarem a uma lógica que dita que sexo é prazer, sendo a condição natural ir ao seu encontro, ou seja, desejá-lo e persegui-lo, mais como uma forma de ser aceita do que por uma escolha pessoal, em uma espécie de inversão do mito da virgindade.

Na mesma pesquisa, Jablonski (2003) investiga a frequência com que os entrevistados mantêm relações sexuais e revela uma expectativa média em torno de uma a duas vezes por semana. Os dados levantados mostram que 36,6% da amostra masculina e 50% da feminina tiveram um padrão de atividades sexuais abaixo do esperado segundo a média fornecida. Isso significa que estas pessoas não responderam a um padrão que elas mesmas definiram como pretendido e satisfatório. No entanto, como o próprio autor nos recorda, a referência sobre a qual os entrevistados se pautaram não pode ser pensada sem levar em conta o discurso midiático que nos remete a uma questão importante: até que ponto o indivíduo se deixa levar por este discurso (entendendo como fracasso uma prática sexual em que a variedade e um contentamento pleno não são alcançados) e até que medida é possível se distanciar disso e assumir uma posição mais genuína e reflexiva?

Fato é que os dados da pesquisa citados nos fazem refletir justamente sobre uma possível contradição entre o ideal e o real que se apresenta, além de uma frustração que se imagina resultar deste desencontro. Em uma sociedade que nos acena com liberdade, facilidade e uma vida sexual cheia de maravilhas, fica claro o descompasso de uma parcela de homens e mulheres contemporâneos que não estão conseguindo, ou não se mostram dispostos a acompanhar esse ritmo (JABLONSKI, 1991; 2003).

No caso de Silvia e Sandro é certo que a conduta sexual é pautada não por uma lógica pós-moderna da forma como mostramos aqui, mas pela religião e valores mais tradicionais, fazendo parecer que eles caminham em sentido contrário a uma inclinação dos nossos tempos. Para Rossi (2003), como o que está na ordem do dia é a pluralidade e a inovação, caberia recair sobre os conservadores o preconceito por agirem de modo retrógrado, o que os colocaria em uma situação desconfortável, à margem do processo em voga.

No casal em análise, a esposa deixa transparecer certo descontentamento ao nos contar que gostaria de mudar a maneira como lida com o sexo: “[...] eu mudaria essa parte minha, se eu pudesse mudar, sexual assim, se eu pudesse mudar, eu mudaria isso [...]”. Ainda que Silvia não considere poder ser diferente – e aqui nos permitimos inferir algumas razões relacionadas a isso, tais como o ambiente que a cerca e a relação que estabelece com o marido, segundo a ordem conservadora que os pauta – é possível trabalharmos com a proposição de que haja uma intenção dela em ser mais ousada, no campo sexual, em resposta a um apelo do discurso

reproduzido pela mídia, como uma influência no sentido macrossocial e da qual ela não deixa de estar sujeita. Também Sandro, ao distinguir “largados” de “moderados”, nos mostra que reconhece uma diferença entre aqueles que agem de forma mais prudente em relação ao sexo (categoria em que ele se enquadra) e aqueles que são desregrados. Ao mesmo tempo em que assume uma posição claramente antagônica em relação a estes últimos, Sandro demonstra entender a lógica posta em contraposição ao seu modo de ser. Por estes relatos e pelo conjunto da análise da entrevista, observa-se que tais fatos não são sentidos pelo casal como prejudiciais, seja por uma influência externa aos dois, ou por um motivo interno capaz de gerar um conflito. Sendo claramente influenciado pela religião e pelos valores herdados de suas famílias, o casal sustenta, com uma aparente coerência, uma sexualidade moderada cujo lugar não ocupa o centro do relacionamento.

Fromm (1991) defende uma ideia que parece articular-se com o caso em questão. O autor faz uma crítica a um tipo de “amor em que a satisfação sexual mútua se supunha ser a base de relações de amor satisfatórias, e especialmente de um casamento feliz.” (p.107). A ideia implícita neste argumento era a de que o amor descendia do prazer sexual, e que este poderia ser adquirido através da aprendizagem e aplicabilidade de técnicas sexuais. Ainda que estas técnicas tenham sido pensadas em outra época – o autor faz menção ao período pós Primeira Guerra Mundial –, é possível traçar um paralelo entre estas e o valor que se credita hoje às *performances* sexuais, como se a intensidade das práticas e do prazer proporcionado fossem vistos como um meio de garantir a satisfação em outros aspectos da relação.

O que Fromm (1991, p. 108) afirma, contudo, é justamente o contrário, pois “o amor não é resultado da adequada satisfação sexual, mas a felicidade sexual – e mesmo o conhecimento da chamada técnica sexual – é que é o resultado do amor”. Para o autor é a confiança e a familiaridade que se estabelece com o parceiro que permitirá uma experiência mais espontânea, e, no sentido oposto, um arsenal de técnicas e conhecimentos funcionais não levarão ao que está chamando de amor. Amor que, da maneira tratada por ele, podemos entender como um lugar, sentimento ou, ainda, expressão de uma intimidade, que, por sua vez, abarca a sexualidade, mas não se limita a ela.

Ainda que a valorização do contato íntimo e sexual não vigore como uma questão primordial no relacionamento de Sandro e Silvia, uma maior proximidade sexual entre eles pode ser pensada daqui para frente, considerando que existem outras formas de intimidade que permeiam essa relação, representadas pelo diálogo e pelas confidências que trocam. Isso pode ser observado nos relatos de Silvia, que é quem demonstra mais restrições ao sexo. Mesmo sob essa condição, ela traz um discurso que é enfático quando diz que o marido a

aceita como é, o que lhe causa uma sensação de conforto e segurança, nos fazendo pensar sobre a possibilidade desse sentimento se estender para o campo da sexualidade: “Era eu, ele gostava de estar comigo. Então eu me sentia à vontade, eu, tipo assim, eu podia ser eu mesma, [...]. Eu podia confiar.” Silvia nos fala ainda da liberdade que sente com o marido, presente pelas conversas que travam: “E aí com o Sandro não, a gente tinha essa liberdade de conversar tudo, sabe. Eu acho um grande diferencial, assim, sabe, essa liberdade.”

Por fim, em outros termos, é possível dizer que intimidade e sexualidade neste casal são vinculadas de outra maneira que não a de uma lógica tão propagada na Pós-modernidade. Eles ensaiaram uma vida sexual, mas não conseguiram levá-la adiante, mesmo estando em uma relação compromissada em vias de casamento. Isso nos leva a dizer que, segundo uma perspectiva muito própria do casal, a sexualidade só deve ser pensada se atrelada a uma intimidade vivida e sustentada através do casamento.

Já para o casal Cátia e Cristina, a sexualidade tem lugar de destaque. O sexo é apontado como um diferencial quando comparado aos relacionamentos anteriores. Elas narram sobre a sexualidade vivida na relação como prazerosa, o que é confirmado tanto na entrevista conjunta quanto nas individuais. Cátia diz: “Mas, é muito bom, é a melhor pessoa, a melhor transa que eu já tive, mesmo, é sempre bom.” Nas palavras de Cristina: “a gente transa bastante e é bom...”. Para elas, a experiência sexual vivida de forma mais fruída é algo que foi construído de modo concomitante à familiaridade entre as duas, como “[...] um resultado, uma intimidade muito grande que a gente tem também, uma liberdade muito grande”, nas palavras de Cátia. A intimidade trazida por este casal possui o mesmo sentido que para o primeiro, ou seja, um lugar em que se processam trocas e onde há acesso a aspectos privilegiados de uma pessoa pela outra. Uma diferença que se faz notar é que, com Cátia e Cristina, a intimidade que possuem se estende à intimidade sexual, algo que não ocorre com Sandro e Silvia.

Ainda salientando a intimidade posta na relação, Cátia e Cristina afirmam que não há espaço para outras pessoas, querendo com isso dizer que o relacionamento entre elas não é aberto. Contudo, as duas relatam acontecimentos em que mantiveram algum tipo de intimidade física juntas com um terceiro, ou tentaram negociar algo nesse sentido, como parte também de uma proximidade que parece permitir esse tipo de diálogo e acessibilidade dos desejos postos de uma e de outra.

Cátia nos conta de um episódio em que elas “ficaram” com um amigo em comum, e que se desentenderam porque ela não quis ter relações com o rapaz, o que era da vontade de Cristina. Em suas palavras, ela conta que “[...] não quis ir pro motel com ele e a gente chegou

a brigar feio. Eu falei: ‘Cristina, não sou obrigada não, você tá louca?’” Mais à frente, Cátia relata a impressão que teve disso: “eu senti uma empurrada dela”, como se o desejo de estar com um outro fosse mais forte por parte da parceira, o que acaba sendo ratificado em outras passagens.

As contradições neste casal já se fazem notar pelo modo diferente como elas lidam com o ocorrido. Para Cátia, depois dos três terem “ficado”, o amigo tornou-se mais próximo de Cristina, o que não foi bem aceito:

[...] a gente tinha um envolvimento, eu e ele, a gente era amigo antes, ele [também] era amigo da Cristina, e a gente ficou junto, ele tava muito amigo da Cristina, então eles se falavam sempre, conversavam sempre, se entendiam demais e não sei o quê, então não foi legal para mim, eu sentia, eu falava: “tá estranho isso”. Por mais que eu pensava: “não, eles não vão ficar juntos, pelo que eu tô vendo é muito claro que eles não vão ficar juntos”, mas me incomodava essa relação.

Sobre este episódio Cristina afirma: “[...] não foi muito bom, que a Cátia é bem ciumenta. Eu achei ótimo, na verdade, mas ela não achou”. Aqui Cristina nos dá a ideia de uma situação que ela quer, se envolve e tira proveito, mas que se torna indesejada pela influência do ciúme da parceira. Em outro trecho ela confirma isso: “Não, por mim, até poderia ter [mais abertura na relação], mas foi tão ruim quando aconteceu com o Marquinho, que eu prefiro que não mais.”. Ela parece refrear seu desejo, mas não o nega. Para ela, a experiência com o terceiro é algo “tranquilo”, e quando perguntada se tem vontade de ficar com outras pessoas, responde de forma bastante objetiva: “sim, sempre”.

Quando Cristina é questionada sobre seu ciúme, ela diz: “Eu não tenho muito não.” Porém, nos conta de uma situação que lhe provocou este sentimento, como um contraponto na entrevista. Situação esta ocorrida no carnaval, em que Cátia fica com um menino e propõe à parceira que ela faça o mesmo:

“Cristina, eu decidi que a gente pode ficar com o Lúcio”. Aí eu falei: “Tá, não quero ficar com o Lúcio”. “Não, mas a gente pode ficar com ele, mas só que tem que ser assim, eu fico com ele e você finge que não vê e aí você fica com ele e eu finjo que não vejo”. Eu falei: “Cátia, muito obrigada, mas eu não quero. E quero menos ainda nessa situação”. Aí, ela ficou brava lá, nem entendi porque e ela também veio falar depois porque ela não lembrava. Isso eu achei muito ruim, assim decidir sozinha uma história. Era muito diferente de ter falado: “tô a fim de ficar com o Lúcio”, beleza. “A gente tem que ficar com o Lúcio”. Aí eu falei que não queria e aí, isso ela ficou meio brava, isso eu não gostei. É decidir um pouco além do que eu estou disposta.

A presença do terceiro está posta neste relato e Cristina não se mostra disposta a ficar com ele. A situação nos leva a pensar em duas hipóteses: primeiro, se esta resistência de Cristina estaria relacionada a um real ciúme ou, segundo, se a resistência seria fruto de uma

objeção em lidar com uma situação cuja iniciativa não partiu dela, e que ela sente, inclusive, como algo que lhe foi imposto, ferindo o seu direito de escolha. Este exemplo nos mostra ainda que, quando Cristina “traz” o amigo para a relação, ela espera que a parceira aceite e partilhe de um contato mais íntimo com ele, porém, quando o inverso acontece, ela não lida da mesma maneira, revelando uma desigualdade entre considerar a satisfação do próprio desejo e o desejo da parceira.

Com efeito, ao constatarmos que o ciúme está prevalecendo neste caso, fica exposta certa incoerência entre o discurso de Cristina e sua prática. É um desacordo que também se faz notar pelo ponto de vista de Cátia, verbalizado da seguinte maneira: “Ela fala que não, mas já falou que sim, mas às vezes, eu vejo muito ciúme, muito ciúme.” E por fim, afirma: “Ela tem ciúme.” Cátia nos conta mais sobre as situações que causam ciúme na namorada:

Olha, eu conversar com alguma menina que eu já fiquei antes. [...]. Ou quando alguém dá em cima de mim na frente dela por não saber que a gente tá junta ou por não tá nem aí também, ou então, por nem perceber que tá em cima. Ela fica: “ganhou, hein, não sei o quê, não sei o quê”. Tem vez que incomoda, mas ela tenta segurar a onda.

As demonstrações da namorada reforçam um incômodo que ela sente pela postura que Cristina assume, dando a entender que a presença de outras pessoas na relação seria aceitável, além de almejada. Isso gera em Cátia sentimentos negativos, conforme relatado na seguinte fala: “Uma coisa que me faz ter ciúme e essa insegurança é que desde sempre ela falou que não seria problema nenhum ter uma relação aberta comigo”. E complementa:

Então, assim, eu acho que ela...Não sei se ela tem essa liberdade toda, essa liberdade que ela fala: “não, pra mim seria ok você ficar com outras pessoas. Nossa, a gente ficar com outras pessoas para mim é ok. O que eu tenho com você já está resolvido, definido.” Para mim é muito da boca para fora.

A lógica pós-moderna se localiza tanto no discurso de Cristina quanto no de Cátia quando ambas afirmam uma aspiração de ficar com outras pessoas e procuram dar vazão a isso no relacionamento que têm. Abordamos isso no discurso de Cristina. Por sua vez, Cátia, ao ser questionada se tem vontade de ficar com algum homem, responde: “Tenho, tenho vontade e sonho, sonho com ela, sonho com homem e sonho com tudo misturado, entendeu?”. Contudo, é preciso distinguir o desejo que elas confessam entre si e compartilham em conversas no cotidiano da maneira como elas concretizam isso na relação e interpretam, cada uma a seu modo, estes fatos. O discurso de Cristina parece bem mais próximo da ideia de variedade e de contato pontual com um terceiro – pelo menos no que se refere à intimidade física e sexual – que ela parece diferenciar do sentimento que possui pela parceira, tido como

“resolvido, definido”, e, portanto, valorizando ainda mais o caráter passageiro e a improbabilidade dessa experiência de abalar a relação principal.

A visão de Bauman (2001) sobre as relações na Pós-modernidade nos permite estabelecer uma comparação, em alguma medida, com o cenário em análise. Para este autor, as relações na contemporaneidade se caracterizam por uma efemeridade que as tornam mais maleáveis, em oposição a vínculos que exijam maior comprometimento e estreitamento dos laços, sendo justamente a fluidez e a transitoriedade o que torna estas relações atraentes. Isto porque o prender-se a alguém torna-se sinônimo de redução às novas e fecundas oportunidades que estão sempre por surgir e das quais o indivíduo não deve se eximir. Rossi (2003) complementa esse pensamento dizendo que na contemporaneidade a intensidade é a grande marca e, embalado por esta ordem, é que nos é difícil recusar o meio termo das coisas, tornando-nos sugestionáveis a uma ideia disseminada na sociedade, qual seja, a de que todas as potencialidades podem e precisam ser realizadas. Vende-se a imagem de que o mundo é um campo cheio de possibilidades de trabalho, dinheiro e emoções que não apenas não podem ser desperdiçadas, mas devem ser consumidas com certa pressa, antes que o colorido e a graça da experiência se percam, para dar lugar ao que vem depois. É nesta lógica que, para nos satisfazer com o amor, ele precisa ser paixão e o sexo nada menos que espetacular.

Como nos contentar com uma única experiência afetiva se hoje nos é permitido usufruir um tanto mais para além disso, o que significa dizer, tirar proveito do que há de melhor em cada relacionamento sem levar em conta suas idiossincrasias diárias, cuja tolerância parece perder lugar em nossos tempos? A indisponibilidade generalizada para lidar com possíveis frustrações advindas de uma convivência mais estreita e a ambição de tudo abraçar, torna menos interessante a ideia de permanecer com uma única pessoa. É segundo esta ordem que a vontade de Cristina e Cátia de vivenciarem o prazer com outras pessoas se legitima e toma a cena, endossando a satisfação do desejo, no indivíduo pós-moderno, como um valor supremo.

O “ficar”, termo utilizado pelas próprias entrevistadas, é o tipo de prática que se encaixa nesta lógica posta por Bauman. Segundo Carneiro (2010), o “ficar” se configura como uma nova forma de relacionamento amoroso que surge a partir da década de 1980, e que foi se tornando cada vez mais usual e popularmente conhecido, embora aquilo que ele abarque, ou signifique, não seja tão claro, gerando dúvidas quanto a sua interpretação. Em função disso, ainda que se observem diferenças sutis sobre seu conceito, escolhemos o que melhor se adequa no contexto em análise. Entendemos que o “ficar” implica numa falta de compromisso entre os parceiros, que buscam obter prazer através da sedução. O grau de

envolvimento pode ir de uma simples troca de beijos e abraços até uma relação sexual, que não é sua finalidade última, podendo ou não existir. Com isso, é possível manter, ao mesmo tempo, uma certa intimidade e um relativo distanciamento. Chaves (2004) e Stengel (2003) complementam a dimensão que queremos dar ao conceito, introduzindo a questão do tempo deste enlace, que pode durar horas, dias ou mesmo se prolongar, sendo que o que sustenta este vínculo é a satisfação sentida na relação e a disposição dos envolvidos em permanecer no enredo que criaram.

Este modo de se relacionar pode ser comparado ainda ao que Casábuis (2005) chamou de relacionamentos operatórios: são aqueles que se sustentam por objetivos em comum, compartilhados pelos envolvidos e nos quais predomina a simpatia e algum tipo de afeto leve, podendo ou não envolver um caráter erótico. Nos casos em que não há especial interesse pela pessoa e o fator sexual entra apenas como finalidade, pura e simplesmente, de propiciar um prazer momentâneo, não se considera que haja intimidade em tais contextos. E aqui uma questão se coloca. Para Bauman (2004), mesmo em um episódio de curta duração (como ele descreve a união sexual) não há garantias de que este não ganhe força suficiente para se transformar e tornar-se causa de desdobramentos futuros, com novos tipos de envolvimento. Muitos namoros, inclusive, que se tornaram relações compromissadas, se iniciaram pelo “ficar”, o que nos mostra que a não garantia não é apenas uma fantasia, ou o resultado de um ciúme infundado, mas de algo concreto (STENGEL, 2003). Essa não garantia, por sua vez, se instaura como um fator gerador de incertezas incuráveis diante do desconhecido, do que pode vir a ser.

É baseado nestas considerações que enfatizamos a forma distinta como Cristina e Cátia elaboram a presença de outras pessoas na relação. Enquanto Cristina sustenta “ser tranquila” a ideia de manter uma intimidade sexual com um amigo, mesmo que de maneira circunstancial e ainda permanecer com a amizade, Cátia demonstra maior dificuldade de sustentar um episódio sem maiores envolvimento, como ocorre com o amigo Marquinhos. A situação vivida neste caso, deixa transparecer a fragilidade no discurso de Cátia, que parece não comportar a ordem pós-moderna, como faz parecer num primeiro momento.

Ao levar em conta que, nos casos aqui relatados, estes “outros” trazidos para a relação conjugal são considerados amigos pelas entrevistadas, pressupõe-se que existe entre eles algum tipo de intimidade, que antecede ou ultrapassa o contato sexual. No caso de Cristina, o componente sexual que entra em cena parece contribuir para estreitar o vínculo dela com o amigo. Este fortalecimento da intimidade, por sua vez, é sentido como uma ameaça por Cátia e potencializada por um evento anterior a esse – época em que ela vive uma crise com a

namorada, e que culminou no relacionamento de Cristina com a amiga Mara. Textualmente, Cátia nos relata:

Eu comecei a ver que a nossa relação não tava legal e comecei a enxergar que o interesse da Cristina nela tava além da conta [...]. Eu comecei a achar que ela tava a fim da menina [Mara] e comecei a perguntar, perguntar, perguntar. “Não, não, não”. E ela saía e voltava tipo cinco da manhã porque tava na casa da menina e eu ficava enlouquecida de ciúmes [...]. Ela não tava falando a verdade para mim e isso me desesperou porque a gente sempre foi muito verdadeira uma com a outra, na lata, e isso me desesperou. E acabou que ela foi confessando: “sim, é, não, pode tá rolando alguma coisa.”. Elas se apaixonaram e contaram uma para outra que estavam apaixonadas e ficavam juntas o tempo inteiro. A Cristina me falou que elas não ficaram, mas para mim... se apaixonaram, mas não é nem o problema. Se apaixonar para mim seria o menor, para mim foi a ligação que elas fizeram. Uma chegou a contar para outra e elas dividiram essa paixão, entendeu? Então, isso pra mim foi grave, porque pra mim ela falava que não tava acontecendo nada e para menina ela tava sendo mais verdadeira do que comigo.

Nota-se que o que desconcerta Cátia é que as outras duas se aproximam, se apaixonam, confessam essa paixão mutuamente, enquanto Cátia fica excluída da situação, sentindo-se traída pela falta de lealdade de Cristina. Segundo Heilborn (2004), para o casal pós-moderno nas camadas aqui estudadas, a fidelidade ganha nova conotação sob a forma de lealdade, como uma maneira de garantir a primazia conjugal, ainda que casos extraconjugais sejam contabilizados. Assim, mesmo que a ideia de “ligação”, à qual Cátia se refere, apareça em seu discurso como tendo um peso maior do que o “apaixonamento” (que lhe parece aceitável), relevante aqui é reter o seu temor em deixar de ser aquela com quem Cristina compartilha um segredo, pois isso seria algo como que exclusivo de sua relação, decorrente de um vínculo diferenciado. Mas não é o que ocorre, e isso acaba gerando uma instabilidade no relacionamento ao fortalecer o sentimento de insegurança em Cátia: “eu fico muito insegura ainda, mesmo”.

A partir daí, notamos alguns trechos da entrevista em que Cátia sinaliza como indesejável a entrada de novos parceiros na relação, e veremos como isso se ilustra. Ao retomarmos o caso em que Cátia propõe à parceira que fiquem com o amigo Lúcio durante o carnaval, ela justifica sua atitude como sendo uma consequência da insegurança provocada por Cristina. Em suas palavras:

Então, nesse dia, eu acho que parte dessa minha insegurança, dessa minha raiva dessa história com ela, dessa coisa do “ah, então ok, eu ficar com alguém”, por isso eu fiquei com ele e ainda falei com ela. Então, ela ficou muito puta comigo de eu ter ficado com ele. Eu fiquei puta comigo de eu ter ficado com ele, porque eu não acho legal ficar com outra pessoa sendo que eu tô com ela. Então, aí eu comecei a pensar mais ainda que não tá resolvida ainda essa história com a Mara.

Disso observamos dois pontos. Primeiro, é que se insinua a reprodução de um modelo monogâmico, em que há ressentimento e culpa por essa vivência que vai além da díade, expresso através de um juízo de valor. Cátia considera não ser “legal” estar com outra pessoa, já que o foco deve se concentrar naquilo que se processa entre elas, que são namoradas. Em outro momento, ela não nega a existência do outro, mas o recusa sem a namorada: “não tenho vontade nenhuma de ficar com outra pessoa sem a Cristina”. Apesar de reforçar que “ia ser bom ficar com um cara”, mais uma vez ela afirma: “Não penso em nenhum momento ficar com alguém e ela não saber”. Ao ser perguntada se repetiria a experiência, Cátia sinaliza o seu ciúme e nos conta que:

Eu penso que se a gente ficar com outra pessoa, seria com, tipo, numa situação de viagem, uma pessoa que a gente nunca mais vai ver na vida, por exemplo. Tipo, uma noite de loucura, entendeu? Mas eu não penso em ficar com uma pessoa que eu conheço aqui em Belo Horizonte, com ela, eu não penso não.

Em segundo lugar, é possível fazermos uma inferência de que, subjacente ao discurso de Cátia, há um desejo de exclusividade do vínculo criado com a namorada, mas que, no entanto, ela sente estar ameaçado pelas formas distintas de afeto que Cristina estabelece com outras pessoas – seja através do sexo ou da amizade. Portanto, em sua fala fica sugerido que há episódios não apenas pontuais e que estes seriam potencialmente capazes de abalar seu relacionamento com a namorada. É plausível dizer ainda que isso não foge a um ideal de amor romântico. Embora haja uma negação deste ideário, conforme visto em momento anterior, supondo-se que elas valorizam mais a relação enquanto esta trazer benefícios às partes, a questão de ter o outro como especial e querer a exclusividade aparece bem marcada nas falas de Cátia.

Essa ideia de exclusividade remete a um conceito que Costa (1998) nos oferece a partir da leitura de Bauman, segundo o qual, para o amor acontecer, uma fixação é reivindicada, o que pode ser entendida como a necessidade de uma delimitação do que a relação é para cada uma das pessoas envolvidas, implicando no enquadramento do amor numa certa rotina, evitando-se riscos na medida em que isso é possível. O contrário disso seria a flutuação, uma condição mais de acordo com a ideia de efemeridade exposta anteriormente, em que o amor é pensado de forma mais livre e despreziosa, o que não deixa de ocasionar uma inquietude difícil de administrar devido à natureza inconstante da proposta. Por estas características – e de maneira contrastante –, ao se fixar, o amor se encontraria a meio caminho de sua extinção, como se estabelecesse sua sentença de morte ao ser imputado a algum tipo de obrigatoriedade. Em grande parte da entrevista nota-se que o discurso de Cátia

caminha em sintonia com a ideia de fixação, enquanto Cristina tende à flutuação, pensando que é possível vivenciar outras experiências mantendo protegida a relação que tem com a namorada; e aí fica evidenciada uma perda de reciprocidade entre elas.

Segundo Costa (1998, p.138), “a fixação pende para a responsabilidade e a flutuação para a liberdade”, sendo que a virtude do amor se encontra nesse equilíbrio, que não é fácil de ser estabelecido, entre liberdade e responsabilidade. O que parece acontecer hoje é que os relacionamentos tendem ao descompromisso flutuante, em que pouca importância se dá para as consequências das atitudes amorosas, sendo as decisões tomadas de modo unilateral, sem levar em consideração a outra parte, típico do individualismo dos nossos tempos.

Fato é que as atitudes de Cristina e Cátia convergem no ponto em que ambas – movidas ou não pelo ciúme que demonstram ter uma da outra – abrem mão, de forma consensual, da existência do terceiro em prol da relação. É possível dizer que Cristina pende para a fixação, tal como Costa (1998) coloca para que a relação seja fundada, vivendo as responsabilidades inerentes a essa escolha, assim como Cátia deseja uma vivência amorosa por vias que ameacem menos a relação, sem desconsiderar os desejos e contradições presentes a lhes desafiar, cotidianamente, a condição de estabilidade referida por Costa (1998).

Em um primeiro momento as duas parecem aderir a um discurso midiático em que a experiência sexual por si só pode ser proveitosa, livre e com consequências mais amenas, já que sua função acaba ali. Contudo, alguns obstáculos vão aparecendo, distanciando o discurso das parceiras em alguma medida, além de apontar – mesmo que de forma indireta, como parece ser o caso de Cátia – para um desejo de reprodução de um modelo monogâmico de relacionamento, herança social e cultural das mais tradicionais, e, do mesmo modo, para uma exclusividade do parceiro. A isto associa-se um ciúme que ganha a cena e chega a incomodar Cátia. Além disso, há ainda a própria questão da amizade que se, por um lado, facilita a entrada dos terceiros que são pessoas com as quais o casal já tem alguma intimidade, representa, ao mesmo tempo, uma ameaça que pode levar a relação “paralela” a outro nível, comprometendo o relacionamento principal.

Este contexto, de modo geral, pode nos dizer ainda que o sexo pelo sexo, dissociado do amor, conforme coloca Bauman (2004) – amor este que ele aborda atrelado à ideia de um compromisso intencionalmente duradouro –, não é algo tão simples de elaborar nos dias de hoje, mesmo entre aqueles dispostos a experimentá-lo, como faz supor o discurso divulgado pelos meios de comunicação de massa.

Ainda neste casal, vemos as contradições de Cristina, que, ao mesmo tempo em que privilegia a relação que possui com Cátia, colocando-a em primeiro plano, reafirma seu desejo

pelo terceiro como uma maneira de marcar sua individualidade para além da conjugalidade – o que ela sustenta na negação de seu ciúme e na declaração do quão “tranquilo” é para ela ficar com um outro, motivo de discórdia com a namorada. Ainda que a ideia de temporalidade esteja presente nesta relação, ou seja, de que o amor não é pensado como sendo “para sempre”, ele é sentido desta maneira enquanto a relação se mantiver, e é assim que a medida do afeto torna-se o limite e a referência para a relação existir. Isto ocorre porque o amor não é para sempre, mas é enquanto durar, e a ameaça de perder o parceiro representa o fim da relação, o que, mesmo considerando ser possível, se procura evitar.

Por fim, podemos dizer que há uma coexistência de modelos de relacionamento contemporaneamente. Por um lado, temos a relação de Cátia e Cristina, na qual prevalece a preservação da autonomia e liberdade, sendo as divergências mais evidentes. Por outro, temos o modelo de sexualidade vivido por Sandro e Silvia, amarrado pela religião e por aspectos mais conservadores, com um discurso aparentemente menos conflituoso. Por se pautarem em valores internos bem marcados, ou seja, com o propósito de se manterem unidos em um compromisso para durar, Sandro e Silvia parecem menos suscetíveis a uma influência que venha de fora, o que não significa que não recebam essa influência, apenas que mantêm algum distanciamento quando comparados ao relacionamento existente entre Cátia e Cristina e o discurso que estas apresentam. Tal discurso é definido por contradições que aparecem como um reflexo da própria condição pós-moderna, ora aproximando-as de uma forma mais convencional e de um modelo introjetado de relacionamento, ora reproduzindo a lógica da variedade e da singularidade.

#### **5.4 Administração do cotidiano**

Vimos que as formas de pensar e de experimentar o amor, a família e a conjugalidade apresentam suas particularidades no cenário atual. Observamos que coexistem a tendência à conservação de elementos e valores tradicionais e a aproximação ou mesmo adesão ao discurso pós-moderno, marcado por uma maior diversidade. A conjugalidade, neste contexto, torna-se bastante complexa. Hoje, falta uma autoridade como a patriarcal, que, na Modernidade, definia papéis, regras e responsabilidades, no âmbito familiar, estendendo-se à conjugalidade. A ausência de uma estrutura fixa, na Pós-Modernidade, pressupõe a necessidade de uma negociação permanente, a favor da conservação dos espaços comuns e individuais, da divisão do trabalho doméstico e da vida econômica (GOLDENBERG, 2003).

Neste tópicO pretendemos analisar como os sujeitos envolvidos numa relação conjugal se posicionam nas atividades realizadas em conjunto e/ou individualmente, tanto no âmbito público quanto no privado. A intenção será analisar como se operam as trocas e acordos, no cotidiano.

Para este estudo, teremos como importante referência o casal proposto por Heilborn (2004), que sustenta não ser uma premissa para a sua existência um contrato explícito ou formal que dite as regras a serem seguidas. Este casal, também chamado de igualitário, por caracterizar-se essencialmente por uma não demarcação de papéis conjugais, teria por base um “núcleo de trocas afetivo-sexuais e um determinado arranjo da vida cotidiana.” (HEILBORN, 2004, p. 135). Estes elementos conformariam um contrato não necessariamente consciente, que, estabelecido pelo par, definiria uma série de práticas legitimadoras ou refutadoras da existência da relação para os parceiros.

Em relacionamentos como o tipificado por Heilborn (2004), valoriza-se a companhia do outro e se espera um considerável dispêndio de atenção para a relação e o par, no sentido de se tornar viável a sensação de que se ocupa um lugar diferenciado no afeto do cônjuge. Com o objetivo de atestar o significado do vínculo e de fortalecer a cumplicidade e a proximidade entre os parceiros, um conjunto de ações é adotado. Entre elas, observa-se a troca de confidências, o cultivo de memórias, a partir das histórias vividas pelos cônjuges, e a adoção de códigos, como apelidos, que surgem do que se compartilha diariamente. São elementos que certificam a existência da relação, ao mesmo tempo em que fazem com que cada parte se aproprie do que compõe a vida do outro, na tentativa de tornar menos importante aquilo que diferencia e separa os membros do casal. Aqui, entretanto, pode surgir um problema. É que este ato de reforçar o parceiro como alguém em quem se deposita um alto grau de confiança impõe um desafio à manutenção do par, uma vez que a superexposição operada no espaço íntimo pode acarretar uma co-dependência, se não vier acompanhada da preservação da autonomia (GIDDENS, 1993). O relacionamento, por servir de amparo às dificuldades impostas pelo mundo exterior, pode se tornar um meio pelo qual um ou ambos os indivíduos se veem dependentes, não só um do outro, mas da própria relação e das rotinas ali estabelecidas, acabando por se isolarem de outras tarefas ou deveres sociais. Neste caso, sente-se somente como significativo o que surge das interações que ocorrem na conjugalidade. Se não houver uma proporção harmoniosa neste comportamento e se a entrega psicológica ao outro não se caracterizar como um “caminho de mão dupla”, as expectativas tendem a se desencontrar, gerando entre o par possíveis interpretações errôneas, tensões e conflitos (GIDDENS, 1993).

É na tentativa de evitar o estado de esgotamento advindo destas situações, e tendo em vista o desejo de preservar a diferença, presente na lógica individualista, que o casal igualitário de Heilborn (2004) busca cultivar atividades em separado, estabelecendo fronteiras, de modo a conservar os interesses e as atividades específicas de cada um. Tal atitude, no entanto, deve vir acompanhada de uma atenção especial, de maneira que o espaço comum ao casal, onde as reciprocidades se operam, não seja comprometido.

Sobre este ponto, há um consenso entre os autores consultados, os quais identificam um grande desafio, próprio da Pós-modernidade. Trata-se da dificuldade de estabelecer um equilíbrio entre a unidade que engloba o casal, carregada de uma ideia de completude e mutualidade, e certo distanciamento das vivências particulares de cada parceiro, necessário para preservar o senso de individualidade e aliviar a tensão posta na relação. Certamente, isto não se mostra uma tarefa simples. Giddens (1993) aponta esta sorte de “caminho do meio”, entre autonomia e dependência, como algo problemático, enquanto Heilborn (2004) pondera sobre a instabilidade que se nota na relação igualitária, devido a uma tensão própria do sistema de valores que lhe dá estrutura, levando o casal a ter que estabelecer uma mediação entre aquilo que interessa a cada um separadamente e as práticas que buscam confirmar a existência da união.

Há que se lembrar que esta última autora considera existir naquilo que se manifesta como próprio das subjetividades envolvidas na relação – o que chamou de idiossincrático – algo de uma ordem social mais abrangente. Em suas palavras, isso ocorre porque “[...] apesar da modernidade apoiar-se cada vez mais na individualidade e no idiossincrático [...], está sob a égide de um processo de modelação cultural.” (HEILBORN, 2004, p. 122). Disso se poderia concluir que não se pode pensar na individualidade do sujeito sem considerar o aparato social em que ele está inserido, ou em que ele é, em boa medida, produzido. O fato é que nossas escolhas, ainda que feitas segundo a lógica da idiossincrasia, possuem um atravessamento mais amplo, que se dá através dos elementos sociais que vamos incorporando.

Sendo a formação e a permanência da conjugalidade muito influenciadas pelos valores do individualismo, o casal, na atualidade, vê-se confrontado, o tempo todo, por duas forças divergentes. De acordo com Carneiro (1998, s/p):

Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais.

Partindo destas considerações, os dados de campo de nossa pesquisa serão pensados com o foco na questão da liberdade pessoal *versus* as exigências do casal. Tendo em mente a ideia de casal igualitário de Heilborn (2004), daremos ênfase à negação de uma diferenciação de autoridade interna, negação que repercutirá sobre os papéis definidos segundo uma posição hierárquica tradicional, em termos de masculino e feminino.

É preciso deixar claro que, ao nos referirmos a masculino e feminino, numa perspectiva tradicional, estamos tratando de uma ideia de papéis sexuais como “um conjunto de prescrições e proscricções para determinada inserção no meio social.” (BERGER apud NEGREIROS; CARNEIRO, 2004, p. 34). Conforme indica Berger citado por Negreiros e Carneiro (2004, p. 34), no prolongamento da citação: “Tal noção compreende direitos e deveres, com as respectivas sanções, numa determinada condição. Os papéis de masculino e feminino configurariam tipificações do que seria pertinente ao homem e a mulher num dado contexto.”

Segundo esta perspectiva, os papéis são introjetados em um processo de aprendizagem que se inicia na infância e é promovido por certos agentes socializadores. As características tipificadas de homens e mulheres são adquiridas na formação de uma pessoa, ao longo de seu desenvolvimento, sob a influência da cultura e das instituições sociais, com destaque para a família, através da observação e da interpretação dos valores e noções que identificam o que é aceito como representação de feminino e masculino. Nesta lógica, formam-se “conjuntos de disposições diferenciais a serem seguidos”, tal como aponta Biaggio citado por Negreiros e Carneiro (2004, p. 35), o qual identifica se esperar, de modo geral, que “os meninos sejam fortes, independentes, agressivos, competentes e dominantes”, e as meninas “dependentes, sensíveis, afetuosas e que suprimam seus impulsos agressivos e sexuais.”

É assim que fica estabelecida uma relação direta entre homem/masculino e mulher/feminino, como categorias em uma relação dicotômica, concebidas como “naturalmente” diferentes, tanto no aspecto biológico, quanto no psíquico e no social. E a partir desta concepção, validada historicamente, é que se constitui o modelo tradicional de casamento, em que se associa a virilidade do homem ao masculino, ao trabalho, à função de provedor e mantenedor econômico da família, enquanto o feminino relaciona-se à maternidade, à preservação sexual e à fidelidade no casamento. Nesta configuração, a mulher é a representante do espaço privado, no qual se encontra reclusa, e o homem a figura central do espaço público, bastante mais valorizado pela sociedade (NEGREIROS; CARNEIRO, 2004).

O conceito de gênero aparece inicialmente associado a uma diferença puramente sexual, ou seja, como um sinônimo de sexo, substância inquestionável, por ser considerada da ordem da natureza (LAURETIS apud MARIANO, 2005). Butler (2003), todavia, trata do assunto numa perspectiva que visa romper com essa lógica reducionista. A autora se contrapõe à ideia de gênero relacionada ao determinismo biológico, marcando uma diferença, ao designá-lo como algo culturalmente construído. Gênero é, então, colocado como algo móvel, não um mero resultado causal do sexo, mas uma composição derivada dos “significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2003, p. 24). Esta distinção estabelece uma não diretividade entre sexo e gênero, sendo, deste modo, possível pensar que o masculino não se constrói a partir de significados exclusivamente relativos a “homem”, assim como o feminino não se resume aos significados atribuídos à “mulher”, segundo o pensamento binário que distingue claramente as características de homens e mulheres. Se, nesta perspectiva, o corpo revela certa fluidez, pela “forma” que adquire na cultura a ideia de gênero, não se sustenta uma razão para supor que este deva ser pensando dicotomicamente, em termos de masculino e feminino (BUTLER, 2003).

Acreditando numa relação de independência entre sexo e gênero, Butler recusa a ideia de que um seja o reflexo do outro, ou de que se restrinjam mutuamente. Nas palavras da autora: “[...] o próprio gênero se torna artifício flutuante, com a consequência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher e feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.” (BUTLER, 2003, p. 24-25, grifos da autora)<sup>13</sup>.

Da definição de gênero que se firma pela articulação de Butler, decorre uma associação que nos permitiremos fazer. A ideia é a de que o casal igualitário, tal como Heilborn (2004) propõe, poderia ser pensado sob um formato em que homens e mulheres assumam conjuntamente a parte financeira da família, em que os homens se dediquem ao cuidado com a casa e as crianças, em que haja um maior investimento afetivo de sua parte. Esta seria uma situação em que masculino e feminino não se excluem, em que homens e mulheres se apropriam mais livremente de características tradicionalmente pertencentes aos universos masculino e feminino distintamente. Com isso, romper-se-ia uma lógica baseada na oposição de categorias estanques, o que viria a endossar uma característica da Pós-modernidade, qual seja, a possibilidade de desformatar o pensamento binário e reinventar os

---

<sup>13</sup> Para o alcance que se pretende dar à discussão de gênero, neste trabalho, os conceitos aqui expostos parecem suficientes. Vale lembrar, contudo, que Butler estende o debate, inovando, ao trabalhar a noção de corpo como algo variável, que é discursivamente construído.

papéis. Assim seria possível, para os pares envolvidos na relação conjugal, ocupar ora um papel feminino, ora um papel masculino. Os casais, segundo esta ordem, não abririam mão de transitar entre as funções e de compartilhá-las, de modo a estabelecer a similaridade ou uma não diferenciação entre os gêneros. Importa notar, inclusive, que o contrário disso, hoje, nas camadas médias urbanas, já costuma ser visto como algo “careta” ou “injusto” (HEILBORN, 2004).

Essa ideia é confluyente com o que Negreiros e Carneiro (2004) chamam de modelo “novo” de família, em que se observa uma maior fluidez entre os gêneros, tanto no que diz respeito às suas esferas de ocupação quanto no que tange às funções que assumem. Vejamos, agora, como isso se opera nos casais em análise.

Quanto aos afazeres domésticos, o casal Sandro e Silvia se mostra cooperativo, realizando ambos as tarefas da casa. Eis como eles descrevem um dia de sua rotina:

*Sandro* fala: [...] por exemplo, sexta-feira, vamos lavar a roupa, tudo junto, entendeu? “Olha, eu vou botar para bater, o outro vai lá e pendura depois, você lava, eu passo, não sei o quê, você vai arrumar a cama, trocar a roupa de cama.”

*Silvia* endossa: Aí, às vezes eu chego mais cedo em casa, aí eu tenho louça, essas coisas, eu não gosto de acumular não, fica pior pra lavar, né? Então, normalmente a gente lava. Aí, por exemplo, se ele montou a mesa do lanche, aí eu, normalmente, por mais que eu esteja assim, sem a menor vontade, aí eu lavo, entendeu? Porque ele já montou.

É sabido que nos dias de hoje as mulheres assumiram posições que até pouco tempo eram exclusivas dos homens; estes, por sua vez, aumentaram sua participação em funções ligadas à esfera doméstica. Contudo, se tomarmos por base um estudo empírico feito por Jablonski (1991), referente a atitudes e comportamentos masculinos e femininos nas atividades do lar, veremos que tais mudanças ainda se mostram incipientes. Embora os homens demonstrem, em seus discursos, boa vontade em relação a uma ordem igualitária, dentro de casa, a prática se revela discrepante. Mesmo os homens mais abertos às mudanças definem sua participação como uma “ajuda” e não, efetivamente, como uma responsabilidade. Na visão de Jablonski (1991), este posicionamento se deve aos papéis aprendidos e enraizados nos homens, os quais, de certa forma, acabam sendo reforçados pelas mulheres. Grande parte destas, com efeito, considera a participação de seus companheiros “justa” e não cobram para além disso, perpetuando-se como as principais encarregadas nas questões do lar.

Voltando ao casal Sandro e Silvia, deve-se destacar que é justamente no que diz respeito à organização das tarefas do lar que ocorre uma ruptura no quadro dos papéis tradicionais. Sandro, por já ter morado sozinho antes de se casar, envolve-se com mais

facilidade nas atividades do que a esposa, que, neste ponto, cede um espaço que poderia ser visto como natural da mulher. Ela chega a brincar com isso, dizendo: “eu sou o homem da relação”. Em sua opinião, o marido “é mais organizado”. Com isso, ele se coloca não só como quem se dispõe a fazer mais, mas, também, como quem cobra da esposa o que deve ser feito: “Você lavou, olhou não sei o quê?” (Sandro). Apesar de reconhecer que precisa orientar a esposa – “tenho que direcionar um pouco” –, marcando um certo lugar de autoridade, Sandro pontua que isto seria feito “sempre numa boa”, recusando tal posição, o que é reiterado em várias outras passagens da entrevista. Para Sandro, tudo entre eles é dividido: “A gente divide bem as coisas, nossas decisões, nossas funções.[...] mesmo quando eu tomo uma decisão eu quero a decisão dela, mesmo se a decisão dela é falar assim: ‘não sei, pode decidir você’, mas eu quero que ela fique sabendo que a gente tá tomando uma decisão [...]”. Ao longo de toda a entrevista, há uma ênfase sobre as atividades feitas de comum acordo, ainda que já se note uma transferência do peso da decisão da esposa para o marido, mesmo em consentimento.

O par formado por Sandro e Silvia se aproxima da ideia de casal igualitário de Heilborn (2004), uma vez que os parceiros buscam um acordo, na divisão de tarefas, como uma forma de negar uma diferenciação de autoridade interna. Aí parece haver, aliás, uma inversão dos papéis tradicionais, pois é o marido quem toma as rédeas das atividades do lar, com o que a esposa consente, não demonstrando especial interesse nos cuidados com a casa. Ao mesmo tempo, todavia, não se pode negar uma certa manutenção da figura de autoridade do homem, e por consequência, a permanência de uma relação de hierarquia. O marido acaba por assumir o lugar de quem conduz e pede o cumprimento das tarefas, decidindo pela esposa, quando esta se exime dessa função.

Quanto ao casal formado por Cátia e Cristina, no que diz respeito às tarefas do dia a dia, nota-se que elas também estabelecem uma divisão intercambiável: “É tipo, eu lavo a roupa e você lava a louça, mas a gente pode trocar, se for o caso.” (Cátia). Em seu discurso, observam-se referências a certas coisas que são tradicionalmente aferidas ao masculino e ao feminino, como por exemplo: “coisas mais brutas é a Cátia que vai.” (Cristina). E a namorada complementa: “E a Cristina põe corzinha”. Cátia é quem tem carteira de motorista e carro, é quem busca e leva a namorada nos lugares. É também quem fica responsável pelo vencimento das contas: “Dinheiro, todo o dinheiro, tudo quanto é conta eu sei quando vence. Eu que dou um jeito de pagar.” Ela parece cuidar das coisas práticas, no relacionamento, enquanto Cristina trata de questões que envolvam lidar diretamente com as pessoas. Essa combinação é algo que acontece no trabalho e que elas acabaram estendendo para a relação. Cátia diz: “Eu sou da oficina mesmo, construo coisa com madeira, o que for. Ela trata no telefone com as

peçoas, [...] ela faz acordo, principalmente, que é produtora também.” Neste caso, as parceiras assumem lugares baseando-se na habilidade ou na aptidão de cada uma, a partir do que se estabelecem diferenças. Percebe-se que, com isso, entretanto, elas acabam se apropriando de certas dimensões do que seria tipicamente feminino e masculino, reproduzindo internamente, na relação, de certa forma, uma lógica dicotômica de gênero.

Quando o assunto é dar e receber afeto, é possível pensar em uma tentativa de se chegar a uma maior similaridade entre os gêneros, supondo um maior investimento emocional por parte dos homens, o que Heilborn (2004) chamou de “feminização” da relação. Isso se nota, no caso de Sandro e Silvia, quando a esposa cobra do marido que ele seja menos “fechado”, cobrança cuja legitimidade ele reconhece:

Ela merece que eu seja um pouco mais atencioso, um pouco mais carinhoso, mais paciente, entendeu? [...] Eu tenho esse peso comigo, só que ao mesmo tempo, eu não me cobro tanto, entendeu? Eu sei que eu tenho o que melhorar, que tem que melhorar, mas ao mesmo tempo, eu falo assim: “ah, hoje eu não tô com paciência não”. Aí, sei lá, então tipo assim, acredito que no dia a dia eu também consigo ir melhorando estes pontos.

Ainda que esta demanda seja discutida na relação, o que é comum nos dias de hoje, o fato é que o marido não responde a isso. Sandro indica uma certa dificuldade em mudar, sugerindo a permanência de uma postura tradicionalmente masculina, em que as manifestações de amor, pelos homens, se davam de maneira mais fria e contida.

Ao observarmos a questão do afeto, no outro casal, vemos que Cátia se coloca como a pessoa mais refreada. A entrevistada relata o seu receio de demonstrar carinho em público, por se tratar de um casal homossexual, afirmando sentir-se “muito vulnerável e observada”. Cristina, a figura mais terna da relação, embora entenda esta discricção, chega a reclamar a mudança de postura à parceira. Segundo Cátia: “ela cobra muito, ela sente falta na verdade desse carinho, não só quando a gente tá aqui em casa. Até aqui em casa, às vezes ela é mais carinhosa do que eu”. As duas parecem concordar, neste ponto: “É, eu acho que eu sou mais carinhosa.” (Cristina). Aqui poderíamos pensar em um atravessamento que surgiria por se tratar de uma relação homossexual, tendo em vista um impedimento social de se manifestar gestos afetuosos livremente e em qualquer lugar, o que não acontece para os casais heterossexuais. Não se deveria descartar a possibilidade de que esta mesma condição viesse a servir como um álibi, no sentido de resguardar uma dificuldade em demonstrar um certo tipo de carinho. Este, contudo, não parece ser o caso de Cátia. A sua insegurança em relação a gestos afetuosos em lugares públicos não se sobrepõe à sua reserva em demonstrar carinho, de

que ela fala como uma característica sua: “não é que eu não sou carinhosa com a Cristina, não sou carinhosa com ninguém.” Cristina, por sua vez, não sente que há um desnivelamento no dar e receber carinho, pois leva em conta outras formas que a namorada tem de demonstrar que gosta dela: “ontem saiu para comprar um negócio para mim às seis da manhã, isso é carinho também.” (Cristina). Cátia mantém um certo distanciamento afetivo, o que não deixa de se assemelhar à forma como Sandro se posiciona, em se tratando do mesmo assunto. Daí notarmos como características já vistas como tradicionalmente masculinas são também assumidas no casal homossexual.

Quanto à divisão de tarefas e à economia da casa, voltando ao primeiro casal, outro ponto importante para nossa discussão pode ser visto quando Sandro relata sentir-se responsável por ser aquele que provê, embora a receita que gere seja “quase a mesma” da esposa:

[...] eu acho que a responsabilidade que isso tudo traz, eu acho que ainda tem aquele peso maior: “olha o homem tem que prover, o homem tem não sei o quê”. Tem esse ponto, tipo assim, eu não quero tirar ela da casa dela para dar uma coisa pior do que ela tinha, então, tipo assim, então tenho que buscar um igual, no mínimo igual ao que o pai dela dava pra ela [...].

Para ele é importante estar à altura do pai de Silvia. Mesmo que a mulher trabalhe, é a ideia do homem como bom provedor que se mantém. E isso se mostra no modo como Sandro controla o seu dinheiro e o da esposa, considerado como uma coisa só, “o mesmo” (Silvia) dinheiro, comum aos dois: “Eu faço a parte financeira do casal, no caso”. Aqui, eles não fazem diferenciação, transferindo o que recebem individualmente para uma conta conjunta administrada por Sandro. Apesar de, em um primeiro momento, isto parecer algo bastante usual, Silvia revela insatisfação pelo fato de ter que consultar o marido antes de comprar algo para si, condição que veio após o casamento. Eis um trecho em que ela se expressa a este respeito:

[...] principalmente depois de casada, porque, assim, é, você tem que, sei lá, às vezes, eu falava assim: “ah, eu quero comprar tal coisa”. Tá, eu sei do meu dinheiro, eu sei dos meus interesses, eu vou lá e posso comprar tal coisa que eu quero. Agora eu falo: “Sandro, eu posso comprar isso? Será que pode?” Entendeu? Tem que ficar pedindo, porque eu não compro uma coisa sem falar com ele.

Silvia chega a pensar na alternativa de ter uma quantia fixa destinada para ela: “Sei lá, vinte reais por mês, dez reais por mês para eu ter, porque vou fazer o que eu quiser, tipo assim, uma borracha, um lápis, eu posso ir lá e comprar, [...] um dinheiro que ele já autorizou

[...]” Neste momento da entrevista, o marido a interrompe: “não decido sozinho não, eu não autorizei, não é porque eu mando não.” E a esposa responde: “Eu sei, mas eu sou bem mandada (risos).”

Nota-se que o marido, embora resista em ser visto como aquele que autoriza, é reforçado pela esposa, que confere a ele esta autoridade. O fato, entretanto, é que Silvia reivindica o direito em administrar seus valores por conta própria, o que pode ser entendido como uma maneira de ela tentar preservar a sua individualidade, no espaço conjugal. Ainda que ela não sustente sua colocação, na entrevista, concordando com o marido em que não necessita de muito dinheiro para gastar, pode-se perceber uma contradição entre o casal, a qual se manifesta no momento em que Silvia busca, mesmo que diante de uma demanda irrisória, marcar certa autonomia, no relacionamento.

Esta postura em que Silvia demonstra precisar do aval do marido aparece em outras circunstâncias do cotidiano, como na situação em que ela fica doente e solicita a cadelinha da família para lhe fazer companhia, um pedido que ele recusa: “[...] mas ele não deixou trazer, tava precisando muito da Laila, mas não deixou de jeito nenhum, de jeito nenhum. Falei, por favor, deixa [...]” (Silvia). A esposa, assim, assume um lugar infantilizado, que, se, por um lado, reflete a fase de transição, do mudar-se da casa dos pais para assumir sua própria família, por outro, indica uma manutenção da figura de uma mulher fragilizada, que necessita do marido como a figura protetora.

Sandro ainda procura matizar o lugar da autoridade: “não é assim, eu que decido. Não tem muito, assim, quem manda, toma a decisão final. A gente age de comum acordo, na maioria das vezes. Ela pergunta, pede uma vez, a gente conversa. Tudo nosso não é brigando não”. A esposa confirma: “É, não brigando, [...] a gente vai conversando, aí ele fala alguma coisa: ‘ah, eu acho isso por causa disso’; aí eu falo: ‘ah, mas eu acho isso’. A gente vai conversando”. Existe uma ideia entre eles de que Silvia dobra o marido, que é mais “cabeçadura” (Sandro), o que exige dela um trabalho de persuasão: “tem que ir devagar, tem que ir puxando, aí você fala aqui, vai devagarzinho ali.” (Silvia). Esta seria uma postura adotada, principalmente, quando há divergências entre eles, circunstância em que não adianta impor nada ao marido. Para lidar com a situação, “ela faz um charme aqui, agrada ali, vai falando [...]”. (Sandro). Percebe-se que ele demonstra uma abertura para a conversa, para considerar o que ela fala e abrir mão de alguma opinião. No entanto, o fato é que ele se mantém como uma referência a quem ela recorre para definir as situações do dia a dia, tanto no que diz respeito à casa, quanto a questões mais pessoais, o que exige, inclusive, um trabalho de convencimento que acaba por imputar a Sandro uma autoridade. Isso marca não necessariamente uma

submissão de Silvia, mas uma dependência que ela parece transferir da família de origem para o marido, no casamento. Neste contexto é que faz sentido imaginar que a resistência de Sandro em não ser visto como autoridade passa muito mais pelo discurso do que pela prática, uma vez que ele chama a responsabilidade para si, ao conduzir as situações cotidianas.

A permanência das formas tipificadas de masculino e feminino aparece claramente neste casal, quando Sandro revela a importância de se conservar como o provedor, ainda que reconheça que não é o único que contribui com a entrada de dinheiro em casa. Silvia, na mesma lógica, parece assumir o lugar da pessoa mais sensível e dependente na relação, o que revela a força dos papéis tradicionais. Ao mesmo tempo, há que se observar que o casal se aproxima de um modelo “novo” (NEGREIROS; CARNEIRO, 2004), pois Silvia contribui nas despesas da casa e Sandro atua diretamente nas tarefas do lar. Poder-se-ia dizer de uma maior igualdade entre os gêneros, em acordo com a ideia do casal igualitário de Heilborn (2004). Não se deve deixar de reparar, entretanto, que mesmo sendo reticente em admitir a autoridade na relação, Sandro é posto neste lugar por Silvia, apropriando-se dele, de modo coerente com o discurso de quem se sente na obrigação de zelar pela esposa e garantir uma boa estrutura familiar. Aí se mantém uma relação de subordinação sustentada por posições hierárquicas, ainda que esta seja consentida e assimilada por Silvia, como o casal faz parecer.

Ao perguntarmos para Sandro e Silvia sobre como lidam com as atividades feitas em conjunto e individualmente, o marido responde: “a gente conversa e negocia bastante”. E conta como é a sua rotina:

No caso, eu tenho uma turma de amigos muito grande, tenho a minha rotina, gosto de praticar esportes. Eu já tinha uma rotina, uma rotina semanal, eu jogo bola, no outro dia tomo cerveja com os amigos [...], onze horas tô em casa, nada que vai ultrapassar não. E se ultrapassar, geralmente faz com as esposas e namoradas.

Diante da fala do marido, Silvia procura falar de si: “É, dia de semana, eu nem ligo muito, porque eu também, é... eu sou muito assim...”. Quem completa a frase é Sandro: “muito caseira”. Ela explica que é difícil sair de casa por ser muito apegada aos pais, com quem procura estar quando o marido se ausenta. Entre suas atividades fora de casa, ela destaca que auxilia um grupo de crianças e faz aula de canto na igreja que frequenta.

Ainda que de maneira pouco ostensiva, Silvia revela um certo incômodo diante das saídas do marido, o que parece ser amenizado pelo fato de o casal passar mais tempo junto do que quando os dois eram apenas namorados. A esposa salienta a ausência do incômodo ao contar de um encontro mensal dos amigos do marido, em que os homens vão a uma boate em outra cidade e passam a noite por lá.

[...] nem sei se é porque eu casei (risos), eu importo menos, porque, às vezes, a minha irmã vem de Brasília, que o marido dela é da mesma turma, né, aí ele vai também, todo mundo. Da última vez ficou minha irmã, minha mãe, meu pai e eu, a gente ficou vendo filme, até gostei do programa. Aí ficou mais tranquilo, né, eu comecei a aproveitar também as oportunidades para ficar assim.

Mesmo reconhecendo o momento como oportuno para estar com as pessoas de quem gosta, Silvia não deixa de registrar que se importa com o fato. Na entrevista, não fica explícito algum tipo de apelo por parte da esposa no sentido de reclamar algo ao marido. Contudo, o que se nota, tendo ou não relação direta com isso, é que Sandro, eventualmente, cede para acompanhá-la : “[...] igual a última ocasião que teve de solteiro, a irmã dela tava aqui e falei: ‘não, não vou’. Eu tinha vontade de ir, meus amigos todos estavam lá. Mas aí, eu falei: ‘vou ficar aqui, tô tendo visita...’”.

Silvia também não reivindica a mesma condição do marido. Ao ser questionada sobre as atividades que mantém em separado do esposo, ela responde: “eu não saio não.” Neste momento da entrevista conjunta, o casal estabelece um diálogo que coloca novamente a questão de gênero em pauta. Eis o trecho em que isto acontece:

*Sandro:* Homem eu acho que tem mais contato com homem, sabe, amizade, né, e tudo. Agora, homem acho que já é uma coisa bem diferente das amizades entre as mulheres.

*Silvia:* Para sair assim, ficar bebendo...

*Sandro:* [...] e assim, acaba que a Silvia não tem muito né, ela tem as amigas dela...

*Silvia:* Tem, mas acaba que as meninas, algumas têm namorado.

*Sandro:* Mulher muda demais, né.

*Silvia:* Porque mulher é assim, igual o homem fala: “ah, eu vou sair com meus amigos, tal dia é dos meus amigos”. Mulher é mais assim: “ah, eu vou sair, eu vou”. Aí o namorado fala, tipo assim: “acho que eu não vou sair não”. Aí ela fala: “vou ficar em casa com ele”, entendeu? Mulher é mais assim, desiste do programa. Aí resolve não fazer. Aí eu aproveito, eu gosto de ficar em casa vendo televisão no sofá, aí eu aproveito, às vezes, que ele vai sair também, e falo: “ah, vou ficar em casa vendo televisão, quieta”. Ou então, o que eu falei, vou lá na casa da minha mãe. Ah, isso eu gosto. Às vezes vou lanchar lá, mesmo se ficar só eu, minha mãe e meu pai, fica a gente assim.

Aqui se coloca uma diferença entre o lugar do homem e da mulher, para este casal. A visão que ambos os cônjuges compartilham acaba por justificar a decisão de Silvia, que fica submetida aos planos de Sandro. Nota-se, então, uma manutenção da questão de gênero vinculada às relações de poder, em que aos homens são atribuídas qualidades de dominação e a figura da mulher fica associada à docilidade e à susceptibilidade (COSTA, 1999). Segundo Scott (1989, s/p), “[...] gênero é um campo primeiro no seio do qual e por meio do qual o poder é articulado”. Tal campo se constitui, inicialmente, através de uma diferenciação que

parte de formas fixas, como, por exemplo, as diferenças biológicas, a divisão sexual do trabalho e as particularidades da procriação. É em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre masculino e feminino que as estruturas hierárquicas se pautam. Neste campo, definir bem as diferenças auxilia a legitimar o controle e a dominação sobre aquele que é considerado o mais fraco. Quando essa qualidade é dada como fato da natureza, uma certa autorização do exercício do poder se potencializa. É deste modo que a diferença sexual serviu e ainda serve como termo para subjugar as mulheres. Não podemos afirmar categoricamente que isso ocorra no relacionamento de Sandro e Silvia. Devemos, porém, sinalizar que há, aí, uma certa manutenção de uma visão tradicional, que implica numa permanência das relações de poder.

Outro ponto que reforça essa lógica mais conservadora de gênero diz respeito à maneira como se exercem os papéis públicos e privados, neste casal. Conforme nos aponta Vaitsman (1994), segundo um modo de organização próprio da família nuclear, cabe ao homem praticar a sociabilidade e à mulher cuidar do espaço da casa. É isto o que parece ser consensualmente pensado entre Sandro e Silvia, pelo menos no que diz respeito aos tempos de lazer, às atividades feitas sem o parceiro. Sandro mantém a rotina que tinha antes de casado, o que inclui cultivar momentos sozinho com os amigos para jogar futebol e tomar cerveja. Para Silvia, as principais atividades sem o marido se dão entre a casa dos pais e a Igreja. Em tempos pós-modernos, em que tantas mudanças já se operaram, com a reivindicação dos mesmos direitos entre os sexos se tornando um princípio, poder-se-ia estranhar essa condição, que, no entanto, acaba fazendo jus à lógica pós-moderna da diversidade. É importante salientar que esse conjunto de fatores não é sentido como coercitivo para Silvia, que parece se adequar bem a ele. Restaria saber, todavia, até que ponto isto acontece devido a uma introjeção dos papéis de gênero, que faz com que as pessoas achem natural o que a tradição lhes apresenta, e não questionem ou se sintam necessariamente desconfortáveis, partindo da ideia de que “é assim porque deve ser”.

Cátia e Cristina, no que diz respeito às opções de lazer, afirmam que geralmente saem juntas, porque conhecem muitas pessoas em comum. Ao serem questionadas se saem sozinhas, Cristina responde: “Às vezes, assim, não é um problema, mas é mais raro”. O mais comum é Cristina sair com os amigos de Cátia, porque, segundo esta, com alguns lugares que Cristina frequenta ela não se identifica: “Não gosto muito, prefiro não ir, que aí ela pode aproveitar lá melhor do que se eu ficar lá com cara ruim”. Embora pareça haver uma uniformidade nas opiniões, quando afirmam cada uma poder ter seus planos com os respectivos amigos, nota-se uma contradição nos discursos. Cátia conta o seguinte episódio:

A gente teve uma briga horrorosa, que ela saiu, eu saí com os meus amigos, ela saiu com os dela, eu voltei pra casa, ela ficou: “ah, vou no duelo”. Foi no duelo, o duelo acaba meia-noite. Daí eu liguei: “oh Cristina, você tá vindo, e tal?”. “Não, não, o duelo acabou agora há pouco, eu vou ficar mais um tempinho e já tô voltando”. E aí, já voltando, eu falei: “uai, então vou ficar acordada aqui”. Liguei de bobeira, pra saber mesmo: “ô Cristina, tá voltando ou não?”, porque eu fico ansiosa. E ela voltou às seis e meia da manhã. Meia-noite ela falou que já tava voltando. Seis e meia da manhã ela voltou fedendo à bebida e eu já tinha ligado várias vezes, tinha gritado com ela no telefone, já tinha ficado puta: “Cristina, pelo amor, que falta de respeito é esse, você dorme do meu lado, você não chegou ainda, eu preocupo”. Ah, não atendeu o telefone. Não é assim, a controladora, revoltada com o que a Cristina tá fazendo, não. Eu quero que ela me fale: “nossa Cátia, hoje eu vou encher a cara com esse meu amigo e vou voltar de manhã”. Aí já aceito, entendeu? Essa vontade dela que ela tem de sempre dar uma enrolada, uma rodeada nas coisas, isso me incomoda demais e isso eu acho que ela vai aprendendo [...].

Na concepção de Cátia, a postura da namorada marca uma falta de abertura, uma restrição quanto a revelar todos os fatores envolvidos na situação, da qual ela se ressentida. Esta necessidade de saber do que se passa com o outro, mesmo quando não se está na presença do parceiro, é a maneira pela qual os cônjuges se apoderam mutuamente do que ocorre no cotidiano de cada um, o qual acreditam dever ser compartilhado no seu espaço íntimo. Isto serve como uma espécie de garantia de que se é alguém privilegiado para o outro, a quem se confidenciam os dados e os eventos que ocorrem na esfera particular. Quando há a quebra no fluxo desta permuta, a ponto de comprometer a confiança dos assuntos, a tendência é sentir uma debilitação do vínculo, o que acontece a partir do ressentimento gerado pela omissão de informações de que os cônjuges se imaginam merecedores (HEILBORN, 2004). Essa ideia vai ao encontro da maneira como Cátia pensa a intimidade na relação. Seu movimento é o de buscar “ser extremamente sincera” com Cristina, o que ela não acredita ocorrer, em contrapartida, na mesma medida. Apesar de dizer que a namorada é verdadeira, Cátia se incomoda porque acha que “ela prende algumas coisas pra ela”, que “vai soltando aos poucos”. Segundo a entrevistada, “isso acontece bastante”, irritando-a muito.

Cristina já não compartilha da mesma visão que a namorada, tornando mais tensa a questão entre elas: “[...] a gente nunca tem uma intimidade, porque tem que ter um íntimo que é só nosso também”. Isto não significa que ela negue a existência da intimidade com a parceira, mas que a perceba de modo diferente: “Mas eu fico muito à vontade pra conversar com a Cátia tudo que é íntimo meu e que eu quero dividir com ela.” Neste ponto, deixa claro que entende ser necessário preservar certos limites: “[...] tem coisas que eu acho que cabem mais numa relação de amigos, numa relação de análise, numa relação de família, tem coisas que eu acho que não precisa não”. Cristina reconhece que há uma desigualdade neste sentido,

a qual percebe nestes termos: “[A Cátia] me vigia demais. Por um jeito dela, assim, não porque é desequilibrado, nem nada”.

Ainda que, neste último fragmento, revele-se alguma insatisfação, o modo como Cátia lida com a situação não parece ser sentido como suficiente para desestabilizar a relação. De qualquer forma, fica nítido que Cristina faz predominar a sua vontade, não atendendo aos apelos da namorada, de cuja cobrança se esquivava de um jeito muito particular, num procedimento a que Cátia chama de “dar uma enrolada”. Pode-se entender que, agindo assim, Cristina não somente nega o controle da namorada, mas marca um limite que separa o relacionamento de interações significativas que possui com outras pessoas, as quais se reserva o direito de conservar para além da díade. Nota-se, aí, a contradição de formas de pensar, entre as duas. Enquanto Cristina marca a conjugalidade como um espaço que não contempla todos os aspectos de sua vida, Cátia acha que a individualidade deve se diluir no momento em que entra na esfera conjugal, mostrando-se insatisfeita com essa fronteira estabelecida pela parceira e com o não esclarecimento de todos os fatos, o que acaba por gerar nela um sentimento de falta de confiança.

Essa situação fica ainda mais clara em outro relato de Cátia, quando esta nos conta sobre o incômodo que sente por Cristina protelar a conclusão do seu curso de graduação:

Então, essa coisa de não confiança, ela me promete, ela fala: “vai ser diferente”. Porque eu enxergo essa coisa da aula dela pro crescimento dela. A trava não é formar ou não formar. Ela formar ou não formar não faz diferença nenhuma na minha vida. Não, na nossa vida. Tipo, ela formar ou não formar, pra mim, não faz a menor diferença na pessoa que ela é. Agora, me incomoda que isso é uma trava que ela tem, que vai destravar várias outras coisas, eu acho. Então, se ela me promete e quebra essa promessa em cima das coisas que ela acredita e vai falando, isso incomoda. Ela fala: “não, porque dessa vez...”. Vai justificando, dando justificativa. Eu não acho que ela tá sendo sincera comigo. Às vezes, eu acho... eu comecei a ter mais tolerância quando eu pensei que ela não tava sendo sincera nem com ela, que ela não tava vendo isso.

Na sequência desse trecho da entrevista, perguntamos à Cristina como ela lida com a questão ao que ela responde: “A minha maneira é: eu continuo rodeando cada vez mais, é assim... discutindo com ela”. Neste ponto, observa-se um movimento de Cátia no sentido de indicar o que seria melhor para a namorada. Com isso, ela espera não só que haja um reconhecimento de sua intenção, como também uma mudança de atitude por parte de Cristina. Trata-se, então, do que Heilborn (2004, p. 148) chamaria de um investimento na “reforma do outro”, o qual implica em moldar gostos, hábitos e até traços psicológicos do parceiro, no intuito de se fazer prevalecer uma igualdade real, como uma indistinção entre os membros do casal. Isto possuiria um aspecto positivo, à medida que se estabelecem pontos em comum,

com as fronteiras que distanciam os parceiros se tornando mais tênues. Sob outro ângulo, entretanto, ter-se-ia a tentativa de fazer predominar referenciais que partem de um ou outro, na relação, em um cultivo velado do indivíduo sobre si mesmo, o que reforçaria a contradição presente na ideologia igualitária, pensada como possível. Diante das investidas de Cátia, o que se observa é que Cristina, em resposta, torna-se evasiva para preservar seu espaço, o que marca uma disputa sutil de poder entre elas. Ainda que se possa interpretar a postura de Cristina como uma tentativa de se resguardar, seu comportamento não deixa de revelar um posicionamento, o qual pode ser tomado como uma maneira de controle menos embativa do que a de Cátia, manifesta de forma mais direta, em seu discurso. Há que se considerar que existe uma disputa de autoridade, como uma espécie de queda de braço entre as duas, para ver quem irá ceder frente às exigências da outra. Tais exigências refletem seus desejos e maneiras de pensar individuais, que parecem persistir em se sobressair no espaço conjugal. Cátia e Cristina, assim, fazem ecoar a afirmativa de Heilborn (2004), quando esta diz que a realização do casal igualitário não é possível de fato, uma vez que o anseio por estabelecer uma semelhança e atenuar os limites entre os parceiros esbarra “com o sacrossanto valor da singularidade irreduzível do indivíduo.” (HEILBORN, 2004, p. 148).

Já na relação de Sandro e Silvia, quando surge na entrevista a questão sobre os limites e a maneira como são impostos entre eles, o marido responde:

Eu acho que já foi policiado desde o início e não chegou a nada de imposição quanto a limites não. “Não, você não pode sair com fulano, você não pode beber cerveja, você não pode ir na casa de seu pai e sua mãe, tem que ficar em casa sozinha, num sei o quê”. Nunca foi assim, foi um consenso, na cabeça um do outro, foi, tipo assim... esses limites, sem falar ou impor. Acho que é bem por esse lado.

Silvia endossa as colocações do parceiro: “Não, nunca foi muito falado, não. Acontece assim, sabe?”. Ambas as falas nos remetem à ideia de algo que não precisou de muita discussão, pois já estava “na cabeça” do casal. Embora Sandro sustente que eles costumam negociar bastante, não ficam evidentes divergências que pudessem levar à necessidade de um ajustamento das diferenças. O que se revela é mais uma concordância respeitando a lógica interna do casal, em que aquilo que cabe a cada um é percebido como “natural”, sem ser questionado, em acordo com formas de pensar que parecem anteceder ao casamento e que foram incorporadas no cotidiano. Ela não solicita os mesmos direitos, ao contrário, compactua com as opiniões do marido. Aqui, o que poderia ser pensado como uma submissão, ou conformação por parte dela, poderia, também, ser tomado como reflexo de um processo de confiança que eles construíram juntos. Mais uma vez, contudo, não devemos desconsiderar a

introeção dos papéis de gênero tradicionais, conforme temos salientado, elemento que nos auxilia a entender o modo de funcionamento deste casal.

Mais adiante, Sandro reforça algumas ideias:

Nem sei se a gente se limita um ao outro em alguma coisa. É claro que, tipo assim, pô, se é um compromisso, sério, não vai ficar fazendo sacanagem, saindo, pô, escondido, essas coisas assim, não sei o quê. A gente é aberto quanto a isso, então, tipo assim, nunca gerou essas necessidades do outro tá fazendo escondido.

Silvia concorda com o marido, falando na sequência: “É, mentir, por exemplo”. O fato de eles não estabelecerem limites fixos parece advir também do compromisso que é confirmado no cotidiano, através do diálogo e da transmissão sincera ao outro do que o parceiro faz quando sozinho. Desse modo, o relato daquilo que se passa com cada um, na ausência do outro, apresenta-se como um movimento de mão dupla, que se opera diferentemente do que se vê no outro casal, em que, embora ambas valorizem a abertura, uma das partes parece ser mais enfática ao solicitá-la. A exigência de se falar a verdade não parece tolher a liberdade de Sandro e Silvia, uma vez que os dois parecem sentir poder ocupar seus espaços individuais sem grandes restrições. É certo que esse ponto de vista é mais marcado no discurso de Sandro, que é quem assume mais compromissos fora do lar, com Silvia se limitando a transitar, para além do trabalho, basicamente, entre a Igreja e a casa dos pais. Não se nota por parte da esposa algum tipo de exigência ou cobrança mais impositiva quanto às formas como os lugares individuais e compartilhados são ocupados no relacionamento, o que parece ser consequência da predominância de um sentimento de segurança, devido tanto à cumplicidade que é estabelecida pelo casal quanto à sua inclinação em aceitar as coisas como são, tomando-as como “naturais”. Esta revelação do que se passa individualmente com os parceiros faz parte de um processo que visa atestar o significado do relacionamento como uma unidade diferenciada, bem como fortalecer uma cumplicidade e uma proximidade esperadas (HEILBORN, 2004). O certificado da relação como sendo especial também se faz notar neste casal pelos momentos que eles reservam para ficarem a sós: “Tem os dias que já é pra gente ficar junto, a gente sempre preservou o dia que a gente fica junto.” (Sandro). Isso acontece tanto fora de casa – o casal costuma frequentar restaurantes japoneses e ir ao cinema – quanto em casa, onde se fazem as tarefas do dia a dia. Eles definem este tempo como: “[...] um momento do casal, de conversar qualquer coisa, qualquer assunto que pode por na mesa”. (Sandro). Para eles, conforme Sandro, são os momentos em que se “pode dialogar mais...”.

Pode-se dizer, então, que, quanto a Sandro e Silvia, ainda que se note uma manutenção de atitudes que os aproximam de um casal mais conservador, faz-se presente o

atravessamento de um discurso marcado por uma lógica pós-moderna, de negação interna de autoridade, de valorização da díade e de uma mutualidade de obrigações. Daí se poder afirmar que este casal não foge de uma *customização*, como temos defendido neste trabalho.

Quanto ao casal Cátia e Cristina, ao serem questionadas se há trocas entre elas, ambas afirmam que sim. Cristina aposta que existe uma troca “equilibrada”, que ocorre desde as roupas que elas vestem até o compartilhar de “vivência, de experiência, de conhecimento, de ideia [...]” (Cristina). As duas realizam atividades profissionais juntas e deixam claro o respeito mútuo, no campo profissional:

Eu acho que uma confia muito no trabalho da outra. Uma sabe da competência da outra e isso ajuda, facilita demais as coisas. Eu não fico batendo cabeça com ela em cima de assunto de produção e nem de projeto. Se ela fala, não insisto. Acabou, morreu. Com ela a relação é muito fácil por isso, por esse respeito do trabalho [...] (Cátia).

A ideia de parceria fica patente, o que Cristina confirma na sequência: “Além disso, o trabalho é muito junto”. Quanto aos espaços compartilhados, elas relatam que quando estão em casa ficam muito cada uma no seu computador, mas que trocam muitas ideias, “conversando e rindo bastante” (Cátia). Por hábito, costumam fazer as refeições juntas e assistir a seriados. Isto é relatado como um momento de proximidade delas: “Essa parte do seriado, por exemplo, pra mim é muito importante.” (Cátia). Neste ponto, entretanto, Cátia relata um descontentamento, porque Cristina “começou a dispensar” o que seria uma espécie de ritual entre elas: “Ela começou a abandonar, não queria ver, dormiu no meio. Então, ela não sabe disso, mas pra mim quebrou aqui dentro alguma coisa. Porque a gente assistia vários seriados juntas. A gente chegava, eu baixava, era aquele momento de ver juntas.” (Cátia).

Cátia e Cristina trazem outras questões que remetem a dificuldades, quando o assunto é compartilhar o cotidiano. Elas relatam a arrumação do quarto como um ponto de tensão no relacionamento: “O quarto é todo jogado. A gente teve que arrumar um lugar no armário pra ela jogar as coisas de roupa, né? E os sapatos jogados, a gente chegou num acordo depois de um tempo conversando...” (Cátia). Embora a palavra acordo apareça aqui, não parece se tratar de algo bem assentado. Cátia se incomoda com a desorganização de Cristina: “[...] a questão da arrumação é que a gente divide um espaço, então eu acho que cada um tem que pensar no outro ali, nesse espaço dividido. Eu acho que um espaço dividido tem que ser organizado, tem que ter um respeito”. Em outro momento da entrevista, Cátia retoma o assunto, dizendo haver uma falta de concordância, porque as parceiras se colocariam cada uma “com a sua crença muito firme [...]”. Cátia complementa: “Ela acha que ela arrumar o quarto ela vai tá violando

ela. Ela vai deixar eu passar por cima dela. E eu não enxergo desse jeito, eu acho que ela tá passando por cima de mim, não arrumando”. Neste caso, embora Cátia cobre um cuidado com o espaço comum, como uma forma de atenção ao que elas possuem juntas, percebe-se que há uma dificuldade das duas em ceder. Há uma disputa individual para fazer prevalecer a maneira como cada uma pensa. Do lado de Cristina, o posicionamento se revela nos seguintes termos: “às vezes eu arrumo só pra ela parar de falar, ou às vezes eu simplesmente deixo”. A namorada parece não dar tanta importância ao fato e age conforme a circunstância, ora respondendo ao que Cátia espera, visando sanar a discussão, ora fazendo a sua própria vontade, que é não arrumar. Parece que o casal administra a seu modo a situação, a qual, no entanto, permanece entre elas como uma questão em aberto: “A gente não chega nesse consenso, é um caos.” (Cátia).

O que se pode dizer sobre este casal é que há uma nítida ideia de parceria, que se estabelece também em torno dos amigos e interesses em comum, estes últimos, principalmente, no campo profissional. Quando a análise chega ao âmbito privado, todavia, é que as contradições se fazem notar de forma proeminente. É na intimidade que aparecem os problemas da preservação dos espaços e dos limites entre o individual e o conjugal. Embora haja um discurso de igualdade, observam-se algumas imposições, dificuldades em ceder e tentativas de se preservar a individualidade. Enquanto Cátia parece persistir na ideia de abertura absoluta, de estreitamento de limites, Cristina se mostra mais resistente, delimitando o lugar que cabe ao relacionamento e aquele destinado a outras dimensões de sua vida, o que acaba por gerar divergências. Embora o discurso pós-moderno de uma paridade maior esteja presente, na prática, nota-se uma disputa de poder que remete a uma ideia de hierarquia, própria de uma relação mais conservadora do que se poderia supor aceitar o discurso pós-moderno, pelo menos em tese.

Ao se considerar que, segundo a nossa educação, de um modo geral, a construção de gênero é pautada na base do sexo, em se tratando de duas mulheres, portanto, pessoas do mesmo sexo, seríamos levados, a princípio, a supor uma relação em que prevalecesse uma maior igualdade. O que se nota com Cátia e Cristina, entretanto, é uma apropriação de características que tendem para o feminino e para o masculino, de acordo com um raciocínio em que sexo e gênero não são pensados como posições fixas e essencialistas. Isto marca a dinâmica das diferenças que ocorrem internamente no relacionamento delas e as relações de poder que ali se estabelecem, e que as aproxima, em certa medida, de um relacionamento em que os papéis de gênero tradicionais se mantêm. Ao levar isso em consideração, observa-se que no casal em que predomina a lógica da individualidade, as contradições aparecem de

forma mais patente, em comparação com o que acontece com o casal que se pauta pela ética do compromisso, o que nos leva a crer que os conflitos gerados pela grande questão do casal pós-moderno – individualismo *versus* conjugalidade – ultrapassam a questão de gênero. Parece que, também neste caso, a similaridade na Pós-modernidade permanece como um ideal, porque choca-se com a ideia de não se deixar englobar pelo relacionamento, com a necessidade de se preservar a singularidade e a liberdade dos cônjuges, como ocorre com Cátia e Cristina. E disso surge outra questão. A liberdade, tanto no primeiro como no segundo casal, revela-se como um valor de grande monta, a diferença talvez estando no modo como ela é pensada, em cada relação. Para Sandro e Silvia, existe um maior consenso sobre o lugar de cada um, o que facilita a aceitação de um pelo outro e a preservação dos direitos individuais. Eles parecem abrir mão da individualidade aparentemente com mais facilidade, em nome do compromisso que coloca a conjugalidade em primeiro lugar. Ainda que haja uma questão da autoridade presente na pessoa de Sandro, este não é sentido como autoritário por sua esposa, mas como uma pessoa em quem ela confia. Na relação de Cátia e Cristina, em que não se leva em consideração o tempo que ela pode vir a durar, mas aquilo que cada uma vive e colhe para si, existe uma necessidade maior de afirmação da liberdade, de ter um direito garantido e respeitado pelo outro, o que gera discordâncias e maior necessidade de ajustes. No próximo tópico desenvolveremos uma análise sobre os elementos que favorecem a manutenção do vínculo, observando as especificidades dos conflitos e as maneiras mais comuns encontradas para lidar com eles, o que caracterizará a singularidade de cada relação.

### **5.5 A sustentação do vínculo conjugal**

No que se refere à manutenção de um casamento, os itens de maior importância, de acordo com a pesquisa realizada por Jablonski (2003)<sup>14</sup>, seriam o amor, o respeito mútuo, o companheirismo, a confiança e o sexo. Quanto ao amor, o autor atribui o fato de aparecer nas primeiras posições, em sua pesquisa, a uma ideia fantasiosa da afetividade, segundo a qual se acredita que basta o sentimento da paixão existir para que uma relação se sustente. O próprio Jablonski (2003) repara que esta fantasia dura somente até que a vida separe o casal, isto é, até que este se depare com as questões práticas da vida. As dificuldades e desafios que a rotina impõe ao casal geram frustrações, muitas vezes, por levar ao fracasso um ideal mágico de relação e de um eleito que venham sob a medida das expectativas dos amantes.

---

<sup>14</sup> A amostra que compõe a pesquisa foi apresentada neste trabalho na categoria - *Intimidade e sexualidade* - (p. 77).

É importante salientar que o amor tem maior projeção entre os solteiros. Para aqueles que já passaram por algum tipo de experiência conjugal, o amor cede lugar para o respeito mútuo, sendo este apontado como o principal fator responsável pela duração do relacionamento. Aqui se observa uma associação direta da durabilidade com a questão da sustentabilidade. Conforme já afirmamos neste trabalho, para uma maioria, o casamento é ainda pensado como indissolúvel e monogâmico, de modo que a duração e a solidez se tornam sinônimos. Tem-se em vista que uma relação que dá certo é aquela que dura.

Neste estudo, entretanto, para além do fator durabilidade, interessa-nos pensar quais os elementos que tornam as relações satisfatórias, e, por isso, sustentáveis pelos cônjuges, principais agentes responsáveis por sua manutenção no cotidiano. Na busca destes elementos, nossas questões partirão da comparação com os relacionamentos anteriores dos casais em análise, das principais situações de tensões identificadas por eles e do modo como resolvem seus conflitos. Além disso, salientaremos outros pontos mapeados nas entrevistas, identificados como fatores que favorecem a existência da relação.

Ao fazer uma comparação com os relacionamentos anteriores, Silvia nos dá a ideia de que Sandro a assume como parceira considerando o seu jeito de ser, o que fortalece nela o sentimento de confiança em relação ao marido. Em outras relações, os namorados exigiam dela que comprasse roupas novas e que fosse mais sociável, o que fez com que ela se sentisse “traumatizada”. O diferencial que ela atribui a Sandro tem a ver com a possibilidade de ser aceita por suas reais qualidades, o que nos diz da valorização da sua liberdade de ser como é, e marca a importância para ela de ter a sua individualidade preservada, ao entrar em um relacionamento. Eis o seu depoimento acerca deste ponto:

E ele [o Sandro] gostava de estar comigo, eu não precisava de estar com roupa tal, com marca tal, sabe? Era... era eu, ele gostava de estar comigo. Então, eu me sentia à vontade, eu, tipo assim, eu podia ser eu mesma, não precisava ficar... Eu custei a ir acostumando com isso... voltar ao normal. Acho que isso que diferencia ele, sabe? Eu podia confiar.

Sandro responde a mesma questão nos seguintes termos:

Ah, acho que o jeito da Silvia com relação às outras não tem nada a ver, tipo assim, ela pode ser isso aí de falar, ser muito aberta, falar demais, mas ao mesmo tempo talvez me complete mais, porque tem outras pessoas que pode ter sido igual a ela, mas, tipo assim, numa maneira diferente. Tipo, tratar diferente, ou então a criação diferente, entendeu?

Nesta passagem ele nos conta que percebe as diferenças particulares de cada um como uma complementaridade, que parece ser sentida de forma positiva. Sandro faz referência ao fato de ser mais calado, uma pessoa mais introspectiva, em contraposição ao jeito espontâneo e de mais conversa da esposa. Já a questão da “criação” aparece aqui como um critério que diferencia os outros relacionamentos do atual, reforçando a afinidade dos valores em comum como um fator de peso para a escolha de Silvia como esposa.

Em um diálogo da entrevista conjunta, identificamos este sentimento de aceitação a que Silvia se refere, associado à ideia de que os opostos se completam. Isto é sentido como algo que promove um certo equilíbrio na relação:

*Silvia:* Mas aí eu fui vendo, tipo assim, o jeito dele tranquilo e tudo, que acho que já namorei uma pessoa estressada e aí eu não gostei, porque eu fiquei meio, sabe, recolhida. Então, eu acho que isso ia acabar acontecendo, mas eu acho que, tipo, que se fosse uma pessoa agitada, não ia...

*Sandro:* Não ia dar certo não.

*Silvia:* É, eu acho que a gente, sei lá, a gente se encaixou, sabe, o jeito?

*Sandro:* Um com o jeito do outro.

Em outro trecho, Sandro parece considerar relevante aquilo que a relação proporciona a ele, incluindo aí o convívio e a receptividade da família dela. Há também uma menção à época de vida em que eles se encontraram, momento em que Sandro buscava assumir maior responsabilidade, sendo parte de seu projeto encontrar alguém que se encaixasse neste propósito:

Eu acho que o inicial é o que ela me proporcionou mesmo [...]. Tava longe de casa, ela foi me dando suporte, a família dela me acolheu super bem, e isso te dá um certo conforto. Me marcou mais do que outros relacionamentos também pelo momento de vida, né? Não trabalhava, aquela coisa de tá... só estudava, então, pai e mãe provia tudo, então você fica mais assim: “ah, pai e mãe paga. Meu pai e minha mãe se vira”. Essas coisas assim. Aí, ela não, nessa hora já começou a ter um certo, uma certa, tipo assim, vontade em querer melhorar, a querer uma coisa mais certa.

Ao voltarmos o olhar para o outro casal em análise, no caso de Cátia, observamos uma ênfase sobre a questão do sexo, que parece que não a satisfazia na relação com o namorado anterior. Ela menciona a quebra da cumplicidade que mantinha com ele, percebida quando não consegue ter uma conversa franca sobre o problema que a aflige:

Quando eu comecei a me censurar com o Dênis, ou seja, a não falar com ele exatamente o que tava acontecendo, que era: “Dênis, na verdade não quero mais transar com você, não tá me dando vontade de transar com você, é raro”. E eu não conseguia falar isso com ele, eu pensei: “ai, ai, comecei a me censurar”. E aí eu

percebi que eu tava passando por cima, que eu tava me censurando porque eu não queria encarar a verdade, que era: “não, a gente não tá funcionando mais” [...]. Então, é isso, com a Cristina eu não me censuro em nada.

Cátia nos fala de sua resistência em passar por cima de algo que toma como valioso, no caso, o seu desejo e a expressão dos seus sentimentos, que não podem ser censurados. Observa-se que ela valoriza não só o indivíduo, mas também o espaço íntimo, como um lugar de discussão dos problemas e angústias do sujeito. Tal lógica parece estar de acordo com o modelo moderno de intimidade que Illouz (2011) sustenta. Este, que teria surgido no decorrer do século XX, influenciado pela psicologia e pelo feminismo liberal, adotaria como princípio promover um eu cada vez mais confiante de suas próprias aspirações, favorecendo um modelo de comunicação baseado na apreensão e codificação de metas, dos valores e das necessidades pessoais. Neste âmbito, nota-se um movimento em que os sentimentos, as insatisfações, os desejos são implacavelmente verbalizados, comunicados, discutidos, tendo por objetivo adequá-los às relações, adequando-as aos sujeitos, e resolvê-los. É segundo esta ordem de raciocínio que a autocensura de Cátia sinaliza uma disfunção no relacionamento com o namorado, problema que parece sanado na relação com a nova parceira.

Já Cristina, em relação ao ex-marido Marcos, pondera sobre o seu papel no casamento apontando as diferenças encontradas na convivência com Cátia. Segue um fragmento extraído da sua entrevista individual:

*Cristina:* Eu podia ser a nervosinha, a bravinha, sabe? E nessa relação se eu for isso não vai dar certo, não funciona. E ao mesmo tempo, assim, a gente tinha uma situação que era muito estável, eu e o Marcos, de trabalho, de grana, e com a Cátia não é. Então, com a Cátia tenho que me bancar muito mais em todos os sentidos que essa palavra tem. Então, eu acho que eu cresci bastante. [...] com o Marcos eu tinha uma relação, às vezes, muito de filha, e com a Cátia não.

*Pesquisadora:* Com a Cátia, tem relação de quê?

*Cristina:* É mais igual. Eu tenho que me bancar mais nesse sentido.

Cristina verbaliza uma desigualdade sentida na relação anterior, o que ela parece querer atenuar na experiência com Cátia. Lembrando a discussão sobre a questão de gênero, conforme vista em tópico anterior, não devemos deixar de recordar a existência de uma certa disputa entre as duas namoradas, por uma busca de espaço e controle, o que nos aponta não só para diferenças, mas revela a força das relações de poder que são estabelecidas ali, as quais tornam a igualdade possível somente em termos de ideal. Ainda assim, é preciso ressaltar que o que parece motivar Cristina em estar com Cátia é a possibilidade de ser mais atuante e menos passiva, esta última condição sugerida pelo termo “filha”, usado para descrever a sua

posição no relacionamento com Marcos. Isso se comprova quando ela fala que sua relação atual propõe um “desafio o tempo todo”, o que remete a uma ideia de intensidade e até mesmo de renovação. Serem estes elementos buscados é o que inferimos quando Cristina afirma que “podia ter ficado com o Marcos para sempre” – com quem mantém uma amizade e “se dá bem demais” –, mas decidiu sair do relacionamento porque “não queria ficar naquele papel”. Aqui vemos novamente Cristina marcando sua posição na relação que estabelece com Cátia. Essa situação de amadurecimento (“acho que eu cresci bastante”) e de ter que se “bancar” mais aponta para uma tentativa de manter a sua individualidade, para o desafio de dar conta de si, mesmo que a custa de vários conflitos com a namorada. Cristina parece buscar de fato a possibilidade de sustentar o novo lugar que deseja numa relação.

Por um lado, deve-se reparar que um discurso como este se mostra alinhado a uma ordem típica das sociedades de consumo, em que se observam os indivíduos sendo impelidos por ideias como a da abundância e do novo, diante de uma imensa gama de ofertas, que condicionam as relações fazendo os indivíduos terem como objetivo alcançar cada vez mais seu próprio bem-estar (LIPOVETSKY, 2005). Por outro, é interessante notar como aí se faz presente, em concomitância com a ideia de valorização do indivíduo, algo que a própria condição pós-moderna possibilita, isto é, a ruptura com certos paradigmas. No caso de Cristina, isto se dá com a aposta em um relacionamento com outra mulher, pensado como uma alternativa de realização, a qual, pode-se dizer, é vista, hoje em dia, de forma bem mais aceitável do que em outras épocas.

Buscando identificar a sustentabilidade destas relações, levantamos o que os entrevistados consideraram ser os principais pontos de tensão. No caso de Silvia e Sandro, as dificuldades são sentidas no âmbito da administração do cotidiano, das coisas de casa, da lida diária, conforme Sandro expõe: “O meu ponto difícil é que eu sou muito, não sou muito não, mas eu sou bem mais organizado que ela, entendeu?”. A esposa concorda:

Eu acho que... ah, o que eu acho mais difícil, assim, na gente, é essa questão por exemplo dele ser mais organizado e eu ser mais desorganizada. Ele ficar: “Isso aqui, arruma isso, arruma aquilo. Você tirou o rolo de papel higiênico daqui”. Aí eu falo: “Agora não vou pegar não, depois eu pego”. Aí ele, por exemplo, vai no banheiro: “Acabou o papel higiênico, por que que você não pegou?”. E tudo ele fica: “E num sei quê...”. E cobra, e cobra e cobra: “E num sei quê, e num sei quê... Você não lavou aqui o copo que tava na pia?”. Aí isso que acho difícil. Vai me estressando, aí eu já nem..., aí eu nem respondo, assim, fico quieta, esperando. Daí eu acho uma coisa difícil no dia a dia de convívio [...].

As diferenças aqui já surtem um efeito contrário do que se viu mais acima, no sentido de um desencontro. Sandro permanece a figura mais atenta a casa, que conduz a arrumação e

cobra da esposa, enquanto Silvia, embora se incomode, parece não responder muito às solicitações do marido. Neste ponto, o comportamento da esposa remete a uma ideia já levantada, a de que esta relação se aproxima, com a autorização dos cônjuges, do que se costuma ver entre pai e filha.

Sandro fala de um limite que deve existir entre as “manias” que cada um tem e leva para a relação, traços pessoais que farão parte da convivência, com cada um devendo ceder, em alguma medida, mas de maneira que não se molde o parceiro ao gosto do outro:

Ah, a mania, cada um tem as suas manias, eu tenho as minhas, ela tem as dela, então, tipo assim, saber quebrar as manias, não querer impor as suas sobre as dela, entendeu? Ao mesmo tempo não deixar também que ela tome, não é tomar conta, mas, tipo assim, mas que, ah, a mania dela passe a ser uma mania sua, uma coisa que você não goste, tipo assim, saber equilibrar essas coisas, entendeu, também acho que é uma dificuldade, entendeu?

O marido parece consciente sobre um equilíbrio necessário e ao mesmo tempo difícil para que a relação conjugal seja mais funcional, respeitando-se as individualidades. Tendo em vista o pouco tempo de casados até o momento da entrevista (aproximadamente seis meses), restaria saber se esse entendimento ainda estaria mais no nível do ideal ou se teria efetivamente sido apreendido através do que o casal tem vivenciado.

Em outro trecho, Sandro nos fala de um desafio já experimentado, que se refere a dividir o tempo dele com a nova rotina que o casamento exige:

Dividir, tipo assim, o seu tempo, que você tem que chegar em casa e dividir o seu cansaço, num sei, chegando em casa à noite tem que dividir o cansaço dela com você também, então, você tem que saber ouvir, tem que saber falar, tem que escutar, dar atenção, tem que saber isso, [...]. Não é que eu não tenha paciência, mas, tipo assim, você tem que chegar e pensar: “Nossa, vai ser assim, então... paciência”.

A partir de um depoimento como este, podemos pensar que, ao mesmo tempo em que Sandro parece se interrogar sobre um modelo mais contemporâneo de homem, que questiona a identidade masculina calcada na ideia de autoridade e força (DANTAS; JABLONSKI; CARNEIRO, 2004), fala-nos de um investimento na relação, que, embora exija “paciência”, ele parece disposto a fazer, seja por uma influência dos tempos atuais, que demandam dos homens uma postura mais sensível, ao qual está menos familiarizado, seja por uma reivindicação da esposa, que, conforme já apontamos neste trabalho, reclama uma atitude menos “fechada” e mais cuidadosa do marido, incluindo demonstrações de afeto mais recorrentes.

Cátia e Cristina também trazem assuntos relativos ao cotidiano que suscitam discussões, como, por exemplo, a arrumação do quarto e de um espaço no armário. Vejamos o que diz Cátia:

Eu sou muito brava. Às vezes eu sou muito mandoninha e isso enche o saco dela. Eu fico pensando um tanto de coisa no quarto. Ah! Isso acaba comigo. O quarto é todo jogado. A gente teve que arrumar um lugar no armário pra ela jogar as coisas dela de roupa, né? E os sapatos jogados, a gente chegou num acordo depois de um tempo conversando, [...].

Esse temperamento da entrevistada se reflete em outros pontos da relação, o que acaba gerando divergências. Nota-se isso quando as parceiras respondem sobre os motivos que causam desavenças:

*Cristina:* Eu brigo por conta de grosseria.

*Cátia:* É o que ela mais briga comigo, é estupidez.

*Pesquisadora:* E você, Cátia?

*Cátia:* Eu brigo com ela. Olha, eu brigo muito com ela por causa de coisa dela também. Tipo... ai, tipo faculdade que ela não termina, ou a pessoa que ela tem que ligar e não liga e não resolve. As coisas inacabadas. Eu acho que é o que mais me incomoda, porque eu fico com aquela sensação de que eu tô enxergando e ela não tá enxergando.

*Pesquisadora:* O que você faz com isso, com o incômodo que você sente em relação a ela?

*Cátia:* Eu passo a ser estúpida. Eu começo, assim, direto, falo, falo, falo. Ela vai dando justificativa e rodeia e não vai ao ponto [...].

*Pesquisadora:* E você, Cristina?

*Cristina:* É por isso que faço análise. Eu tenho certeza [...]. Eu nem percebo isso.

Na entrevista individual, Cristina relata com mais detalhes como se comporta diante das brigas: “A Cátia fica nervosa, grita, e eu fico muito quieta. É uma calma cínica, sabe?, que irrita mais a pessoa. Mas é muito sem querer, quando eu vejo que tô fazendo isso: ‘ai, não, de novo!’”. O conjunto dos dados analisados nos permite dizer que aí se encontra o cerne dos desentendimentos neste relacionamento, que está associado à maneira como cada uma conduz a relação. Vemos Cátia exigindo uma mudança de Cristina, a partir do seu ponto de vista, e Cristina, por sua vez, esquivando-se da situação, evitando entrar em choque direto com a namorada

Na entrevista conjunta elas contam como resolvem as brigas, revelando um código que sinaliza o momento em que estão abertas para o diálogo. Segue o trecho na íntegra:

*Cátia:* \*(Faz um código com as mãos usado entre elas, de dedinhos para fazer as pazes)

*Cristina:* A gente volta a conversar assim\*... e aí a gente conversa.

*Pesquisadora:* Vocês ficam sem se falar?

*Cristina:* A gente fica sem se falar um pouquinho.

*Cátia:* A gente fica sem se falar, mas não fica: “Eu não falo mais com você”. É muito rápido, não dura muito não.

*Cristina:* Aí esse é o código de: “Vamos conversar”.

Com o casal Sandro e Silvia, os desentendimentos parecem não gerar maiores desdobramentos, pelo menos aparentemente. Sobre esse assunto Sandro relata: “Brigar, de um não olhar pro outro, briga pesada, a gente nunca teve. É, briga assim a gente nunca teve, igual a gente começou falando que a gente nunca terminou [o namoro]”. Silvia concorda e nos conta como é importante para ela esclarecer as razões envolvidas nas discussões:

A gente não briga, também, de ficar brigado, assim. Acontece, às vezes, eu falo assim: “Você não vai falar nada não, vai ficar sem conversar, sem resolver?”. Aí ele já fala assim: “Mas falar o quê?”. – “Vamos resolver. Não está tudo bem não, vamos resolver, tem alguma coisa errada”. Isso eu não aguento não, assim, sabe? Eu acho que tem que resolver as coisas. Se fica embolado, aí junta um trem no outro depois.

Ela mesma complementa dizendo que as questões são resolvidas na conversa: “É conversando: ‘Mas que foi?’. – ‘Ah, não gostei, aconteceu isso, isso e isso’. Falo: ‘Não, tá bom’. Aí ele cede um pouquinho também. Fala: ‘Desculpe’. Eu vou e falo: ‘Ah, desculpa também’”. O marido endossa a ideia de que é a parceira quem busca o diálogo. Nas palavras dele, ela precisa “puxar” a conversa, o que justifica com base em suas diferenças: “porque eu sou muito mais quieto que ela, então ela sempre foi assim.”

Nota-se que nos dois casais o diálogo aparece como uma forma de resolver conflitos. Uma diferença que se coloca é que, no caso de Sandro e Silvia, o exercício da reflexão parece exigir mais dele, o que nos remete a uma distinção sobre como homens e mulheres encaram a intimidade, segundo um estudo de Goldenberg (2010). A autora sustenta que os homens têm uma visão mais prática da intimidade, o que os leva a querer resolver os problemas de forma rápida e objetiva. Já as mulheres querem refletir sobre as questões, o que envolve um nível profundo e psicológico de comunicação. É importante pensar, tal como aponta a autora, que esta também é uma forma de legitimar “o poder feminino em tudo o que se relaciona ao mundo privado, ao mundo das emoções, dos sentimentos e das relações entre os gêneros.” (GOLDENBERG, 2010, p. 17). Isto acaba por reforçar uma perspectiva tradicional do homem como a figura mais retraída, cuja intimidade não se abre a um diálogo mais elaborado, como se supõe acontecer com as mulheres. Ao levarmos também em conta o pensamento de Illouz (2011), mencionado mais acima, em que ela fala de um modelo de comunicação moderno, que é levado para a intimidade, lembramos da concepção pós-moderna, segundo a qual a intimidade é um lugar de revelação e discussão pormenorizadas das emoções. Isto nos ajuda a

entender a posição de Sandro, que se coloca nitidamente como aquele para quem expor suas emoções implica em um esforço, a despeito do desejo da mulher e dessa tendência de comunicação moderna colocada socialmente. Neste ponto, Sandro se mantém congruente com um modelo mais tradicional.

O diálogo se mostra, efetivamente, como um instrumento privilegiado para a percepção dos parceiros a respeito de sua experiência amorosa, no casal. Em determinado trecho de sua entrevista, Cátia diz: “Eu tô vendo que a gente tá amarrando coisas soltas que ficaram pra trás, até essa história desse ciúme meu, dessa insegurança, dessa falta de confiança [...]. Eu acho que ela tá entendendo finalmente como funciona. Então, eu tô vendo uma evolução”. Em outro momento, ela vai mais longe:

[...] se eu peso tudo isso, o que a gente constrói é absurdamente maior do que esses pontos. Eu enxergo estes pontos como pontos pra gente ultrapassar, a gente conseguir resolver [...]. Em toda relação, se você analisar, são várias coisas que você acha que vão ser insolúveis, essa é a minha ansiedade. E, com o passar do tempo, a gente vai mexendo em outras coisas, e essas vão desatando, entendeu? Eu acho, a minha ansiedade é ruim nisso, às vezes, eu não dou o tempo da Cristina ser ela. [...]. O que faz a gente tá junto é a certeza de que as coisas vão se resolvendo, porque elas já se resolvem há muito tempo [...].

Apesar de a entrevistada afirmar não haver “um ponto ideal”, parece que a definição de algumas dificuldades, que geram nela um receio, remete à sua expectativa de que Cristina tenha o entendimento de questões como a insegurança que vivencia, no sentido de ajudar a resolvê-las, já que seriam causa ou consequência de problemas que elas têm ou tiveram. De todo modo, prevalece a sua aposta otimista no relacionamento. Cristina, aqui, acompanha a namorada: “Eu acho que, apesar de tudo, tem uma leveza. Porque eu acho que faz bem às duas. Separadamente, faz bem pras duas, pra cada uma”.

É pertinente observarmos como a individualidade nesta relação aparece de forma mais marcante. Embora Cátia co-responsabilize Cristina pelos impasses vividos, procurando resolvê-los conjuntamente, ela parece entender que sua ansiedade só será atenuada no momento em que Cristina conseguir responder conforme o seu desejo, o que exige, inclusive, tolerância com o tempo da namorada. Temos, de qualquer maneira, um movimento recorrente de controle de Cátia sobre Cristina, em que ela busca um comportamento da namorada conforme suas diretrizes ou vontades. Já Cristina parece funcionar mesmo mais de acordo com um tempo próprio, dando ênfase para as trocas e benefícios que dizem respeito à individualidade, tanto à sua quanto à de Cátia.

Ainda mapeando o que favorece as relações, identificamos na entrevista conjunta um diálogo em que as duas namoradas falam sobre o que consideram ser bom na convivência:

*Cristina:* A gente se diverte muito.

*Cátia:* Muito, muito, a gente ri muito, o nosso humor é muito parecido.

*Cristina:* A gente aprende muito junto. É bom tá junto, né?

*Cátia:* É. A gente tá aprendendo cada vez mais a conversar. Hoje eu parei pra pensar que a gente não tem brigado muito, né? Do jeito que a gente brigava? A gente tem discussão que resolve rapidinho. Ela faz assim (um gesto com o dedo mindinho) e eu faço na hora, sou “facinho”. Agora, tem sido muito divertido tá junto. [...] a gente tá pensando coisas pra esse ano. Tá escrevendo um projeto de lei juntas e tentando agregar a gente nesse trabalho, tentando fazer ele ficar divertido. Estamos tentando sobreviver em cima do que a gente quer trabalhar, trabalhando com o que a gente gosta.

É digno de nota que o trabalho marca um elo importante entre elas, a ponto de nos levar a pensar o quanto ele organiza a relação e mesmo se ela se sustentaria se não houvesse o trabalho como um interesse em comum. O fato é que Cátia e Cristina traçam projetos de trabalho, mas não fazem planos a longo prazo, como comprar um apartamento, por exemplo.

No trecho citado acima, temos ainda a evidência de um sinal de convergência entre os casais, pois Sandro e Silvia relatam como um facilitador o fato de tentarem manejar os problemas de forma lúdica. Nas palavras de Sandro: “A gente brinca muito um com o outro, essa parte é boa. Não leva muita coisa a sério não, a gente consegue levar na brincadeira e levar muito bem”.

Para além deste aspecto, vejamos o que Silvia aponta como sendo o que mantém o casal unido:

cumplicidade, respeito que a gente tem um pelo outro, a confiança, sabe? Tipo assim, confio plenamente nele, posso estar completamente errada, né? (risos). Mas eu confio mesmo, em tudo, assim, sabe? Em tudo mesmo. E o companheirismo, acho que é isso que faz a gente estar junto, sabe? Se não tivesse isso, acho que você não... não consegue ter uma relação legal pra frente.

Sandro traz uma resposta semelhante à da esposa:

Ah, eu acho que é... é a cumplicidade um com o outro, de saber entender um ao outro, e a liberdade, né, que a gente dá um ao outro. Acho que, tipo assim, não é falar assim: “Ah, você não tem ciúme dela e ela não tem ciúme do Sandro, não”. Tem ciúme sim, mas é uma liberdade que a gente conseguiu conquistar um com o outro, assim... nos primeiros tempos, gerou uma certa liberdade de não ter essas preocupações, isso marcou bastante.

É importante notar que nestes relatos Silvia enfatiza a confiança e Sandro a liberdade, o que não deixa de os aproximar de um modelo mais tradicional de conjugalidade. Aqui,

vemos a mulher valorizar um homem em quem confia “plenamente”, concebendo-o como uma figura de referência e até mesmo de autoridade, a quem ela espera poder recorrer e com quem espera poder contar incondicionalmente para todos os momentos da vida. Sandro, por seu turno, parece dar maior valor à liberdade, que ele relaciona a um ciúme bem dosado. Esta dosagem desejável, conquistada entre ele e a esposa através do “diálogo”, como ele mesmo coloca em outro momento da entrevista, seria um sinal da liberdade que permite ao marido, conforme apontado anteriormente, preservar as atividades de solteiro, sem maiores limitações ou conflitos no espaço íntimo.

Sandro expressa ainda, como fatores que beneficiam a manutenção do vínculo, “a honestidade e o carinho um com o outro”. Já Cristina, na entrevista conjunta com Cátia, finaliza afirmando valores como “amor, companheirismo, planos”.

É possível concluirmos que os fatores que favorecem a existência do vínculo nestes casais são fortemente atravessados pela individualidade e pela liberdade. No caso de Silvia, isso aparece quando se relaciona a confiança que ela deposita no marido ao fato de ser aceita por ele do jeito que é, o que, além de diferenciá-lo dos namorados anteriores, diz de uma valorização dela por sua singularidade. Para Sandro, o encontro com a mulher em um determinado momento parece condizer com o seu interesse pessoal de assumir um projeto de vida mais sério, a partir da união com alguém cujas afinidades em termos de valores e propósitos combinam com os seus. Sandro também valoriza a liberdade em seu discurso, demonstrando considerar importante estar numa relação em que o ciúme não chega a ser motivo de “preocupações”. É isto o que permite que ele concilie a vida no espaço íntimo com suas rotinas antes de casar, preservando a convivência e os programas com os amigos. Dito em outros termos, é por aí que ele encontra uma forma de preservar sua individualidade, compatibilizando-a com o casamento. Para Silvia, a liberdade parece vir acompanhada justamente da possibilidade de se expressar de forma autêntica na relação com o marido.

Sobre este casal, vale ressaltar também o modo como se percebem as diferenças de personalidade, vistas como uma complementaridade. Parece haver um consenso de que Silvia, por ser uma pessoa mais aberta e falante, faz um contraponto à personalidade mais fechada do marido, o que é sentido como um equilíbrio que favorece a relação, como um “encaixe” na medida certa, ainda que, em alguns momentos, ela reivindique uma postura diferente do parceiro. Não podemos deixar de dizer que temos aqui a ideia de completude, que, somada ao companheirismo, indica os elementos-chave do amor romântico, na sua forma domesticada (CHAVES, 2004), da qual, também, não se ausentam o carinho e o respeito, igualmente valorizados nos discursos de Sandro e Silvia.

No outro casal, temos Cristina como quem valoriza a relação por esta promover benefícios às duas parceiras individualmente. Em seu discurso, a entrevistada enfatiza a ideia de desafio que a relação com Cátia incita como uma forte motivação para estar no relacionamento. Ela valoriza a possibilidade de experimentar o novo, numa relação em que tenha mais presença e participação, quando comparada a que tinha com o ex-marido. Isto exigiria dela ter que se “banciar” mais, não apenas no relacionamento, como na vida, buscando seus próprios meios de garantir sustento e oportunidades de trabalho. Não se deve descartar a hipótese de que a própria condição de estar com uma mulher, assumindo uma homossexualidade, seja uma forma de buscar essa novidade, de ir ao encontro desse desafio.

Já Cátia dá especial importância à questão de falar, de poder se abrir. Tendo vivido uma autocensura, no namoro anterior, ela vê na relação com Cristina a possibilidade de se expressar sem amarras, conforme o seu desejo.

A cumplicidade e o diálogo são fatores importantes que aparecem recorrentemente nas entrevistas dos dois casais, quase que como uma ferramenta que deve ou pode ser usada para lidar com as questões que surgem na convivência. Conforme exposto, as conversas entre os parceiros permitiriam o esclarecimento e o entendimento de situações adversas, dos sentimentos, dos mal entendidos, de acordo com um modelo de comunicação adequado aos anseios dos indivíduos pós-modernos, que precisam ser expostos na cena conjugal para serem discutidos, analisados e resolvidos. O diálogo e as conversas travadas refletem ainda o cultivo do espaço da intimidade como lugar em que se dá forma ao desejo dos cônjuges de se sentirem especiais para o outro, dividindo momentos de alegria e encargos.

Podemos dizer que entre os fatores envolvidos na manutenção do vínculo, nestes casais, fatores todos eles permeados por valores como a individualidade e a liberdade, altamente cotados nos casais pós-modernos das camadas médias (VELHO, 1998; SALEM, 2007; HEILBORN, 2004), destacam-se, em uma tentativa de síntese, o respeito, a cumplicidade, o carinho, o diálogo, o sexo, o amor e o companheirismo. Tais indicadores são bem semelhantes aos dados da pesquisa citada no início deste tópico (JABLONSKI, 2003), cujos achados se aproximam também dos estudos conduzidos por Carneiro (1997), que propõe uma comparação entre sujeitos heterossexuais e homossexuais sobre o que é considerado o mais importante na escolha amorosa. Neste último caso, as pesquisas revelaram uma semelhança nas respostas de homens e mulheres heterossexuais e mulheres homossexuais, que valorizaram atributos como ser fiel, companheiro, íntegro, carinhoso e apaixonado. Nota-se que temos como elementos comuns, que aparecem em todos os estudos e pesquisas apontados neste trabalho, o companheirismo, o amor e o sexo. Ao trazer isso para

os casais em análise é importante pensar nos pontos de interseção. Ainda que Cátia e Cristina deem realce ao sexo e ao amor em seu relacionamento – aproximando-o, a princípio, da ideia de amor-paixão –, é o companheirismo o elemento que tem maior destaque, sendo notadamente um item apreciado por ambos os casais. Poderíamos, a partir daí, pensar que a incorporação dos elementos do amor companheiro de Jablonski (1991) se deve ao tempo de duração das relações em análise e à intimidade que as permeia. Devemos considerar também, entretanto, a possibilidade de não necessariamente ter ocorrido uma sobreposição da ternura e da amizade em relação a elementos mais próximos do desejo e da paixão, ou seja, considerar que não se trata, apenas, de uma passagem para o que caracterizaria um segundo estágio para qual o amor evolui. Teríamos, neste caso, uma convivência dos elementos do amor-paixão e do companheiro, o que, particularmente em relação a Cátia e Cristina, faria com que se transcendesse uma condição puramente efêmera e transitória, típica do relacionamento que tem por base o apaixonamento. Devemos lembrar, ainda, que o companheirismo traz a ideia de parceria, que é justamente o que permitirá a projeção da relação em forma de planos e projetos, seja a curto, médio ou longo prazos. Sob este aspecto, importa notar que Cátia e Cristina fazem um investimento no relacionamento enquanto houver sintonia entre elas, o que é efeito de uma afinidade marcada por projetos de trabalho, grupos de amigos e outros interesses em comum, os quais, embora tenham um caráter relativamente circunstancial, contribuem para mantê-las unidas. Sandro e Silvia, por seu lado, têm um projeto que, embora seja marcado por fases bem definidas, como melhorar de vida e ter filhos, resume-se em um só, implicando em viver em comunhão “para sempre”. O afeto, aí, não parece mesmo ser da ordem das paixões, mas de algo que remete a segurança e estabilidade, à sensação de confiança, de poderem contar um com o outro para o futuro idealizado que vislumbram, o que marca a sua singularidade.

Passando pela questão do tempo de duração dos relacionamentos, mencionada no início deste tópico, pode-se dizer que, independentemente da durabilidade, quando pensamos na sustentação do vínculo, o que se observa, nos casais Sandro e Silvia, e Cátia e Cristina, é justamente a aposta que é feita na experiência conjugal, com a implicação de cada indivíduo em seus respectivos relacionamentos. Sem ignorar suas contradições e conflitos, estes sujeitos abrem a guarda, permitindo-se transitar no espaço íntimo do parceiro e deixando-se visitar. Nos tempos em que a experiência do outro parece inviável, não somente porque os indivíduos são chamados a responder ao contexto pós-moderno, que autoriza as relações vazias de investimento e sentido, mas também porque se nota um temor de não se corresponder a um ideal de perfeição, o que acaba por tornar os sujeitos inábeis em estabelecer a intimidade, uma

vez que isso implica em um desnudamento para o outro, em que se revelam fraquezas e qualidades, e corre-se, assim, o risco de aceitação ou rejeição, isto não parece tarefa fácil.

Apesar de alguns elementos serem recorrentes em pesquisas que buscam explicar a sustentabilidade dos relacionamentos, conforme apontamos, o que nos parece mais importante é entender que uma relação satisfatória é aquela que propicia benefícios a cada indivíduo pessoalmente, e, que, na interação conjugal, é sentida como satisfatória. É assim que as relações se estabelecem mantendo a individualidade e a liberdade como fortes princípios, que aparecem de forma mesclada, diríamos, *customizada*, na maneira como cada relação vai desenhando suas particularidades, definindo tanto sua estrutura quanto um modo de funcionamento próprio.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste estudo partimos do pressuposto de que as condições pós-modernas permitem uma *customização* dos relacionamentos, o que se dá por meio da apropriação simultânea de formas de conduta relacional e valores distintos, vista como uma adaptação à inexistência de padrões fixos e como uma possibilidade de tornar as relações mais singulares, em acordo com uma valorização crescente da idiossincrasia e das escolhas baseadas na vontade do indivíduo. Entendendo que a construção da relação é atravessada por aspectos sociais e pelos modelos introjetados de família e conjugalidade, buscamos, através da análise de experiências de casais com formatações predominantemente diferentes, compreender o quanto os cônjuges estariam mantendo padrões conjugais e papéis de gênero na sua forma mais tradicional, e/ou o quanto estariam inovando, a caminho da *customização* e de uma maior diversidade, que se supõe ser possível na Pós-modernidade. É importante ressaltar que não nos pautamos em uma proposta que visasse categorizar o casal homossexual e heterossexual de uma forma dicotômica. E, embora, por vezes, os discursos apresentados pelos sujeitos tenham remetido a ideia de um casal que mais se enquadra em normas tradicionais e a de um casal que se distancia destes padrões, nosso objetivo não foi o de classificá-los numa relação de oposição de forma tipificada, mas, sim, retratar e analisar formações distintas de conjugalidade, tendo por princípio básico a diversidade e a possibilidade da *customização* conforme defendemos. Tendo isso em mente, nos permitimos fazer algumas considerações sobre o desenvolvimento da pesquisa, que apresentamos a seguir.

Ao mapearmos os valores que permeiam as relações estudadas, observamos que o casal heterossexual estabelece uma ética baseada no compromisso firmado com o outro, sendo a conjugalidade vista como um meio pelo qual, “naturalmente”, os cônjuges irão estabelecer uma família com filhos. Isso aparece associado a uma forte influência da religião e dos valores herdados das famílias de origem, que contribuem na formação de uma estrutura muito próxima à de uma família nuclear moderna. Já quanto ao casal homossexual feminino, vimos que não há uma projeção de finalidade da união para além dela mesma. Esta é pensada, sobretudo, como uma via de realização de projetos pessoais, o que aproxima a relação de um discurso pós-moderno, marcado por uma ética em que o individualismo ganha destaque, privilegiando-se a satisfação de aspirações pessoais.

No que diz respeito à administração do cotidiano, notou-se que ambos os casais realizam a divisão das tarefas de casa de modo intercambiável. Entre o casal heterossexual,

observamos que, embora o homem conduza a organização doméstica, mantém-se a figura tradicional de uma autoridade masculina centralizadora. Ainda que tenha recusado este lugar reiteradamente ao longo da entrevista, o marido acaba por assumi-lo, portando-se como o bom provedor e o protetor, que cuida da pessoa mais frágil da relação, condição assumida pela esposa. Neste casal, percebe-se a permanência das formas tipificadas de masculino e feminino, a qual, entretanto, convive com aproximações de um modelo “novo” (NEGREIROS; CARNEIRO, 2004), o que se nota no fato de a esposa trabalhar e contribuir economicamente para as despesas da casa, ao mesmo tempo em que o marido atua ativamente nas tarefas do lar. A lógica de gênero em uma forma tipificada também aparece aqui quando se trata das atividades feitas em separado, uma vez que o marido ocupa predominantemente o espaço público e a esposa o privado, o que remete aos moldes da organização de uma família nuclear (VAITSMAN, 1994). Em função do contrato que estabelecem, os cônjuges nos dão a ideia de que experimentam, no convívio, uma harmonia entre as demandas individuais e as solicitações da conjugalidade.

Quanto ao casal homossexual, notou-se que cada parceira se apropria de características mais comumente atribuídas ao masculino ou ao feminino. Ressalta como elas acabam estendendo para a vida pessoal a ideia de parceria profissional. Enquanto uma cuida de situações mais práticas no cotidiano, a outra se responsabiliza por questões que exijam maior trato com as pessoas. Ainda que elas não assumam posições fixas, nestes papéis, delimitam, internamente na relação, diferenças que apontam para a reprodução de certa lógica dicotômica de gênero. E é quando aproximamos a análise do âmbito privado que observamos uma intensificação dos desentendimentos. As exigências próprias do desejo de preservação das individualidades se sobressaem, gerando significativas divergências. Neste caso, à revelia da ênfase do discurso pós-moderno na ideia de uma similaridade de direitos e obrigações, observamos entre as parceiras uma disputa de poder manifesta através da delimitação de espaços, reivindicações pessoais, tentativas de controle e dificuldades em ceder. A disputa de poder, que remete ainda a uma hierarquia, aproxima este casal, em certa medida, de um relacionamento em que os papéis de gênero tradicionais se mantêm.

Tanto no casal que se pauta pela ética do compromisso quanto no que se orienta pela ética do desejo permanecem como valores absolutos a liberdade e a individualidade, embora sejam vividas de formas distintas, o que fica claro na interação entre os entrevistados. No casal heterossexual, a noção de liberdade está intimamente ligada a uma aceitação do modo de ser do sujeito pelo parceiro, em decorrência de uma certa concepção de casamento e do lugar que cada cônjuge nele ocupa, pressupondo a expressão das individualidades sem maiores

conflitos visíveis. No casal homossexual, liberdade significa poder satisfazer anseios e objetivos pessoais, ainda que isto, por vezes, contrarie a expectativa do outro e os planos em comum. Aqui, a preservação da individualidade, uma vez que tende a se sobrepor à conjugalidade, promove discordâncias e necessidade de ajustes.

Quando o assunto é a sexualidade, observamos que, no casal que se pauta por preceitos religiosos, a vivência, tratada, aparentemente, de forma reservada, é marcada por um viés mais conservador, não ocupando um lugar central no relacionamento. Já naquele que se pauta pela ética do desejo, a sexualidade tem lugar de destaque, notando-se mesmo uma adesão ao discurso midiático, que enaltece uma prática mais livre e ativa, incluindo a presença de terceiros. Repare-se, todavia, que, neste casal, apenas uma das partes sustenta com mais ênfase a prática do sexo casual sem maiores consequências, o que distancia os pontos de vista das parceiras. Vemos a valorização da lealdade, com o desejo subjacente de exclusividade, por uma das parceiras, o que remete a um modelo monogâmico, a uma herança cultural bastante tradicional, convivendo internamente com um discurso que prega a experiência circunstancial da afetividade e da sexualidade com consequências amenas. O casal homossexual demonstrou mais contradições, revelando ora uma grande aproximação à lógica pós-moderna, ora a apropriação de formas mais tradicionais.

Em se tratando dos ideais de amor, observamos, no casal heterossexual, a manutenção de elementos típicos do ideário romântico, particularmente, a ideia de fusão ou completude no encontro com o outro e a concepção de uma parceria estabelecida para durar toda uma vida. Notou-se uma predominância do amor domesticado (CHAVES, 2003) e do amor-companheiro (JABLONSKI, 1991), em que as expectativas se mostram mais sensatas quando comparadas ao encantamento do amor-paixão. No casal homossexual, o encontro com o outro especial cede espaço a uma relação cujo estatuto privilegiado se deve ao fato de proporcionar benefícios aos que dela fazem parte. O investimento que se deposita não aparece atrelado a uma projeção prolongada no tempo, nem à presunção de um único amor como destino. Além do amor confluyente (GIDDENS, 1993), temos, neste caso, o amor-paixão, uma vez que o desejo é expresso como algo fundamental para a relação, principalmente em seu início. E temos, ainda, os elementos do amor-companheiro, que são também incorporados, com as parceiras dizendo fundar a relação para além de algo pontual, traçando planos em comum, pensados em ações de curto e médio prazos.

Tanto o casal homossexual quanto o heterossexual parecem caminhar para a *customização*, uma vez que ambos não adotam de maneira completa ou radical um conjunto preconcebido de padrões, valores e referenciais. De um modo geral, pode-se dizer que o casal

heterossexual demonstra um discurso mais homogêneo, com uma aparente linearidade nos modos de pensar entre o par, embalado por uma ética do compromisso e pelos sentimentos de ternura e companheirismo. Ainda que se note uma manutenção de atitudes que o aproximam de um casal mais tradicional, evidenciando a força da herança da tradição moderna, destaca-se o atravessamento de um discurso marcado por uma lógica pós-moderna. Tem-se, neste sentido, a convivência, entre outros elementos, de uma tentativa de negar uma valoração diferenciada entre os cônjuges, internamente, na relação, mesmo que na prática isso não se faça valer; da valorização da unidade que engloba o casal; e do plano de uma divisão mútua de obrigações.

O casal homossexual, regido pela ética do desejo, indicou uma apropriação mais heterogênea das variações do ideário romântico e maiores desacordos diante da coexistência de valores e padrões distintos, conformando um relacionamento mais instável. Temos, então, dois arranjos conjugais com características predominantemente opostas, como a solidez e a fragilidade. Contudo, não se pode estabelecer uma diferenciação em termos de valoração entre eles, afirmando que um dos modelos seria mais gratificante que o outro. Mesmo na relação em que as parceiras assumem um compromisso de permanecerem juntas apenas enquanto for de seu interesse, rompendo-a caso deixe de ser, o que se notou foram investimentos que instituem a relação de sentido para os sujeitos.

Ambos os casais percebem a relação como um lugar de construção que propicia retornos e compensações favoráveis às individualidades. Os entrevistados relataram a possibilidade de amadurecimento, de elaboração de questões vividas em relações passadas e falaram da responsabilidade adquirida ao assumir um relacionamento. A conjugalidade permanece, nestes casais, sob éticas distintas, como um ambiente de amparo às situações difíceis e como um espaço de compartilhamento que baliza e fornece sentido à vida dos sujeitos, através das trocas que são feitas no dia a dia. As ideias de companheirismo e parceria são, de fato, os elementos de interseção mais significativos que surgem quando se trata de pensar porque estas relações se mantêm, considerando tantas contradições e as adversidades impostas à conjugalidade, nos dias de hoje. Daí, então, podermos cogitar que talvez o que faça a relação perdurar não seja o amor pelo outro – como um tipo de amor abnegado –, mas algum favorecimento que cada indivíduo tem, no relacionamento. Não se trata, aqui, de afirmar que o afeto não existe e não está presente, mas de considerar que não é o amor romântico, na sua forma mais idealizada, o principal responsável pela liga do casal, como insistentemente as pessoas querem crer, ainda na contemporaneidade. A ideia da vivência de ganhos mútuos, de que as relações seriam atravessadas pelo utilitarismo, surge do próprio

fenômeno do individualismo, o qual faria do espaço conjugal um lugar de realização pessoal a partir de trocas que os parceiros entendem como produtivas. O fato é que toda relação poderia ser pensada por um viés utilitarista, no sentido de que teria por objetivo o interesse comum.

Outra questão que mereceria destaque, nestas nossas considerações finais, diz respeito à noção de durabilidade das relações. O que podemos concluir, a este respeito, é que, ainda que existam pontos que favoreçam a sustentabilidade da relação, não há nada que garanta sua maior duração. Essa pesquisa aponta, efetivamente, que na Pós-modernidade parece estar havendo uma dissociação entre a durabilidade, a busca por um parceiro em que se possa confiar e o investimento emocional e material nos relacionamentos, não necessariamente pensado em termos de longo prazo. Vemos sinalizada a possibilidade de se estar chegando a considerar como satisfatórias as relações através de outros parâmetros que não sejam apenas a durabilidade. Isto implica pensar que os relacionamentos findados não tenham que ser, necessariamente, caracterizados como fracassos. Neste sentido, talvez a melhor pergunta que se deva colocar não seja o que faz uma relação perdurar, mas, sim, o que pode ser considerada uma relação que dá certo, nos dias de hoje. Já ensaiando uma resposta, talvez possamos dizer que a relação que dá certo é aquela sentida como gratificante e fecunda para o casal, segundo o arranjo que é estabelecido por ele.

Quando Schelling pergunta “Por que durar é melhor que inflamar?”, o que é questionado é uma lógica que os sujeitos modernos teriam enraizado, tendendo a associar os relacionamentos bem sucedidos àqueles que duram por tempo prolongado. Já a ideia do inflamar parece alinhada a uma lógica pós-moderna, que valoriza as emoções e sensações intensas e passageiras. Mas será o destino do indivíduo contemporâneo ficar transitando de uma polaridade a outra, perdendo-se entre os extremos? O que acreditamos é que um “caminho do meio” seja possível. Tentamos mostrar neste trabalho que a *customização* – como efeito da diversidade pós-moderna – é uma destas tentativas de adaptação que propõe conciliar aspectos ligados à ética do desejo e à ética do compromisso, o que podemos considerar possível como um encaixe não necessariamente harmônico. É este o que irá, gradativamente, na construção da relação, possibilitar aos casais encontrar uma forma singular de relacionamento que supomos poder levar a uma satisfação mútua. Ao que tudo indica, as relações continuarão sendo influenciadas, em maior ou menor grau, pelos padrões herdados e pela ordem social vigente, no caso, a ordem da sociedade de consumo atual. Hão de surgir, entretanto, com o decorrer do tempo, novos referenciais, alinhados a concepções de conjugalidade que ainda serão gestadas. É possível que tais concepções estejam mais

próximas de uma realidade que os casais possam e queiram sustentar, e é nesta trilha otimista que escolhemos apostar.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Angela Mendes de; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves de (Org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Thompson, 1999.
- ARIÈS, Philippe. O casamento indissolúvel. In: ARIÈS, Philippe; BÈJIN, André (Orgs.). **Sexualidades Ocidentais**. Lisboa: Contexto, 1983, p. 138-157.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. Estratificação social. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993. p. 214.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Supremo reconhece união homoafetiva**. 2011 Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>>. Acesso em 14 maio 2012.
- BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/ gênero/ desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão a identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 17-60.
- CASÁBIUS, Jan. **Encantos, segredos e desencantos da intimidade: um enfoque compreensivo**. São José dos Campos: Della Bídia, 2005.
- CHAVES, Jacqueline Cavalcanti. **Contextuais e pragmáticos: os relacionamentos amorosos na Pós-modernidade**. 2004. 212f. Tese (Doutorado) - UFRJ / Instituto de Psicologia, Rio de Janeiro.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Jurandir Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51-66.
- CUSTOMIZAR. **Dicionário Priberam da língua portuguesa**. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx?pal=customizar>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

DANTAS, Cristina; JABLONSKI, Bernardo; CARNEIRO, Terezinha Féres. Paternidade: considerações sobre a relação pais-filhos após a separação conjugal. **Paidéia**. Rio de Janeiro, ano 14 n. 29, 2004. Disponível em <<http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/29/09.htm>> Acesso: 01mar. 2011.

DIEHL, Arthur. O homem e a nova mulher: novos padrões sexuais de conjugalidade. In: WAGNER, Adriana (org.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 135 – 158.

DINIZ NETO, Orestes; CARNEIRO, Terezinha Féres. Psicoterapia de casal na Pós-modernidade: rupturas e possibilidades. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.22, n. 2, abril-junho. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br-scielo.php?pid=S0103-166X2005000200003&script=sciabstract&tlng=pt.>>. Acesso: em 12 ago. 2010.

CARNEIRO, Terezinha Féres. A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 10, n.2, 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279721997000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721997000200012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 mai. 2012.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 1998 Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010279721998000200014&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000200014&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 07 jun. 2010.

CARNEIRO, Terezinha Féres. Construção e dissolução do laço conjugal na psicoterapia de casal. In: CARNEIRO, Terezinha Féres (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003. p. 201-214.

CARNEIRO, Terezinha Féres. **Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos conjugais da atualidade**. Disponível em: <[http://www.fundamentalpsychopathology.org/pesquisas/pesq\\_feres-carneiro.pdf](http://www.fundamentalpsychopathology.org/pesquisas/pesq_feres-carneiro.pdf)>. Acesso em: 15/07/2010.

FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casais na antiga sociedade: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ARIËS, Philippe; BËJIN, André (Org.). **Sexualidades Ocidentais**. Lisboa: Contexto, 1983. p. 111-127.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

GANDRA JÚNIOR, Domingos. **O casamento na sociedade em transformação**. Belo Horizonte: Síntese-Medicina e Comportamento, 1983.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. 1. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1993.

GIOVANETTI, José Paulo. Pós-modernidade e o vazio existencial. In: CASTRO, Dogmar Silva Pinto de at al. (Org.). **Existência e saúde**. São Bernardo do Campo: Ed. UNESP, 2002, p. 91-100.

GOLDENBERG, Miriam. Sobre a invenção do casal. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 89-104, 2001. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v1n1/artigos/Artigo%207%20-%20V1N1.pdf>>. Acesso: em 15 abr. 2012.

GOLDENBERG, Miriam. Novas famílias nas camadas médias urbanas. In: ENCONTRO DE PSICÓLOGOS JURÍDICOS, 3, 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro/ Escola de Administração Judiciária, 2003. Disponível em: <<http://miriangoldenberg.com.br/images/stories/pdf/conjugalidades.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **Intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GOMES, Barcia Purificacion. Novas formas de conjugalidade: visão panorâmica da atualidade. In: GOMES, Barcia Purificacion (Org.). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003. p. 13-39.

HAROCHE, Claudine. Transformação das maneiras de sentir nos fluxos sensoriais das sociedades contemporâneas. In: HAROCHE, Claudine. **A condição sensível: formas e maneiras de sentir no ocidente**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008. p. 199-215.

HARVEY, David. Modernidade e Modernismo. In: HARVEY, David. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1992. Cap. 2, p.21-44.

HEILBORN, Maria Luiza. Vida a dois: conjugalidade igualitária e identidade sexual. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2, 1992, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1992. p. 143-156.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza. Homossexualidade feminina em camadas médias no Rio de Janeiro sob a ótica das gerações. In: VELHO, G.; Duarte, Luiz Fernando D. (Org.). **Gerações, família, sexualidade**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009, p. 77-88.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: escolaridade e rendimento aumentam e cai mortalidade**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2125&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2125&id_pagina=1)>. Acesso em: 25 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Registro Civil 2010**. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registro\\_civil/2010/rc2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registro_civil/2010/rc2010.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados gerais da amostra**. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_Gerais\\_da\\_Amostra/resultados\\_gerais\\_amostra.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_Gerais_da_Amostra/resultados_gerais_amostra.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2012.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

JABLONSKI, Bernardo. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: CARNEIRO, Terezinha Féres (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003, p. 141-168.

KRENCH, David; CRUTCHFIELD, Richard S.; BALLACHEY, Egerton L. Cultura. In: KRENCH, David; CRUTCHFIELD, Richard S.; BALLACHEY, Egerton L. **O indivíduo na sociedade: um manual de Psicologia Social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1969. 2v, p. 392-443.

KUMAR, Krishan. Modernidade e Pós-modernidade. In: KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. Cap. 4, p. 78 -110.

LASCH, Cristopher. **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LÉVI-STRAUSS, Claude; MILDFORD, E.; GOUCH, Kathleen. **A família: origem e evolução**. Porto Alegre: Villa Martha, 1980.

LIPOVETSKY, Gilles. A sedução não pára. In: LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Barueri, S.P.: Manole, 2005. p. 1-16.

MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAGALHÃES, Andrea Seixas. Transmutando a individualidade na conjugalidade. In: CARNEIRO, Terezinha Féres (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2003. p. 225-245.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13. n. 3, p. 483-505, set/dez 2005.

MASSAUD, Moisés. Romantismo. **Dicionário de termos literários**. 11. Ed. São Paulo: Cultrix, 2002, p.461.

MATOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MEZAN, Renato. Adão e sua costela: busca da felicidade e crise atual do casamento. In: GOMES, Barcia Purificacion (Org.). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003. p. 159-171.

NEGREIROS, Teresa Creusa de G.M.; CARNEIRO, Terezinha Féres. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, Ano 04, n.1, p. 34-47, 1º semestre, 2004.

RAMOS, Magdalena. Novas parcerias, novos conflitos. In: GOMES, Barcia Purificacion (Org.). **Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares**. São Paulo: Callis, 2003. p. 57-75.

RENAUT, Alain. Heterogênea Modernidade: A enigmática liberdade dos modernos. In: RENAUT, Alain. **O indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998. p. 5-19.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. **Novas formações familiares**: uma leitura institucionalista. 1996. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROSSI, Claudio. Os novos vínculos conjugais: vicissitudes e contradições. In: GOMES, Barcia Purificacion (Org.). **Vínculos amorosos contemporâneos**: psicodinâmica das novas estruturas familiares. São Paulo: Callis, 2003. p. 77-108.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SALEM, Tania. **O casal grávido**: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

SAMARA, Eni. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; CARNEIRO, Maria José; PAULA, Silvana Gonçalves de (Org.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1987.

SAMARA, Eni. **A família Brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica, 1989. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod\\_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf)>. Acesso em 26 ago. 2012.

SILVA NETO, João Alves; STREY, Marlene N.; MAGALHÃES, Andreia S. Sobre as motivações para a conjugalidade. In: WAGNER, Adriana (Org.). **Desafios psicossociais da família contemporânea**: pesquisas e reflexões. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 39-57.

SIMMEL, Georg. Fragmento sobre o amor: escritos póstumos. In: SIMMEL, Georg. **Filosofia do amor**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006b.

SINGLY, François. A crise da transmissão. In: SINGLY, François. **Uns com os outros**: quando o indivíduo cria laços. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

STENGEL, Márcia. **Obsceno é falar de amor?** As relações afetivas dos adolescentes. Belo Horizonte: Puc Minas, 2003.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias Pós- modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. **Subjetividade e sociedade**: uma experiência de geração. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista Conjunta

- 1) Como teve início o relacionamento? Por que vocês se uniram?
- 2) Como é o dia a dia de vocês? Como vocês lidam quanto às saídas, amigos, tarefas, espaços e funções de cada um? Existem acordos?
- 3) O que fazem quando estão juntos? E separados, existe algum combinado entre vocês?
- 4) Existem fatores que tornam a relação mais difícil de sustentar? Quais seriam? Como vocês lidam com isso.
- 5) Vocês acham que há troca na relação? (confidências, projetos e sentimentos compartilhados)
- 6) Quem fica melhor sem quem?
- 7) O que os mantêm unidos?

## **APÊNDICE B - Roteiro de Entrevista Individual:**

Nome:

Idade:

Formação/ocupação:

- 1) Fale-me sobre a história e os valores da sua família de origem.
- 2) Como você espera que seja uma relação amorosa?
- 3) Como você define a sua relação com o seu parceiro?
- 4) Como vê a relação ao longo do tempo de convivência?
- 5) Como se sente hoje na relação? Qual a expectativa para o futuro da relação?
- 6) Você acha que tem intimidade com o seu parceiro?
- 7) Como está a vida sexual do casal, o que pensa sobre isso?
- 8) O que mudaria em você na relação? O que você mudaria no outro?
- 9) Qual o significado que esta relação tem para você? Qual o significado que seu parceiro tem na sua vida?
- 10) Você percebe mudanças em você depois que começou a se relacionar com o seu parceiro?
- 11) Quais os pontos mais difíceis na relação e como lida com isso?
- 12) O que diferencia esta relação de outras que você já teve?
- 13) O que os mantêm unidos?

## APÊNDICE C – Material de divulgação da pesquisa

(Texto utilizado para divulgação na redes sociais)

*O amor está aqui, está acolá.*

*O amor nunca acaba.*

*A quantas anda o amor?*

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de mestrado em psicologia que aborda temas como a conjugalidade, a intimidade e o amor na contemporaneidade.

### **Sobre a pesquisa:**

**Objetivo:** Compreender quais elementos envolvidos nas relações atuais tornam possível e sustentam o vínculo amoroso, na prática, e quais são suas particularidades. Pretende-se responder a pergunta: Como os casais que se enquadram em modelos tanto tradicionais quanto alternativos de união, típicos da contemporaneidade, estão vivendo a intimidade, construindo subjetividades e mantendo suas relações de afeto?

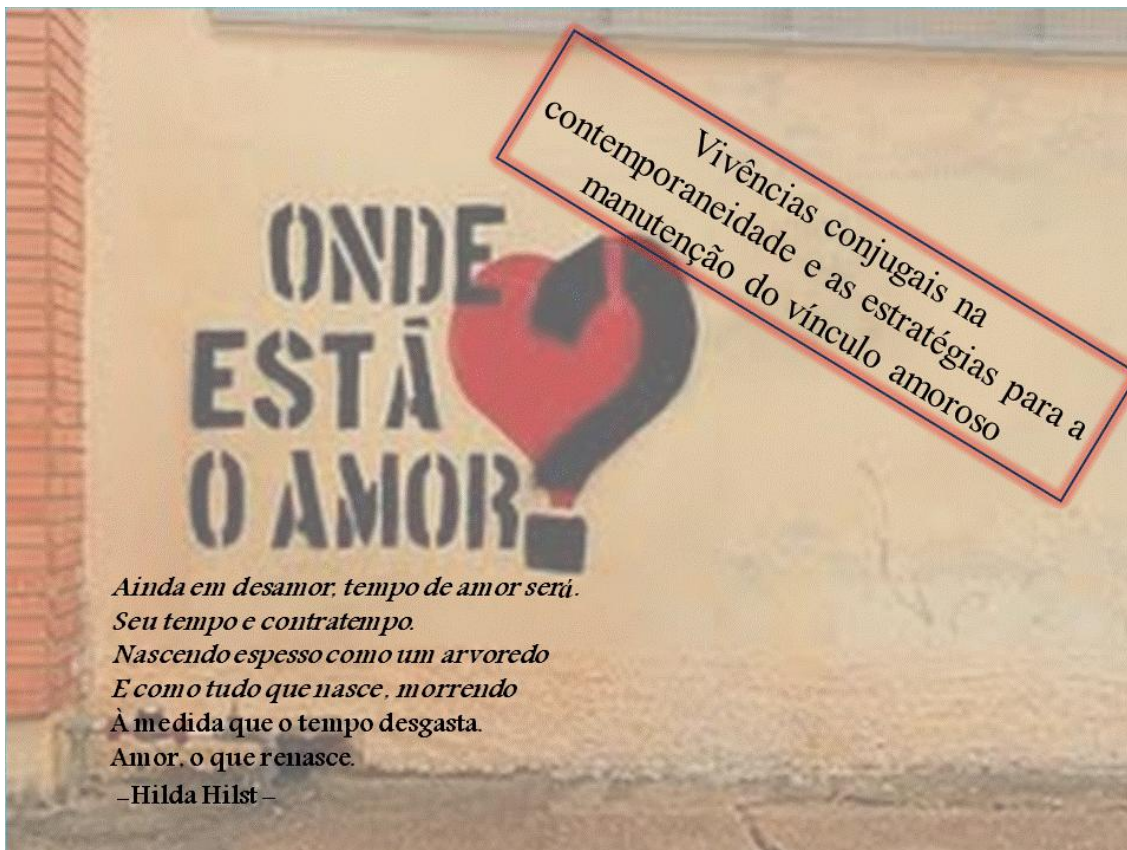
**Público:** Pessoas na faixa etária entre 25 e 45 anos, com ou sem filhos, que mantêm uma relação considerada, por elas mesmas, estável, há pelo menos dois anos. Interessam parcerias homossexuais e heterossexuais, relacionamentos “abertos”, uniões não formais, uniões tradicionais, pessoas que se relacionam em recasamento, isto é, quando um dos cônjuges foi ou é viúvo ou divorciado e, ainda, relações em que o vínculo é compartilhado entre mais de duas pessoas, como as triangulares.

**Quem pesquisa:** Ana Amorim

**Contato:** ananamorim@hotmail.com

OBS: As informações recolhidas serão mantidas confidenciais. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado.

(Slide utilizado para divulgação nas redes sociais)



## ANEXOS

### ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Av. Dom José Gaspar, 500 - Fone: 3319-4517- Fax: 3319-4517 - CEP 30535.610 - Belo Horizonte - MG– Brasil

e-mail: cep.proppg@pucminas.br

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP: CAAE 0051.0.213.000-10

#### **Título do Projeto: As possibilidades de vivências conjugais na contemporaneidade e as estratégias para a manutenção do vínculo amoroso**

Prezado Senhor (a),

Este Termo de Consentimento pode conter palavras que você não entenda. Peça ao pesquisador que explique as palavras ou informações não compreendidas completamente.

#### **1) Introdução**

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa cujo objetivo é compreender de que modo as possibilidades de vivências conjugais na contemporaneidade se situam como estratégias para a manutenção do vínculo amoroso, independente da configuração conjugal que se apresente. Você foi selecionado por fazer parte da camada média urbana e se enquadrar em diferentes configurações conjugais chamadas de tradicionais ou pluralísticas, com ou sem filhos. Sua participação não é obrigatória.

#### **2) Procedimentos do Estudo**

Para participar deste estudo solicito a sua especial colaboração em responder a uma entrevista, que será gravada para análise posterior.

### **3) Riscos e desconfortos**

A pesquisa não oferece riscos identificáveis. Os desconfortos envolvidos poderão estar relacionados a um sentimento de mal estar em relação a algum assunto abordado. Neste caso, as medidas adotadas serão interromper a entrevista, desligar a gravação; a pesquisadora manter-se próxima até a pronta recuperação do (a) entrevistado (a). Se for do interesse do entrevistado, ele poderá encerrar sua participação e/ou ser encaminhado para um atendimento na clínica da PUC Minas. Na situação de interrupção, o entrevistado estará isento de qualquer compromisso com o entrevistador.

### **4) Benefícios**

Espera-se com este estudo levantar questões que apontem não somente para as tensões internas nos relacionamentos, mas para os fatores que fazem com que estes se mantenham a despeito da diversidade. Deste modo, é possível pensar ainda que o estudo pode subsidiar outras pesquisas visando uma intervenção clínica mais próxima da realidade e a promoção da qualidade das relações conjugais. Além disso, você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado, para a produção do conhecimento científico e para potencializar instrumentos de ajuda.

### **8) Caráter Confidencial dos Registros**

As informações recolhidas serão trabalhadas apenas pelo pesquisador e esses dados serão mantidos confidenciais. Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa, ou apresentação oral. Os registros gravados ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, guardados em lugar seguro e serão utilizados apenas para as finalidades da pesquisa, sendo incinerados após cinco anos.

### **9) Participação**

Sua participação neste estudo é muito importante e voluntária. Você tem o direito de não querer participar ou de sair deste estudo a qualquer momento. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, favor notificar o pesquisador.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Maria Beatriz Rios Ricci, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone 3319-4517 ou email cep.proppg@pucminas.br.

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo poderão fornecer qualquer esclarecimento sobre o estudo, assim como tirar dúvidas, bastando contato no seguinte endereço e/ou telefone:

Nome do pesquisador: Ana Nascimento de Amorim

Telefone: (31) 8811-1533

Email: ananamorim@hotmail.com

### **10) Declaração de Consentimento**

Li ou alguém leu para mim as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que toda a linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade.

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2012.

---

Sujeito de pesquisa

---

Ana Nascimento de Amorim